



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI N º 932/1999

#### “Institui o Código de Obras do Município de Lajinha – MG”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

#### PARTE GERAL

#### **TÍTULO I** **DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º - Para os efeitos deste Código ficam estabelecidas as seguintes definições:

Acréscimo - Aumento de uma edificação em sentido horizontal ou vertical, feito durante ou após a conclusão da mesma.

Afastamento - instância normal ao parâmetro externo, do corpo mais avançado do prédio as divisas laterais., medida no pavimento térreo .Os afastamentos podem ser: afastamento frontal, lateral ou de fundos.

Alinhamento - Linha projetada e locada pela Prefeitura ou por ela aprovada, para marcar o limite entre o lote e o logradouro público.

Altura de uma Fachada - Distância vertical medida, entre o nível do meio fio e o nível do ápice da fachada, quando a construção estiver no alinhamento do logradouro; ou entre o nível do ápice da fachada e o nível do terreno ou calçada que lhe fique junto, quando a construção estiver afastado do alinhamento.

Alvará de Construção - Documento expedido pela autoridade municipal, e que autorize a construção de obra sujeita a fiscalização.

Andaime - Estrutura provisória a sustentar operários e materiais durante a execução das construções.

Andar - Qualquer pavimento acima ou abaixo do rés do chão.

Andar Térreo - Pavimento situado ao rés do chão.

Apartamento - Conjunto de dependências autônomas para habitação unifamiliar, integrante de edificações pluridomiciliares.

Área - Parte do lote não ocupada por edifício, excluída a superfície correspondente à projeção horizontal das saliências, de balanço superior a 25 cm (vinte e cinco centímetros).

Área Externa - Área que se estende, sem interrupção pelo corpo do edifício, entre as paredes e as divisas do lote. A área será de frente, lateral ou de fundos, conforme a sua situação. Há partimentos de permanência prolongada, diurna ou noturna. Varandas cobertas e garagens cobertas não serão consideradas áreas externas.

Área Secundária - Área destinada à iluminação e ventilação de compartimento de utilização transitória.

Balanço - Parte saliente da edificação cuja projeção no plano horizontal excede a projeção do pavimento térreo, inclusive áreas abertas como varandas.

Barracão - Construção provisória destinada à guarda de materiais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Consertos de um Edifício - Obras de substituição de partes deterioradas do edifício, desde que tais obras não excedem a metade de todo o elemento correspondente, em cada compartimento onde devam ser executadas.

Construir - De modo geral, executar qualquer obra nova ou acréscimo nas já existentes.

Copa - Compartimento auxiliar da cozinha.

Corredor - Compartimento de circulação entre dependências de uma edificação.

Cota - Indicação e registro numérico de dimensões.

Dependência - Edifício de pequeno porte construído separadamente do edifício principal, quando a garagem principal for separada do edifício principal, será considerada dependência.

Divisa - Linha que separa o lote de propriedades confinantes.

Edificar - Construir edifício.

Embargo - Providência legal, tomadas pela Prefeitura tendente a sustar o prosseguimento da obra ou instalação, cuja execução esteja em desacordo com as prescritas deste código.

Escala - Relação entre dimensões do desenho e do que ele representa.

Fachada - Elevação das partes externas de uma edificação.

Fachada Principal - Fachada do edifício voltada para a via pública, se o edifício estiver em lote de esquina, fachada principal é a que dá frente para o logradouro mais importante.

Frente ou Testado do Lote - Divisa do lote que coincide com o alinhamento do logradouro público.

Fundação - Parte da construção, geralmente abaixo do nível do terreno, que transmite ao solo as cargas da edificação.

Fundo do Lote - Lado oposto à frente, no caso de lote triangular em esquina, o fundo e o lado do triângulo não contíguo à via pública pelo menos em uma de suas faces.

Habitação - Edifício ou parte do edifício que serve de residência a uma ou mais pessoas.

Habitação Unifamiliar - Habitação ocupada por um único indivíduo ou por uma só família.

Habitação Coletiva - Edifício ou parte de edifício que serve de residência permanente a mais de uma família ou a pessoas de economias distintas.

Habite-se á - Documento expedido pela Prefeitura, autorizando a ocupação de edificação nova ou reformada.

Hotel - Edifício ou parte de edifício que serve de residência temporária a pessoas de famílias diversas ou não, e em que são cobradas as locações pelo regime de diárias.

Indústria Leve - Indústria cujo funcionamento não incomode nem ameaça a vida ou a saúde dos vizinhos.

Indústria Nociva - Indústria que por qualquer motivo, pode pela sua natureza tornar-se prejudicial à saúde da vizinhança.

Indústria Incômoda - Indústria que, pela produção de ruído, emissão de poeira, fumo, fuligem, exalação de mau cheiro, e etc..., pode constituir incômodo para a vizinhança.

Indústria Perigosa - Indústria que pode constituir perigo de vida para a vizinhança.

Interdição - Impedimento por ato de autoridade municipal competente, de ingresso em obra ou ocupação de edificação concluída.

Jirau - Piso de pequena área, elevado em relação ao piso do pavimento, suportado por colunas ou consolos, apoiado ou engastado nas paredes do edifício, ou suspenso aos vigamentos do teto ou a peças da cobertura.

Logradouro Público - Lugar destinado, pela Prefeitura a trânsito ou recreio público.

Loja - Pavimentos ou andares de um edifício, quando destinado a comércio.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Lote - Área de terreno destinada à edificação, com testada para logradouro público, descrita e assegurada por título de propriedade.

Meio-Fio - Peça de pedra, concreto ou outro material que separa, em desnível, o passeio do pavimento de ruas ou estradas.

Nivelamento - Determinação de cotas ou altitudes de pontos ou linhas traçadas no terreno. Regularização de terreno por desaterro das partes altas e \ou aterro das partes baixas.

Passeio - Parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres.

Pavimento - Plano que divide as edificações no sentido da altura.

Pé-Direito - Distância entre o piso e o teto de um compartimento.

Profundidade do Lote - Distância entre a frente ou a testada e a divisa oposta medida segundo uma linha normal à frente. Se a forma do lote for irregular, avalia-se a profundidade média.

Reconstruir - Refazer, no mesmo lugar, total ou parcialmente, uma construção, respeitada a forma primitiva.

Recuo - É a distância entre a fachada de um edifício afastado e o alinhamento do logradouro, medida normalmente a esse alinhamento ou distância entre as laterais da edificação e as divisas laterais. Os recuos serão: de frente, lateral ou de fundo.

Reforma - Alteração de uma edificação em suas partes essenciais sem aumento da área.

Sobreloja - Parte do edifício de pé-direito reduzido, não inferior a dois metros e cinquenta (2.50m) situado logo acima da loja, da qual faz parte integrante.

Terreno arruado - Terreno que tem uma das suas divisas coincidindo com o alinhamento do logradouro público, ou de logradouro projetado e aprovado pela Prefeitura.

Testada - Frente de lote, distâncias entre as divisas laterais medidas no alinhamento.

Vistoria - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de uma obra.

Art. 2º - Nenhuma edificação no perímetro urbano da cidade, poderá ter a sua construção iniciada sem aprovação do projeto arquitetônico, sem Alvará de Licença para construção e sem prévio alinhamento e nivelamento, por parte da Prefeitura.

§ 1º - A obrigatoriedade de aprovação de projeto arquitetônico e de concessão de Alvará de Licença pela Prefeitura é extensiva às reformas, reconstruções parciais e acréscimos de edificações;

§ 2º - Incluem-se nas exigências de Alvará de Licença a execução de demolições;

§ 3º - A expedição do Alvará de Licença para a construção e do alinhamento e nivelamento dependem de prévia aprovação do projeto arquitetônico e do pagamento da taxa de licença para execução de obra, definida no Código Tributário.

Art. 3º - Para atender aos requisitos e construtivos, o projeto de edificação deverá ser elaborado em rigorosa observância às prescrições deste código, da legislação urbanística deste Município e das normas vigentes da ABNT.

Art. 4º - Toda e qualquer edificação deverá ser, obrigatoriamente construída em absoluta conformidade com o projeto arquitetônico aprovado pela Prefeitura.

Art. 5º - Somente profissional legalmente habilitado poderá projetar, calcular e construir.

Art. 6º - É de responsabilidade da Prefeitura, a fiscalização dos serviços de construção, reconstrução, reforma ou acréscimo de edificações de qualquer natureza, a fim de que os mesmos observem rigorosamente o projeto arquitetônico aprovado, as prescrições



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

deste código, da legislação urbanística deste município e das normas vigentes da ABNT.

Art. 7º - A aprovação, o alvará de licença para construção e a definição do alinhamento e nivelamento, bem como a fiscalização durante a construção, não implicam a responsabilidade da Prefeitura pela feitura de qualquer projeto ou cálculo e pela execução de qualquer obra, nem isentem o proprietário e o construtor de responsabilidade exclusiva pelos danos que venham causar a terceiros ou aos mesmos.

Art. 8º - Para se projetar e construir edificações de qualquer tipo, deverão ser seguidas as normas disciplinares estabelecidas neste Código.

Art. 9º - Ao Prefeito e aos Servidores Públicos Municipais em geral, compete cumprir e fazer cumprir, as prescrições deste Código.

Art. 10 - O Projeto de Edificação completo, contendo os elementos necessários para a sua perfeita compreensão e execução, compreende:

I- Projeto arquitetônico;

II - Projeto de fundações;

III - Projeto estrutural;

IV - Projetos de instalações;

§ 1º - Para toda e qualquer edificação urbana será exigido projeto arquitetônico;

§ 2º - O projeto de fundações poderá, a critério da Prefeitura, ser exigido para toda e qualquer edificação, excluída apenas a residência de tipo popular;

Art. 11 - Do Projeto arquitetônico deverá, constar obrigatoriamente:

I - Planta de localização da edificação do terreno na escala 1,200, que registre a posição da edificação relativamente às linhas de divisas do terreno, constando cotas dos recuos de todos os elementos salientes e reentrantes;

II - A planta de localização deve apresentar:

- Desenho do lote na escala 1: 200.

- Endereço do respectivo lote.

- Localização e dimensão do passeio.

- Nível do pavimento térreo em relação ao nível do passeio .

- Projeção horizontal do pavimento térreo e respectivos afastamentos em relação às divisas e ao logradouro público.

- Área do lote, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, área construída do pavimento térreo e dos demais pavimentos e área construída total.

III - Os destinos de cada pavimento e compartimento e suas dimensões as espessuras das paredes, áreas e poços;

IV - Plantas de coberturas, na escala de 1.100;

V - Elevação externa, na escala de 1.50, que contenham todos os seus elementos arquitetônicos decorativos, bem como os materiais e cores a serem empregados;

VI - Cortes longitudinais e transversais na escala de 1,50, e convenientemente cotados em quantidade suficiente para perfeito entendimento do projeto contendo a numeração dos pavimentos, alturas dos pés-direitos, dimensões das aberturas de iluminação e da cobertura, altura dos peitorais e barras impermeáveis, bem como desníveis dos terrenos acidentados, quando for o caso;

VII - Plantas e detalhes de execução, nas escalas adequadas, quando necessário;

VIII - Plantas e detalhes das esquadrias, nas escalas adequadas, que indiquem os tipos de esquadrias e as especificações quando for necessário;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - As exigências estabelecidas nos itens VII, VIII do presente artigo, serão dispensadas para projetos de edificações uni-habitacionais.

§ 2º - No caso de edificações de acentuada superfície horizontal, onde resultem impraticáveis as escalas fixadas nos incisos do presente artigo, o projetista poderá escolher outras escalas, devendo, um dos cortes se, obrigatoriamente, na escala 1,50.

§ 3º - Além da especificação das escalas, é obrigatória a indicação das cotas, inclusive a altura total da edificação.

§ 4º - Das plantas do pavimento térreo e dos pavimentos superiores, destes somente no caso de terem qualquer balanço, deverão constar as cotas correspondentes aos recuos frontal, laterais e de fundo, bem como os entre blocos, edifícios e dependências.

§ 5º - Nas plantas de todo o pavimento ao constar, além das medidas internas, as medidas das faces externas do edifício, representadas pela soma das cotas internas mais a espessuras das paredes.

Art. 12 - Do projeto de fundações deverão constar os seguintes elementos:

I - planta de locação da edificação no terreno a ser ocupado.

II - planta de localização dos diversos corpos e elementos de fundação, com as cotas de seus planos de base;

III - cortes longitudinais e transversais, que caracterizem a situação topográfica do terreno na extensão prevista ao inciso I, mostrando a posição dos elementos planejados de fundação;

IV - plantas dos corpos da fundação projetada;

V - plantas e detalhes relativos às obras de fundação projetadas;

VI - cálculos das peças estruturais previstas.

VII - as cotas apresentadas devem ser em centímetros em relação às superfícies acabadas.

VIII - nas plantas baixas dos pavimentos deve se constar os níveis das lajes de piso em relação ao nível do passeio que sempre será considerado o nível de referência ou nível zero.

§ 1º - A planta de locação de edificação a construir deverá ser confeccionada em escala compatível com as dimensões do projeto e os demais desenhos nas escalas 1.20; 1.50 e 1.100.

§ 2º - Quando se tratar de edificação para fins especiais, é obrigatória a investigação do solo por meio de sondagens ou poços, executada por profissionais ou firma especializada, devendo os resultados ser apresentados isoladamente em perfis individuais, e, conjuntamente, em cortes ou seções do subsolo, acompanhados do respectivo memorial.

Art. 13 - O projeto estrutural deverá ser elaborado com observância às prescrições normalizadas pela ABNT, abrangendo cálculos estruturais, desenhos de formas e armaduras, memorial justificativo dos cálculos, volumes e quantidades.

§ 1º - É obrigatória a apresentação dos seguintes desenhos de formas a armaduras:

- a) localização dos pilares ou paredes;
- b) distribuição das cargas;
- c) cintas e paredes;
- d) tetos;
- e) pilares, cintas, vigas, lajes e escadas;
- f) reservatórios;
- g) detalhamentos especiais.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - Os desenhos do conjunto, constantes de plantas, elevação, cortes, deverão ser feitos na escala mais convenientes a sua necessária clareza.

§ 3º - Os desenhos para execução de formas e para execução de armaduras deverão ser feitos nas escalas de 1.50 a 1.100 liberdade de escolher a melhor forma de apresentação.

§ 4º - O projeto estrutural deverá obedecer basicamente ao projeto arquitetônico e observar todas as suas características.

Art. 14 - Para objetos de edificações, os desenhos técnicos deverão ser executados de acordo com as prescrições da Norma Geral de Desenho Técnico da ABNT.

Parágrafo Único - Cada folha deverá ter, no ângulo direito inferior, um quadro destinado à legenda, no qual constarão as seguintes indicações:

- a) título de desenho;
- b) número da folha e data do projeto.
- c) identificação da edificação, sua natureza, seu destino, além do número de pavimentos;
- d) local da edificação, contendo nome do logradouro e numeração do imóvel, além da identificação cadastral;
- e) área do terreno, a ser ocupada pela edificação, bem como área total a edificar;
- f) nome e endereço do proprietário da edificação ou de seu representante legal devidamente comprovado e local para respectiva assinatura;
- g) nome e endereço do projetista e local para sua assinatura;
- h) nome e endereço do construtor responsável ou da firma construtora com declaração do registro da correspondente região do CREA e local para respectiva assinatura;
- i) local para aprovação do projeto pela prefeitura e local para reconhecimento de firmas.

### **CAPÍTULO II** **DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE EDIFICAÇÃO**

Art. 15 - Para aprovação e recebimento do alvará de construção de obras especiais ou acima de quatro pavimentos será obrigatória a apresentação à Prefeitura do projeto de edificação completa, compreendendo o projeto arquitetônico, o projeto de fundações, o projeto estrutural e os projetos de instalações.

Art. 16 - Para efeito de aprovação das demais edificações, será suficiente a apresentação à Prefeitura do projeto arquitetônico.

§ 1º - A apresentação de solicitação de aprovação do projeto arquitetônico será feito por meio de requerimento do interessado à Prefeitura.

§ 2º - Além do projeto arquitetônico, o requerimento será obrigatoriamente, instruído pelos seguintes documentos:

- a) título de domínio pleno ou útil ou de posse sob qualquer modalidade, do bem imóvel;
- b) certidões negativas de impostos municipais relativas ao imóvel.

Art. 17 - O projeto arquitetônico deverá indicar a localização dos aparelhos fixos das instalações prediais.

Parágrafo Único - A exigência do presente artigo é extensiva à localização e às dimensões dos reservatórios de água, das cabinas de força, incineradores de lixo, dos medidores de energia elétrica, dos transformadores e das bombas de recalque, se houver.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 18 - Dos projetos de auditórios, cinemas e teatros deverão constar, obrigatoriamente, gráficos demonstrativos da perfeita visibilidade da tela ou palco por parte do espectador situado em qualquer das localidades, bem como o projeto acústico do mesmo.

Art. 19 - Nos projetos de piscinas de natação deverão existir plantas detalhadas de suas dependências e anexas, bem como das canalizações, filtros e bombas e das instalações elétricas e mecânicas.

Art. 20 - Dos projetos de edificações industriais deverão constar plantas de localização dos equipamentos instalações com notas explicativas referente às condições de segurança e funcionamento e a natureza dos produtos.

Parágrafo Único - As exigências do presente artigo são extensivas aos projetos de postos de serviços e de abastecimentos de veículos.

Art. 21 - Do projeto de Jirau deverá constar, obrigatoriamente, planta minuciosa do compartimento onde o mesmo tiver de ser construído e informações completas sobre o fim a que se trata, além das plantas correspondentes a edificação propriamente dita.

Art. 22 - Nos projetos de construções funerárias deverão ser consideradas os aspectos estéticos e os de segurança e higiene.

Art. 23 - Dos projetos de marquises deverão constar, obrigatoriamente os seguinte elementos:

I- Planta do conjunto de marquises com a parte fechada onde irá ser executado a obra além do detalhe do revestimento inferior ou forro;

II - planta de projeção horizontal do passeio localizados rigorosamente os postes e árvores, acaso existente no trecho correspondente à fachada;

III - planta da seção transversal da marquise determinando o perfil, a constituição da estrutura, os focos de luz e a largura do passeio.

Art. 24 - Os projetos de moradias populares poderão ser elaborados por profissionais não regularmente habilitados.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá fornecer, através do seu órgão competente e a pedido do interessado, projeto de moradia popular.

Art. 25 - No caso de edificação a ser construída nas áreas rurais do Município, será dispensado a aprovação dos projetos e demais exigência deste código.

Art. 26 - Os projetos de reforma, reconstrução ou acréscimo de edificações, devem ser apresentados de maneira a possibilitar a perfeita caracterização das partes a conservar, demolir ou acrescentar.

§ 1º - As cores convencionais serão as seguintes:

- a) preta para as partes a conservar;
- b) amarela para as partes a demolir;
- c) vermelha para as partes novas ou a renovar.

§ 2º - Os projetos deverão ser acompanhados de memorial que especifique detalhadamente as obras a executar.

§ 3º - As exigências do presente artigo e dos parágrafos anteriores não se aplicam às pequenas reformas que não alterem a área total do imóvel, ou a estética de sua fachada.

Art. 27 - Os projetos de fundações, estrutural e de instalações deverão ser obrigatoriamente, apresentados à Prefeitura por ocasião do pedido de licença para iniciar a construção da edificação de acordo com o art. 15.

Parágrafo Único - A apresentação dos projetos a que se refere o presente artigo será feita mediante requerimento do interessado à Prefeitura, solicitando que sejam os mesmos anexados ao projeto arquitetônico aprovado, para todos os efeitos legais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 28 - No quadro destinado à legenda existente em todas as folhas desenhadas, de projetos de edificação, bem como memoriais descritivos, deverão constar discriminadamente nos locais próprios, as assinaturas do proprietário da edificação do projetista e do Responsável Técnico.

§ 1º - Quando se tratar de firma projetista ou tutora, as peças de projetos de edificações, inclusive as memoriais descritivos, deverão ser assinadas pelos seus representantes legais e responsáveis técnicos.

Art. 29 - Os projetos de edificação, deverão ser apresentados à Prefeitura em papel vegetal sem emendas, rasuras ou borrões.

Art. 30 - Independem de apresentação do projeto as seguintes obras em edificação em geral:

I - As pequenas reformas do § 3º, do artigo 26;

II - Galinheiros sem finalidades comerciais, desde que sejam instalados fora das habitações e tenham o solo do poleiro impermeabilizado e com declividade necessária para o escoamento nas águas de lavagem;

III - Caramanchões e fontes decorativas;

IV - Pinturas internas e externas de edifícios;

V - Construção de passeios no interior de terrenos edificados;

VI - Consertos de passeios, sem modificações de suas características essenciais;

VII - Construção de entrada de veículos;

VIII - Rebaixamento de meios-fios;

IX - Construção de muros divisórios de lotes;

X - Reparos nos revestimentos das edificações quando não descaracterizem os elementos arquitetônicos existentes;

XI - Reparos internos nas edificações exceto substituições de aberturas externas;

Art. 31 - Independem de apresentação de projeto arquitetônico as edificações situadas nas áreas rurais.

### **CAPÍTULO III**

### **DA APROVAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO E DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO.**

Art. 32 - Para a provação pela Prefeitura do projeto arquitetônico e a concessão de Alvará de Licença para construção, o interessado deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - Fazer requerimento a Prefeitura, solicitando aprovação do projeto;

II - Especificar, nome e endereço do construtor responsável;

III - Apresentar o projeto arquitetônico completo;

IV - Apresentar o projeto de fundações, o projeto estrutural e o projeto de instalações, quando necessário;

V - Comprovar legalmente que o lote se acha aprovado quando for o caso;

VI - Certidão de que foram arquivados no Cartório competente de Registro de Imóveis os documentos exigidos pela Legislação Federal sobre incorporações imobiliárias se for o caso;

VII - Pagamento das taxas correspondentes, estabelecidas no Código Tributário Municipal;





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 33 - Para sua aprovação pela Prefeitura, o Projeto Arquitetônico deve ser examinado nos seus elementos geométricos essenciais e nos seus aspectos estéticos.

§ 1º - Os elementos geométricos essenciais são os seguintes:

- I - A altura da edificação;
- II - O pé-direito;
- III - A espessura das paredes mestras, as seções vigas, pilares e colunas;
- IV - As dimensões das áreas e passagens;
- V - A posição das paredes externas;
- VI - A área e a forma da cobertura;
- VII - A posição e as dimensões dos vãos externos;
- VIII - As dimensões das saliências e dos balanços;
- IX - As linhas e os detalhes das fachadas.

§ 2º - No ponto de vista estético, a edificação será considerada, ainda, no quadro de construções circunvizinhas e do ponto de vista paisagístico.

Art. 34 - Qualquer projeto arquitetônico de edificação só poderá ser aprovado em absoluta conformidade com os dispositivos da legislação urbanística do Município.

Art. 35 - Quando forem constatados erros ou insuficiência do projeto arquitetônico, o interessado será convidado por escrito e por notificação afixada em local de uso público, edifício onde funcionar a repartição competente, a comparecer mesmo afim de satisfazer as exigências formuladas.

Art. 36 - Nos projetos arquitetônicos serão permitidas apenas correções de algumas cotas, feitas a tinta vermelha pelo profissional responsável rubricada pelo mesmo e pelo Prefeito.

Art. 37 - O requerimento de Alvará de Licença para construir moradia popular com isenção da taxa de licença para execução de obras, deverá ser acompanhado de uma declaração, em duas vias, assinadas pelos interessados e com firma reconhecida, contendo os seguintes esclarecimentos:

I - Não ser proprietário de outro imóvel, além do terreno onde pretende construir;

II - Estar ciente das penalidades legais impostas aos que fazem falsas declarações;

III - Obrigar-se a seguir rigorosa e detalhadamente o projeto arquitetônico que for aprovado pela Prefeitura;

IV - Estar ciente da sua responsabilidade civil pela obra.

§ 1º - As prescrições do presente artigo são extensivas às pequenas reformas.

§ 2º - No requerimento não necessitará constar o nome do construtor, desde que a construção de moradias populares e a execução de pequenas reformas até 60 m<sup>2</sup> estão dispensadas da assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado.

§ 3º - A isenção a que se refere o parágrafo anterior será deferida pelo Prefeito após o exame dos documentos especificados no presente artigo.

Art. 38 - Antes de expedir o Alvará de Licença para Construção, a Prefeitura deverá vistoriar as condições do terreno onde se pretende construir a edificação.

Art. 39 - No Alvará de Licença para Construção serão expressos:

I - Nome e endereço do interessado;

II - Nome e endereço do construtor responsável e CREA ;

III.- Nome do logradouro, numeração do imóvel e a sua identificação cadastral;

IV - Prazo para construir a edificação, com data para início e término;

V - Servidões legais a serem observadas no local;

VI - Tipo e destino da edificação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Único - Além dos elementos discriminados nos incisos do presente artigo, poderão ser indicados outros julgados necessários.

Art. 40 - A licença para edificar será válida, para dar início à construção pelo prazo de 03 (três) meses.

Parágrafo Único - Se o interessado quiser iniciar a execução das obras após o prazo fixado no presente artigo, deverá requerer novo Alvará de licença para Construção e pagar nova taxa.

Art. 41 - Considera-se iniciada a construção ao que promovida a execução dos serviços de locação e de escavações ou aterros e reaterros.

§ 1º - Se a construção não for concluída dentro do prazo fixado na licença, o interessado deverá requerer novo Alvará, que será concedido por mais um ano e que poderá ser repetido mais vezes, a critério da Prefeitura.

§ 2º - No caso de faltarem apenas os serviços de pintura, estes poderão ser executados independentemente de novo Alvará.

Art. 42 - A Concessão de Alvará de Licença para Construção e o pagamento das respectivas taxas, não isenta o imóvel do imposto territorial urbano, ou predial no período de realização das obras.

Art. 43 - Independem de Alvará de Licença para Construção e execução das seguintes obras:

- I - Remendos em assoalhos e forros, frisos e paredes;
- II - Remendas e substituições de revestimentos
- III - Limpeza ou pintura externa ou interna de edifícios que não dependem de tapumes ou andaimes;
- IV - Pavimentação ou consertos de passeios no interior de terrenos edificados;
- V - Reparos em passeios de logradouros em geral;
- VII - Substituições de telhas partidas;
- VIII - Reparos nas instalações prediais;
- IX - Construção de viveiros, galinheiros, telheiros, caramanchões, estufas e tanques para fins exclusivamente domésticos, com área inferior a 15.00m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro nem sejam visíveis dos logradouros.
- X - Construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciados, com a obrigatoriedade de serem demolidos imediatamente após o término das referidas obras.

### **CAPÍTULO IV** **DO ALINHAMENTO E NIVELAMENTO**

Art. 44 - Para o início de construção em terrenos do que ainda não se edificou, é necessário que o interessado esteja de posse das notas de alinhamento e nivelamento fornecidas pela Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura, sempre que possível deverá colaborar, gratuitamente, a critério do Prefeito, nos serviços de terraplanagem, nivelamento e alinhamento dos terrenos, facilitando assim, a implantação de novas edificações.

§ 2º - A exigência do alinhamento e nivelamento decorrem das prescrições de legislação urbanística do Município e visa assegurar que a edificação seja construída em concordância com a via pública.

§ 3º - Tratando-se de construção em lote já edificado situado em logradouro não sujeito às modificações altimétricas, serão dispensados as notas de nivelamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 45 - As notas de alinhamento e nivelamento serão fornecidas em croquis, mediante pagamento das respectivas taxas e depois de processados o requerimento que a ela se refere.

Art. 46 - O croquis será extraído em 3 vias e conterá todas as indicações relativas aos pontos marcados no terreno por meio de piquetes, pelo funcionário encarregado do serviço.

Parágrafo Único - A primeira via do croquis será entregue ao interessado, contra recibo, e as duas outras ficarão arquivadas na Prefeitura.

Art. 47 - Para efeito do início da construção, os croquis de alinhamento e nivelamento, vigorará por 06 (seis) meses) construtor deve mantê-lo no local da obra, durante a construção.

Parágrafo Único - Devem ser conservados, nos seus lugares, os piquetes colocados pela Prefeitura.

Art. 48 - Antes que qualquer construção no alinhamento do logradouro atinja a altura de 1 metro, o profissional responsável pela execução da obra pedirá verificação do alinhamento, que deverá ser feita dentro do prazo de 3 dias úteis, pelo funcionário encarregado do serviço.

§ 1º - Quando se tratar de estrutura de concreto armado, o pedido de verificação do alinhamento será feito antes de concretadas as colunas do pavimento térreo.

§ 2º - Os muros provisórios de fechamento não ficam sujeitos à exigência deste artigo.

Art. 49 - As notas de alinhamento e nivelamento deverão ser fielmente observadas.

Parágrafo Único - A autoridade encarregada da fiscalização só oporá a seu visto no croquis de alinhamento e nivelamento, depois de verificar que a construção satisfaz às notas dele inscritas.

Art. 50 - Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos serão concordados por um terceiro, normal à bissetriz do ângulo por eles formados, e de comprimento variável entre 2.50m (dois metros e cinquenta centímetros) e 4.50m (quatro metros e cinquenta centímetros). Esse remate pode, porém, ter qualquer forma contando que seja escrita nos 3 alinhamentos citados.

Parágrafo Único - Em edificação de mais de um pavimento, essa superfície de concordância, não será exigida a partir de segundo pavimento.

### **CAPÍTULO V**

#### **DO PROJETO DE LICENÇA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS, DE CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE INSTITUIÇÕES OFICIAIS OU OFICIALIZADAS E DA MUNICIPALIDADE.**

Art. 51 - As obras de qualquer natureza em propriedade dos Poderes Públicos ficam sujeitas a aprovação do projeto arquitetônico e a concessão de licença pela Prefeitura.

§ 1º - O pedido de licença, feito pela repartição interessada por meio de ofício ao Prefeito, deverá ser acompanhado do Projeto Arquitetônico da edificação a ser construída, observando-se as disposições deste Código.

§ 2º - O Projeto Arquitetônico deverá ser assinado por profissional legalmente habilitado, com a indicação do cargo e do número da carteira profissional, se tratar de funcionário.

§ 3º - Não sendo funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer o que este código dispõe.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 4º - Quando se tratar de firma, as obrigações serão idênticas às estabelecidas no parágrafo anterior, para profissional.

§ 5º - Existe prioridade e regime de urgência, para os processos relativos à construção de edifícios públicos em geral.

§ 6º - As exigências em relação ao projeto arquitetônico apresentado e a licença solicitada, caso necessária, serão feitas de uma só vez pela Prefeitura diretamente à autoridade interessada, por meio de ofício.

§ 7º - O projeto arquitetônico aprovado, bem como o Alvará de Licença para Construção e a cotas de alinhamento e nivelamento, serão enviados a autoridade que fez a solicitação.

§ 8º - Uma cópia do projeto arquitetônico aprovado será conservada na Prefeitura para fins de fiscalização, sendo arquivado após o término de obras.

§ 9º - Os contratantes ou executantes das obras a que se refere o presente artigo, estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício profissional, caso não sejam funcionários ou entidades concessionárias de serviços públicos.

Art. 52 - A construção de edifícios, pertencentes a autarquias, empresas ou concessionárias de serviços públicos só pode ser executadas com projetos arquitetônicos aprovado pela Prefeitura, com Alvará de Licença para Construção observados as prescrições deste Código.

Parágrafo Único - O projeto arquitetônico e o pedido de Alvará de Licença deverão ser assinados pelo responsável da autarquia, empresa ou da concessionária, além do Responsável Técnico legalmente habilitado.

Art. 53 - Qualquer edificação a ser construída por instituições oficiais ou oficializadas, que gozem de isenção no pagamento de tributos, em consequência da legislação federal ou municipal, só pode ser executada com projeto arquitetônico aprovada pela Prefeitura, com a concessão de Alvará de Licença para Construção observado os dispositivos deste código.

Art. 54 - A execução de edificações da municipalidade fica sujeita ao dispositivos deste código, seja quais forem os projetistas e construtores.

Parágrafo Único - As obras de qualquer natureza em próprios municipais ou junto aos mesmos, só poderão ser executadas após aprovação da Prefeitura ou de sua autorização.

### **CAPÍTULO VI** **DO PROJETO E DA LICENÇA DE OBRAS PARCIAIS**

Art. 55 - Em qualquer edificação existente será permitido realizar obras de reforma, reconstrução parcial ou acréscimo, desde que atendidas as exigências deste Código.

Art. 56 - Em geral, as obras de reconstrução parcial, reforma ou acréscimo de edificação existente, só serão permitidas nos seguintes casos:

I - Reconstrução parcial ou reforma, se forem apenas para melhorar as condições de higiene, comodidade e segurança ou para ampliar a capacidade de utilização.

II - Acréscimo, se não prejudicarem as partes existentes.

Art. 57 - Na edificação que estiver sujeita a cotas para retificação de alinhamento, alargamento do logradouro ou recuo regulamentares, só serão permitidas obras de reconstrução parcial ou reformas nas seguintes condições:

I - Reconstrução parcial ou acréscimo, se não forem nas partes a serem cotadas nem tiverem área superior a 20% (vinte por cento) da edificação se nas partes a



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

reconstruir ou a crescer forem observados os dispositivos deste código e se as mesmas não constituírem prejudicial à estética e/ou, segurança.

II - Reforma, se forem apenas para recompor revestimentos e pisos ou para realizar pintura externa ou interna.

Art. 58 - Na edificação que estiver sujeita por lei de desapropriação e demolição, para retificar e alargar logradouro e para realizar recuos regulamentares, só serão permitidos serviços de recomposição de revestimentos e pisos ou de pintura externa sem que isso venha dar ao proprietário do imóvel qualquer garantia de direito.

### **CAPÍTULO VII** **DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÕES**

Art. 59 - Qualquer demolição a ser realizada, exceto os muros de fechamento até 3.00m (três metros) de altura, deverá ter licença da Prefeitura, bem como pagar a taxa devida.

§ 1º - Se a edificação a demolir tiver mais de 2 (dois) pavimentos ou mais de 8.00m (oito metros) de altura, será exigida a responsabilidade do profissional legalmente habilitado.

§ 2º - Incluem-se na exigência do parágrafo anterior os edifícios que forem encostados em outros edifícios ou que estiverem no alinhamento do logradouro ou sobre divisas do lote, mesmo que sejam apenas de um pavimento.

§ 3º - O requerimento de licença para demolições será assinado pelo proprietário e pelo profissional responsável.

§ 4º - No pedido de licença deverá constar o período de duração dos serviços, o qual poderá ser prorrogado por solicitação e a juízo da Prefeitura.

### **CAPÍTULO VIII** **DAS CONDIÇÕES PARA MODIFICAR O PROJETO** **ARQUITETÔNICO APROVADO**

Art. 60 - Antes do início da execução de edificação ou durante a sua execução, será admissível modificar-se o projeto arquitetônico aprovado ou alterar-se o destino de compartimentos ou as linhas e detalhes das fachadas.

§ 1º - O projeto modificado deve ser apresentado pelo interessado à Prefeitura juntamente com o projeto aprovado e o Alvará de licença para construção.

§ 2º - A aprovação do projeto modificado constará de apostila no Alvará de Licença para Construção, anteriormente fornecido, o qual será devolvido ao interessado juntamente com as cópias do referido projeto.

Art. 61 - No caso de modificação do projeto arquitetônico e após sua aprovação pela Prefeitura, o proprietário ou construtor responsável fica obrigado a cientificar às repartições

das entidades públicas competentes e às concessionárias de serviços públicos com a devida antecedência, a fim de que as mesmas possam verificar se a modificação exige alterações nos traçados das tubulações das instalações e nas disposições dos aparelhos fixos.

### **CAPÍTULO IX** **DO PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO PARA** **PROJETAR, CALCULAR E CONSTRUIR**





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 62 - É considerado legalmente habilitado para projetar, calcular e construir o profissional que satisfizer as exigências da legislação federal pertinentes, e às deste Código.

Art. 63 - É obrigatória a assinatura do profissional nos projetos, desenhos, cálculos, especificações e memoriais submetidos à Prefeitura, devendo ser precedida da indicação função que lhe couber como autor do projeto arquitetônico, autor de projeto e cálculo de estrutura, autor de projeto e cálculo de fundações e construtor de obras.

Parágrafo Único - As assinaturas a que se refere o presente artigo, deverão ser sucedidas do título que o profissional é portador, e dos números de sua carteira profissional e do registro na correspondente região do CREA.

Art. 64 - Para projetar e calcular, a responsabilidade profissional poderá ser de dois ou mais profissionais.

Parágrafo Único - A execução de obras é de responsabilidade exclusiva de um único profissional ou firma legalmente habilitada.

Art. 65 - Para efeito deste código, é obrigatório o registro da Prefeitura de Profissionais e firmas legalmente habilitadas.

§ 1º - O registro será feito pela Prefeitura, mediante a apresentação pelo interessado dos seguintes documentos:

- a) requerimento;
- b) carteira profissional fornecida ou vistada no CREA, região deste Município, com firma devidamente reconhecida;
- c) prova de quitação de anuidade no CREA, região deste Município;

d) prova de pagamentos dos impostos municipais concernentes ao exercício profissional ou prova de inscrição na Prefeitura, para pagamento dos referidos impostos.

§ 2º - No caso de profissional licenciado, deverá ser apresentada prova de que se encontra regularmente licenciada para projetar, para construir ou para projetar e construir neste Município.

§ 3º - Quando se tratar de firma, serão exigidos, além dos documentos especificados nas alíneas do parágrafo 1º do presente artigo, a documentação relativa à sua constituição legal e a carteira do profissional responsável.

§ 4º - Do registro de profissional constarão anotações de atribuições de títulos, de impostos pagos e de ocorrências profissionais, além do retrato.

§ 5º - No registro de firma constarão ainda o certificado do registro expedido pelo CREA, região deste Município e a necessária identificação do profissional responsável.

Art. 66 - Para que o profissional seja considerado licenciado perante a Prefeitura, é obrigatória a apresentação periódica quitação de anuidade do CREA, região deste município, e do pagamento dos impostos correspondentes à profissão exercida.

Art. 67 - Os projetos, cálculos, especificações memoriais ou a execução de obras, e de instalações são de inteira responsabilidade dos profissionais que os elaboram ou os dirigem.

### **TÍTULO IV** **DAS EDIFICAÇÕES E DA CLASSIFICAÇÃO, FORMA E** **DIMENSIONAMENTO DE SEUS COMPARTIMENTOS** **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 68 - Toda e qualquer edificação a ser construída deverá ter assegurado perfeito equilíbrio estético e funcional sua estrutura e nos seus espaços, considerados a seu tipo e a sua destinação, os aspectos visuais e as necessidades fundamentais do homem e as de seu uso.

Art. 69 - Na elaboração de projeto de edificação de qualquer tipo e quando esta for construída, deverão ser, obrigatoriamente, considerados a classificação, forma e dimensionamento dos compartimentos e a expressão lógica de seus fins.

### **CAPÍTULO II.** **DA CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS**

Art. 70 - Para os efeitos deste Código, o destino dos compartimentos das edificações será considerada tanto pela sua designação do projeto como pela sua finalidade lógica, decorrente da disposição em planta.

Art. 71 - A classificação dos compartimentos é a seguinte:

I - De permanência prolongada, diurna e noturna;

II - De utilização transitória;

III - De utilização especial.

§ 1º - São compartimentos de permanência prolongada:

- a) dormitório;
- b) refeitório;
- c) salas de estar e de visitas;
- d) salas de gabinetes de trabalho;
- e) estúdios;
- f) escritórios;
- g) consultórios;
- h) bibliotecas;
- i) lojas e sobrelojas;
- j) salas de aulas;
- k) salões para fins comerciais ou industriais diversos;
- l) copas, cozinhas e outros de destinos semelhantes.

§ 2º - São compartimentos de utilização transitória:

- a) vestíbulos;
- b) salas de entrada ou de espera;
- c) corredores;
- d) caixas de escadas;
- e) banheiros e sanitários;
- f) despensas e rouparias;
- g) arquivos, depósitos e outros de destino semelhante.

§ 3º - São compartimentos de utilização especial:

- a) adegas;
- b) câmaras escuras;
- c) caixas fortes;
- d) frigoríficos;
- e) garagens;
- f) subterrâneos e outros de finalidade rápida.

§ 4º - A subdivisão de compartimentos em caráter definitivo, com parede chegando até o teto, só será permitida quando os compartimentos resultantes satisfizerem em exigências deste código, tendo em vista a sua finalidade.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

Art. 72 - Os compartimentos de chegada de escada, casa de máquinas de elevadores, reservatórios ou qualquer outro corpo acessório, deverão ficar incorporados à massa arquitetônica do edifício, sendo tratados como elementos compatíveis com a estética do conjunto.

### **CAPÍTULO III** **DOS VESTÍBULOS E DAS SALAS DE ENTRADA OU DE ESPERA**

Art. 73 - Os vestíbulos e as salas de entrada ou de espera poderão ter área mínima menor que a das salas em geral, embora nunca inferior a 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

Parágrafo Único - O pé-direito mínimo dos compartimentos referidos no presente artigo será de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 74 - Quando os vestíbulos e as salas de entrada ou de espera não tiverem acesso direto do exterior, poderá ser dispensada a abertura para o exterior, desde que exista comunicação permanente convenientemente iluminado e ventilado.

### **CAPÍTULO IV** **DOS CORREDORES**

Art. 75 - Os corredores deverão ter as seguintes larguras mínimas:

I - 1.20 m (hum metro e vinte centímetros), quando de acesso a edifícios residenciais ou comerciais até 03 (três pavimentos);

II - 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros), quando de acesso a edifícios de mais de 03 (três) pavimentos ou destinados a locais de reunião com capacidade até 150 (cento e cinquenta) pessoas.

III - 0.80 m (oitenta centímetros), quando internos em edifícios de uma residência;

IV - 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros), nos trechos correspondentes a frente e, portas e elevadores.

§ 1º - Em edifícios destinados a locais de reunião com capacidade superior, a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a largura dos corredores de acesso deverá corresponder a um centímetro por pessoa.

§ 2º - Todo corredor que tiver mais de 10.0 m (dez metros) de comprimento deverá ter iluminação natural e ventilação permanente adequada para cada 10.0 (dez metros) de extensão no mínimo.

Art. 76 - O pé-direito mínimo para corredores será 2.30 m (dois metros e trinta centímetros).

### **CAPÍTULO V** **DAS CAIXAS DE ELEVADORES, POÇOS E CASAS DE MÁQUINAS**

Art. 77 - Em edifício que tenha de dispor de um ou mais elevadores, o projeto arquitetônico deverá assegurar o mais adequado sistema de ventilação vertical, apresentando claramente a localização e ventilação de casa de máquina e meio acesso à mesma além da profundidade dos poços, adequada à velocidade dos elevadores.

§ 1º - As medidas mínimas de frente da caixa de elevadores para portas com vão livres de 0.80 m (oitenta centímetros) são as seguintes:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - 1.95 m (hum metro e noventa e cinco centímetros) no caso de porta de cantina corredeira horizontal de uma folha e portas dos pavimentos eixo vertical ou no caso de portas de cabina e dos pavimentos corredeiras horizontais de uma folha;

II - 1.70 m (um metro e setenta centímetros) no caso da porta da cabina corredeira horizontal de duas folhas e portas dos pavimentos eixo vertical; um metro e cinquenta centímetros), nos trechos correspondentes a frente e, portas e elevadores.

III - 1.50 m ( Um metro e cinquenta centímetros)

§ 2º - O pé-direito da casa de máquina deverá ser, no mínimo de 2.00 m (dois metros) e o espaço livre entre a porta mais alta das máquinas e o teto deverá ser de 1.00 m (hum metro).

§ 3º - O acesso à casa de máquinas deverá ser o mais adequado possível e ter largura o suficiente para entrada de qualquer parte da maquinaria.

Art. 78 - As caixas de escada deverão ser providas de iluminação e ventilação permanente e adequada.

§ 1º - A iluminação das caixas de escada deverá ser perfeitamente natural.

§ 2º - A iluminação artificial das caixas de escada só será admissível quando este compartimento tiver de ser colocado, para melhor adequação dos elementos componentes de edificação, de forma tal que não a possibilite natural somente em edificações unifamiliares.

§ 3º - A ventilação permanente das caixas de escada deve ser assegurada adequadamente ao nível de cada pavimento.

§ 4º - A iluminação das caixas de escada dos edifícios de uso coletivo deverá ser natural e direta.

### **CAPÍTULO VII** **DAS ESCADAS E RAMPAS**

Art. 79 - As escadas deverão ter as seguintes larguras mínimas úteis:

I - 0.80 m (oitenta centímetros) em edifícios uni-habitacionais, observado o raio mínimo de 0.60 m (sessenta centímetros) em relação ao eixo, quando forem circulares.

II - 1.20 m (hum metro e vinte centímetros) em edifícios residenciais ou comerciais até 03 (três) pavimentos ou destinadas a locais de reunião com capacidade de até 150 (cento e cinquenta) pessoas.

§ 1º - Em edifícios destinados a fins recreativos com capacidade superior a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a largura das escadas deverá corresponder a um centímetro por pessoa.

§ 2º - As escadas destinadas a usos secundários e eventuais, como as de acesso a compartimentos não habitáveis, poderão ter largura mínima útil de 0.60 (sessenta centímetros).

§ 3º - A largura útil de qualquer escala é mantida entre as faces internas dos corrimões ou das paredes que as limitarem lateralmente.

§ 4º - No caso referido no inciso II do presente artigo, as escadas circulares deverão observar o raio mínimo de 0.90 m (noventa centímetros) em relação ao seu eixo.

§ 5º - No caso de degraus em leques em escadas de lances retos são extensivas as prescrições relativas a escadas circulares.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

Art.80 - Em nenhum edifício a existência de elevador dispensará a construção de escadas.

Art. 81 - Nos edifícios de mais de um pavimento e com área de projeção horizontal superior a 600.0 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), deverão existir, obrigatoriamente, duas escadas com acesso direto pelo pavimento térreo.

Art. 82 - As escadas deverão ter desenvolvimento contínuo através dos pavimentos.

§ 1º - A altura livre das escadas será, no mínimo de 2.00 m (dois metros).

§ 2º - As dimensões dos degraus das escadas deverão obedecer às relações indicadas pela técnica arquitetônica, não podendo a altura ser superior a 0.18 cm.(dezoito centímetros), nem a largura ser inferior a 0.25 cm. (vinte e cinco centímetros).

§ 3º - No lado interno das curvas, a largura mínima dos degraus, poderá chegar até a 0.80 cm. (oitenta centímetros).

§ 4º - Sempre que o número de degraus exceder de 19 (dezenove), será obrigatório intercalar um patamar, com a profundidade mínima igual à largura da escada.

§ 5º - Nenhum ponto de cada pavimento poderá distar do acesso à escada mais de 30.0 m (trinta metros).

Art. 83 - As escadas nas edificações uni-habitacionais poderão ser localizadas em qualquer dos compartimentos, desde que as áreas mínimas destes, até a altura de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros), não fiquem prejudicadas, sem nenhuma exceção.

Art. 84 - As escadas em caracol, só serão permitidas para uso privativo e acesso a um único pavimento quando construídas com material incombustível.

Art. 85 - As escadas ou rampas deverão ser construídas de material incombustível, excetuados os corrimãos.

Parágrafo Único - É permitida a construção de escada de madeira ou similar quando for de acesso a um único pavimento de uso privativo.

Art. 86 - As escadas ou rampas que vençam alturas superiores a 3.00 m (três metros) deverão ser protegidas por meio do corrimão ou de paredes.

### **CAPÍTULO VIII** **DAS SALAS**

Art. 87 - As salas dos edifícios residenciais deverão ter:

I - Área mínima de 12.00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);

II - Forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 1º - No caso de edifícios de salas para escritórios e consultórios ou para fins comerciais, as salas deverão ter área mínima de 12.00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados), e 3.00 (três metros) na sua menor dimensão, medidos de eixo a eixo de parede, não se considerando corredores, saletas, vestíbulos ou sanitários.

§ 2º - No caso de lojas, as salas poderão ter área mínima de 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados).

### **CAPÍTULO IX** **DOS DORMITÓRIOS**

Art. 88 - Os dormitórios deverão ter:

I - Área mínima de 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II - Forma tal permita a inscrição, ou plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Pé-direito de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 1º - No caso de mais de dois dormitórios, os demais poderão ter área mínima de 8.00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), com forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º - No cálculo de área de dormitório não se computa a correspondente ao armário embutido.

§ 3º - Todo dormitório deverá ter abertura exterior, provida de veneziana ou de dispositivos apropriados, a fim de serem assegurados adequadas iluminação natural e renovação de ar.

### **CAPÍTULO X** **DAS COZINHAS, COPAS E DESPENSAS**

Art. 89 - As cozinhas e copas deverão ter:

I - Área mínima de 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados);

II - Forma tal que permita traçar, no palmo do piso um círculo de diâmetro mínimo de 2.00 m (dois metros);

III - Pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - Teto construído de material incombustível, quando existir pavimento superposto;

V - Aberturas que asseguram adequadas iluminação natural e ventilação permanente.

§ 1º - Nas residências construídas de sala, dormitório, banheiro e cozinha, esta poderá ter área de 4.00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), em cujo piso seja traçado um círculo de diâmetro igual a 1.60 m (hum metro e sessenta centímetros).

§ 2º - Quando forem conjugadas e formarem compartimentos único, a cozinha e copa deverão observar características comuns.

Art. 90 - As despensas deverão ter:

I - Área máxima de 2.25 m<sup>2</sup> (dois metros e vinte e cinco centímetros);

II - Forma tal que permita traçar no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 1.50m.(hum metro e cinquenta centímetros).

III- Pé-direito mínimo de 2.50m.(dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único - As despensas poderão ter área superior à fixada no presente artigo, desde que exista pelo menos três dormitórios e um compartimento que satisfaça as condições de dormitório de empregada.

Art. 91 - As cozinhas e despensas não poderão ser passagem obrigatória entre salas e dormitórios e banheiros ou sanitários, nem entre dormitórios.

Art. 92 - Nas cozinhas, copas e despensas deverá ser previsto o escoamento das águas de lavagem.

### **CAPÍTULO XI** **DOS BANHEIROS E SANITÁRIOS**

Art. 93 - Os banheiros e sanitários, quando em compartimentos conjunto, deverão ter:

I - Área mínima de 2.40 m<sup>2</sup> (dois metros e quarenta centímetros quadrados), e largura de 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros);

II - Dimensões que permitam os seguintes requisitos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

a) a banheira, quando existir, disporá de uma área livre, em um de seus lados maiores, onde possa ser traçado, um círculo de 0.60 cm. (sessenta centímetros) de diâmetro;

b) o box, quando existir, deve ter forma tal que permita traçar, no plano do piso um círculo de 0.80 cm (oitenta centímetros) de diâmetro;

III - Pé-direito mínimo de 2.50 cm (dois metros e cinquenta centímetros).

IV - Dispositivos que assegurem perfeita iluminação e ventilação naturais.

§ 1º - Quando for privativo do dormitório, o compartimento do banheiro e sanitário poderá ser ligado diretamente ao mesmo.

§ 2º - Toda residência, com mais de um dormitório, deverá dispor, no mínimo de um compartimento com banheiro e sanitário com acesso independente do dormitório.

§ 3º - O compartimento para um chuveiro e um sanitário poderá ter área mínima de 2.50 m<sup>2</sup> (dois metros e cinquenta centímetros quadrados) e largura mínima de 1.20 m (hum metro e vinte centímetros).

§ 4º - Quando destinado exclusivamente a banheiro ou a sanitário, o compartimento terá área mínima de 2.00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) e largura mínima de 1.10 m (hum metro e dez centímetros).

§ 5º - Os banheiros e sanitários não poderão ter comunicação direta com sala, cozinha, copa ou despensa.

Art. 94 - Nos banheiros e sanitários deverá ser previsto o escoamento das águas de lavagens.

### **CAPÍTULO XII** **DAS ÁREAS DE SERVIÇO**

Art. 95 - As áreas de serviço deverão ser locais convenientemente cobertos e arejados.

§ 1º - As áreas de serviço deverão ter tanque de lavar roupas e ser providos de água corrente, além de ralos ligados à rede de esgotos.

§ 2º - No caso de inexistência de canalização de esgotos, o tanque deverá escoar para sumidouro, sendo proibida sua descarga nas fossas biológicas ou nas sarjetas ao logradouro.

§ 3º - O tanque deverá ser perfeitamente impermeabilizado.

§ 4º - Em edifícios de apartamentos residenciais, as áreas de serviço deverão ter área mínima de 4.00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), com largura mínima de 1.20 m (hum metro e vinte centímetros).

### **CAPÍTULO XIII** **DAS DEPENDÊNCIAS DE EMPREGADOS**

Art. 96 - As dependências de empregadas deverão constar de quarto e de um compartimento para lavatório, chuveiro e sanitário.

§ 1º - O quarto deverá ter:

a) Área mínima de 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrado);

b) Forma tal que permita traçar, no seu piso, um círculo de diâmetro de 2.00 m (dois metros);

c) Pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

§ 2º - O compartimento para o lavatório, chuveiro e sanitário, deverá ter:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- a) Área mínima de 2.00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);
- b) Largura mínima de 1.20 m (hum metro e vinte centímetros);
- c) Pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

### **CAPÍTULO XIV** **DAS GARAGENS DOMICILIARES**

Art. 97 - As garagens domiciliares deverão ter:

I - Área mínima de 12.50 m<sup>2</sup> (doze metros e cinquenta centímetros quadrados);

II - Largura mínima de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Pé-direito mínimo de 2.30 m (dois metros e trinta centímetros);

IV - Abertura que assegurem ventilação permanente;

V - Teto de material incombustível, quando existir pavimento superposto.

§ 1º - A garagem domiciliar poderá ser parte constitutiva do edifício principal ou se constituir edificação isoladas.

§ 2º - Nas garagens deverá ser previsto o escoamento das águas de lavagem.

§ 3º - A garagem domiciliar não poderá ter comunicação com dormitórios.

§ 4º - O pavimento superposto a uma garagem domiciliar poderá ser construído como sótão.

### **CAPÍTULO XV** **DAS CÂMARAS PARA INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADORES**

Art. 98 - É obrigatória a inclusão de câmara destinada à instalação de transformadores da distribuição e acessórios necessários para o seu suprimento adequado em toda e qualquer edificação que se enquadra em um dos seguintes requisitos, pelo menos:

I - Tiver seis ou mais pavimentos, incluindo o térreo;

II - Tiver demanda igual ou superior a 50 KVA (cinquenta quilowatts)

III - Tiver área construída igual ou superior a 1000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

Art. 99 - Quando for incluída câmara para instalação de transformadores em edificação, o projeto e a construção do referido compartimento deverão ser feitos de acordo com prescrições normalizadas pela ABNT e com as recomendações técnicas da concessionária do serviço público de energia elétrica.

### **CAPÍTULO XVI** **DOS PORÕES E SUBTERRÂNEOS**

Art. 100 - Os porões e subterrâneos, para serem utilizados, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Terem pé-direito mínimo de 2.30 m (dois metros e trinta centímetros) e vão livre mínimo de 2.00 m (dois metros), este tomado sempre da superfície do piso à face inferior da viga de maior altura;

II - Sempre serem ventilados por meio de abertura protegida com dispositivos que assegurem renovação de ar e impeçam passagem de pequenos animais.

§ 1º - Os compartimentos do porão e subterrâneos poderão ser utilizados para depósitos, adega, despensa, rouparia, arquivo ou garagens.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - É proibido utilizar compartimento de porão e subterrâneo para dormitório e cozinha.

### **CAPÍTULO XVII** **DOS SÓTÃOS**

Art. 101 - O sótão poderá ser destinado a compartimento de utilização prolongada transitória ou especial que lhe sejam compatíveis e que nele tenham garantia a sua funcionalidade.

§ 1º - Somente poderão ser utilizados para permanência prolongada os compartimentos que atenderem os seguintes requisitos:

- a) Terem área mínima de 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);
- b) Terem a metade de área, no mínimo, com pé-direito de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) Terem forro e paredes que os isolem da cobertura;
- d) Terem instalações prediais adequadas, inclusive iluminação e ventilação satisfatória.

§ 2º - Os compartimentos que tiverem mais da metade da área com pé-direito inferior a 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros), só poderão ser destinados para utilização transitória ou especial.

### **TÍTULO V** **DOS PROJETOS DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

Art. 102 - Os projetos dos elementos construtivos das edificações deverão observar as exigências deste código.

### **CAPÍTULO I** **DAS FUNDACÕES**

Art. 103 - Na elaboração de projeto de fundações deverão ser atendidas as prescrições da Norma de Projeto e Execução de Fundações da Associação Brasileira de Mecânico dos Solos, oficialmente, reconhecida pela ABNT.

Art. 104 - O tipo de fundação a projetar deverá ser determinado com base no exame criterioso dos seguintes elementos:

- I - Natureza da edificação;
- II - Condições topográficas do local;
- III - Características do subsolo;
- IV - Disposição, grandeza e natureza das cargas a serem transferidas ao subsolo;
- V - Restrições e estado dos edifícios vizinhos.

Art. 105 - As funções diretas rasas de edificações térreas, ou de sobrado de alvenaria deverão observar os seguintes requisitos mínimo:

- I - Terem largura de 0.50 m (cinquenta centímetros) ou de 0.70 m (setenta centímetros), respectivamente nos casos de edificação térrea e de sobrado;
- II - Serem respaldadas, antes de iniciadas as paredes, por material impermeável;
- III - Terem uma cinta de amarração no respaldo dos alicerces.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Único - Em qualquer caso, deverá ficar perfeitamente assegurada a estabilidade da edificação.

### **CAPÍTULO II** **DA ESTRUTURA**

Art. 106 - Seja qual for a estrutura da edificação, tijolo, concreto armado, concreto protendido, aço, madeira ou qualquer tipo especial de material, o projeto estrutural deverá observar rigorosamente as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 107 - Mesmo nas edificações de dois ou menos pavimentos e nas não destinadas a fins especiais no projeto arquitetônico deverá, constar indicação esquemática, no mínimo dos elementos estruturais.

Art. 108 - As edificações que tiverem mais de dois pavimentos e as destinadas a fins especiais deverão ser, preferencialmente, de estrutura de concreto armado ou metálica.

Art. 109 - Em qualquer edificação, só serão permitidas estruturas ou caimentos de estruturas se forem resultantes do partido arquitetônico adotado e indicados expressamente no respectivo projeto.

Parágrafo Único - No caso de edificação sobre pilotis estes deverão ser, obrigatoriamente, indicados no projeto arquitetônico.

### **CAPÍTULO III** **DAS PAREDES**

Art. 110 - No projeto arquitetônico ou no projeto estrutural, este quando for o caso, deverão ficar rigorosamente estabelecidas as dimensões, alinhamentos, espessuras e demais detalhes nas paredes.

§ 1º - As espessuras das paredes serão estabelecidas em função das cargas a suportar e da resistência dos materiais a empregar.

§ 2º - Em geral, as paredes deverão ser construídas de tijolos.

Art. 111 - Quando constituírem estrutura de sustentação as paredes de tijolos ficam sujeitas a comprovação de sua estabilidade.

Art. 112 - As paredes de edifícios térreos ou de sobrados, mesmo as que constituírem estrutura de sustentação, deverão ter as seguintes espessuras mínimas:

I - De um tijolo, as externas;

II - De meio tijolo, as divisórias internas.

§ 1º - As paredes de armários e de cabinas de chuveiros, quando não suportarem cargas, bem como as de mais altura, poderão ter a espessura de um quarto de tijolo.

§ 2º - Nos edifícios de tipo uni-habitacional as paredes de garagens deverão ter espessura mínima de 0,15 cm (quinze centímetros) se forem de tijolo.

Art. 113 - Quando constituírem vedação nos edifícios de estrutura de concreto armado ou metálica, as paredes de tijolos deverão ter as seguintes espessuras mínimas:

I - De um tijolo, as externas;

II - De meio tijolo, as divisórias internas;

III - De um quarto de tijolo, as de armários e cabinas de chuveiros bem como as de meia altura..

Parágrafo Único - Em qualquer caso, as paredes de compartimento de permanência transitória, poderão ter espessura de meio tijolo.

Art. 114 - As paredes de vedação deverão ter espessuras que satisfaça boas condições de impermeabilidade e de isolamento termo-acústico.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 115 - As paredes comuns de dois edifícios, constituindo divisas de propriedade, deverão ter espessura de um tijolo e elevar-se até a cobertura.

Art. 116- As paredes de edifícios para fins especiais onde possam manifestar-se sobre cargas especiais, esforços repetidos ou vibrações, deverão ter espessura, calculadas de forma a assegurar perfeita estabilidade e segurança.

Art. 117- Em escritórios e consultórios, para separação das dependências, poderão ser feitas paredes divisórias de madeiras, vidros e outros materiais indicados pela ABNT.

§ 1º - Cada divisão deverá ter a superfície mínima estabelecida por este código para compartimentos de uso diurno.

§ 2º - Quando atingirem o teto, as divisões deverão satisfazer as exigências de iluminação e ventilação fixadas por este código.

§ 3º - Não necessitarão satisfazer as prescrições do parágrafo anterior as divisões que tiverem livres, na parte superior 1/3 (um terço) pelo menos do pé-direito.

§ 4º - Na altura das divisões, não poderão ser construídos forros.

### **CAPÍTULO IV** **DOS PISOS**

Art. 118 - Os pisos dos compartimentos assentados diretamente sobre o solo deverão ter por base camada impermeabilizada de concreto, com espessura de 0.10 cm (dez centímetros)

Art. 119 - Nos edifícios de mais de um pavimento, os pisos serão incombustíveis.

Parágrafo Único - A exigência especificada no presente artigo é extensiva aos pisos dos pavimentos, passadiços ou galerias de edifícios de apartamentos, hotéis, hospitais, casas de diversões e clubes, bem como de edifícios industriais e comerciais.

### **CAPÍTULO V** **DAS COBERTURAS**

Art. 120 - Nas coberturas, seja qual for a sua estrutura, madeira, metálica, concreto armado ou qualquer outro tipo de material especial, o projeto deverá observar as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 121 - Todo e qualquer objeto da edificação baixa, visível dos edifícios vizinhos, deverá apresentar soluções de cobertura com aspecto arquitetônico satisfatório.

Art. 122 - Para que a cobertura seja bem executada, o projeto deverá contar as informações necessárias à sua completa compreensão.

Art. 123 - Nas coberturas dos edifícios deverão ser empregados materiais impermeáveis e imputrescíveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

Parágrafo Único - Quando construída por laje de concreto, a estrutura deverá ser convenientemente impermeabilizada.

Art. 124 - No caso de telhados, o projetista do projeto de detalhes da cobertura deverá detalhar os tipos de cumeeiras e dos seus arremates nas empenas, indicando como serão rejuntadas as telhas, o traço de argamassa ser empregada, com adição ou mão de corantes ou aditivos especiais.

### **CAPÍTULO VI** **DAS FACHADAS**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 125 - Todo e qualquer projeto de construção, reconstrução parcial, acréscimo e reforma de edifícios será objeto de censura das fachadas, especialmente daquelas visíveis dos logradouros.

Art. 126 - Nos edifícios construídos no alinhamento do logradouro, nenhuma saliência será permitida na fachada do pavimento térreo.

Parágrafo Único - Acima do pavimento térreo, qualquer saliência não poderá ser superior a 0.30 m (trinta centímetros) em relação ao plano vertical que passa pelo referido alinhamento.

Art. 127 - Os edifícios a serem construídos em lotes localizados em logradouros onde é obrigatório o recuo frontal, serão permitidos os seguintes balanços acima do pavimento térreo:

I - De 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando o referido recuo for de 7.00 m (sete metros) no mínimo;

II - De 1.00 m (hum metro), quando o referido recuo for de 3.00 m (três metros), no mínimo.

Art. 128 - Nos edifícios a serem construídos sobre as divisas laterais, não será permitida a construção de balanços sobre os recuos obrigatórios ou sobre os passeios.

### **CAPÍTULO VII** **DOS REVESTIMENTOS** **SEÇÃO I** **DOS REVESTIMENTOS DAS PAREDES**

Art. 129 - Qualquer que seja a edificação é obrigatório revestimento de material liso, resistente e impermeável até a altura mínima de 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros), nas paredes dos seguintes compartimentos:

I - Caixas de escada;

II - Cozinhas, copas e despensas;

III - Banheiros;

IV - Vestiários, no caso de fábricas e oficinas;

V - Salas destinadas a laboratórios;

VI - Salas destinadas aos primeiros socorros de urgência, no caso de acidentes, nos estabelecimentos industriais;

VII - Salões de barbeiros e cabeleireiros e salões de beleza;

VIII - Salões de consumação de cafés, restaurantes e bares;

IX - Salas de manipulação, salas para depósitos, vendas e expedição de pães e biscoitos e depósitos de matérias primas de panificadoras e fábricas de massas e congêneres.

§ 1º - Nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, as exigências do presente artigo, são extensivas aos compartimentos destinados à venda dos referidos gêneros.

§ 2º - Nas paredes dos corredores de acesso de qualquer edificação, nas de refeitórios de estabelecimentos industriais, o investimento especificado no presente artigo, deverá ser aplicado até a altura de 2.00 m (dois metros).

Art. 130 - É obrigatório, revestimento de material liso, resistente e impermeável nas paredes internas das seguintes edificações:

I - Industriais, especialmente nas destinadas a indústrias alimentícias;

II - Armazéns e depósitos de gêneros alimentícios;

III - Depósitos de explosivos e inflamáveis;

IV - Oficinas em geral;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V - Frigoríficos, matadouros-frigoríficos, fábricas de produtos suínos, fábricas de conservas e gorduras e matadouros avícolas;

VI - Mercados e Supermercados;

VII - Lavanderias;

VIII - Hotéis, motéis e pensões.

Art. 131 - O revestimento interno das piscinas deverá ser de material impermeável e de superfície lisa, que permita perfeita visibilidade.

Art. 132 - Nos edifícios assistenciais e nos consultórios médicos, as dependências de radioterapia, de contato e de Raio-X, deverão ter paredes com revestimentos que garanta a proteção radiológica, de acordo com as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 133 - Toda e qualquer fachada externa de edifícios de mais de dois pavimentos deverá ser, obrigatoriamente, revestida de material cerâmico.

### **SEÇÃO II** **DOS REVESTIMENTOS DOS PISOS**

Art. 134 - Qualquer que seja a edificação, é obrigatório revestimento de material liso, antiderrapante, resistente e impermeável, nos pisos dos seguintes compartimentos:

I - Cozinhas, copas e despensas;

II - Lavatórios, banheiros e sanitários;

III - Áreas de serviço;

IV - Adeegas;

V - Vestiários, no caso de fábricas e oficinas;

VI - Refeitório, dos estabelecimentos industriais;

VII - Salões de consumação de cafés, restaurantes e bares;

VIII - Salões de manipulação, depósito, venda e exposições, bem como câmaras de secagem de produtos nas panificadoras e fábricas de massas ou congêneres.

§ 1º - Nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios as exigências do presente artigo são extensivas aos compartimentos à venda dos referidos gêneros.

§ 2º - No caso de edifício uni-habitacional, a área de serviço deverá ter pelo menos ao redor do tanque de lavagem de roupa e em uma largura de 1.00 m (um metro), o piso de material impermeável.

Art. 135 - É obrigatório o revestimento do material liso, resistente e impermeável nos pisos das seguintes edificações:

I - Estabelecimentos comerciais e depósitos de gêneros alimentícios;

II - Fábricas de bebidas;

III - Mercados e Supermercados;

IV - Lavanderias.

§ 1º - O revestimento dos pisos de fábricas e oficinas será determinado pelo processo e condições de trabalho embora preferencialmente, de material resistente, liso e impermeável.

§ 2º - Excetuam-se das prescrições do presente artigo, as fundições, serrarias e outras indústrias cujas atividades são exercidas sobre pisos não revestidos.

Art. 136 - Nos edifícios escolares, as salas de aulas deverão ter o piso revestido de madeira, linóleo ou equivalente.

Art. 137 - Nos estabelecimentos hospitalares, as salas de operação deverão ter piso de material resistente, liso e impermeável com condutibilidade elétrica.

Art. 138 - Nos estabelecimentos hospitalares e consultórios-médicos, as dependências de radioterapia de contato de Raio X, deverão ter piso com revestimento que garanta a proteção radiológica adequada, conforme as prescrições normalizadas pela ABNT.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

Art. 139 - Os pátios dos matadouros-frigoríficos, bem como os locais designados do estacionamento e circulação de animais deverão ter pisos pavimentados e industrializados.

### **CAPÍTULO VIII** **DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS ESPECIAIS** **SEÇÃO I** **DAS GALERIAS FORMANDO PASSEIOS**

Art. 140 - As galerias formando passeios serão construídas nos logradouros definidos na lei de zoneamento deste Município, e, obedecendo a projetos específicos aprovados pela Prefeitura.

§ 1º - Nos edifícios que tiverem de apresentar, na face térrea, passeios cobertos pelos pavimentos superiores formando galerias, estas deverão satisfazer, obrigatoriamente, as seguintes exigências:

- a) 5.00 m (cinco metros) de largura, medidos do alinhamento do logradouro, na área particular;
- b) 7.50 m (sete metros e cinquenta centímetros), de altura;
- c) Pilares, construídos no alinhamento do logradouro;
- d) Espaçamento entre as colunas de 4.00 m (quatro metros), no mínimo.

§ 2º - Os meio-pilares extramassa ficaram ligados aos dos edifícios vizinhos, deverão formar plasticamente uma única peça.

§ 3º - Em um mesmo logradouro, as galerias deverão ser contínuas, não se permitindo nenhum pilar na faixa por elas interessadas.

§ 4º - Nas faces dos pilares e na face externa dos pavimentos sob a galeria não serão permitidas quaisquer saliências ou corpos balanceados, admitindo-se somente a colocação de letreiros luminosos e de aspectos estético, com saliência máxima de 0.60 cm (sessenta centímetros), e acima do nível do passeio 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 5º - Acima da galeria, na fachada do edifício, sobre o alinhamento do logradouro, não será permitida nenhuma saliência ou balanço.

### **SEÇÃO II** **DOS MUROS E GRADES**

Art. 141 - Em edifício construído com recuos poderá adotar-se uma das seguintes soluções:

I - Ser o nível de terreno, compreendido pelo recuo exigido, e levado até a altura dos 0.80 (oitenta centímetros) acima do nível do meio-fio, medida do alinhamento, garantida a integração desta área com o passeio público;

II - Ser o terreno, no alinhamento, fechado com muro até a altura de 2.20 m (dois metros e vinte centímetros), se tiver quatro pavimentos incluindo o térreo;

III - Ter grades, com altura máxima de 1.20 (hum metro e vinte centímetros) nas laterais dos terrenos, entre o alinhamento e a linha do recuo obrigatório.

§ 1º - Os muros que constituírem divisas laterais e de fundo dos terrenos edificadas, deverão ter altura máxima de 2.20 m (dois metros e vinte centímetros), em relação ao nível do terreno mais baixo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - Para construir muros e grades ou elevar o nível do terreno, é obrigatória a apresentação do projeto a Prefeitura.

### **SEÇÃO III** **DAS MARQUISES**

Art. 142 - As marquises nas fachadas de edifícios construídas no alinhamento de logradouros deverão obedecer às seguintes exigências:

- I - Fazerem sempre parte integrante da fachada como elemento estético;
- II - Não excederem a largura do passeio nem terem, seja qual for o caso, balanço superior a 3.00 m (três metros), a altura máxima de 4.00 m (quatro metros);
- III - Não apresentarem quaisquer de seus elementos estruturais ou decorativos abaixo da cota de 3.00 m (três metros), em relação ao nível do passeio salvo no caso de consolos, os quais, junto à parede, poderão ter esta cota reduzida a 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- IV - Não terem bambinelas fixas, inclusive lambrequins se existirem, de dimensões superiores a 0.30 m (trinta centímetros), no sentido vertical;
- V - Não prejudicarem a arborização e a iluminação nem ocultarem placas de nomenclatura e outras indicações oficiais de logradouros;
- VI - Serem construídas de material incombustível e resistente à ação do tempo;
- VII - Terem, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto a qual será convenientemente disposto calha provida de condutores para coletarem e encaminharem as águas sob o passeio, à sarjeta do logradouro;
- VIII - Serem providas de cobertura protetora, quando revestidas de vidro estilhaçável ou de outro material quebrável;
- IX - Serem construídas até linha de divisa das respectivas fachadas, afim de evitar qualquer solução de continuidade entre as marquises contíguas ressalvados casos especiais ou previsto por este código.

§ 1º - As marquises da mesma quadra terão altura e balanço uniformes, salvo se o logradouro for acentuadamente em declive.

§ 2º - Nas quadras onde já existirem marquises, serão adotados à altura e o balanço de uma delas para padrão das que de futuro ali se construírem.

Art. 143 - Nas edificações a serem construídas em lotes localizados em logradouros onde é obrigatório o recuo frontal e onde o pavimento térreo destina-se a comércio, poderão ser construídas marquises nas suas fachadas, observadas os seguintes requisitos:

- I - Terem a altura máxima do pavimento térreo;
- II - Terem balanço máximo de 3.00 m (três metros);
- III - Guardarem uma distância mínima igual a 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros);

Parágrafo Único - Para proteção das entradas de edifícios exclusivamente residenciais, serão permitidas pequenas marquises.

### **TÍTULO VI** **DA INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO** **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 144 - Todo e qualquer edificação deverá dispor de áreas principais e de área secundárias que satisfaçam as exigências mínimas de insolação, iluminação e ventilação.

Art. 145 - Todos os compartimentos deverão dispor de aberturas de iluminação e ventilação diretas e naturais.

§ 1º - As aberturas, referidas no presente artigo, deverão comunicar-se diretamente com o logradouro público ou com área livres dentro do lote.

§ 2º - Poderão ser dispensadas de iluminação e ventilação diretas os banheiros, sanitários, cozinhas e dependências de empregada, iluminados e ventilados através de área de serviço ou de circulação interna, desde que respeitadas as áreas mínima das aberturas de cada compartimento e as aberturas, nas referidas áreas de serviço ou circulação correspondem à área dos compartimentos iluminados e ventilados através delas.

Art. 146 - Nenhuma abertura será considerada como iluminando e ventilando parte de compartimentos que dela ficarem a mais de três vezes a distância entre o piso e a parte inferior da respectiva verga, que define esta abertura.

§ 1º - Se a abertura der para a área fechada, a distância fixada no presente artigo ficará reduzida a duas vezes.

§ 2º - No caso de compartimento cujas aberturas derem para terraços cobertos, alpendres e avarandados, a distância a que se refere o presente artigo será acrescida das larguras dos mesmos.

Art. 147 - Nenhum compartimento poderá ser iluminado através de outro, seja qual for a largura e a natureza de abertura de comunicação, excetuadas vestíbulos e salas de entrada de dimensões mínimas.

Art. 148 - Quando a iluminação de um compartimento se verificar unicamente por uma de suas faces, a cada profundidade equivalente a um pé-direito deverá corresponder vão aberto 1/3 (um terço) de área do painel de frente, no mínimo.

Art. 149 - Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas dos lotes com os lotes contíguos, bem como a menos de 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros), das divisas.

Art. 150 - As aberturas confrontantes em economia distintas não poderão ter entre elas, distância inferior a 3.00 m (três metros), embora sejam da mesma edificação.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO DIMENSIONAMENTO DOS VÃOS DAS JANELAS E DAS PORTAS**

Art. 151 - Os vãos das janelas deverão ter as seguintes áreas totais mínimas:

I - 1/6 (um sexto) da superfície de cada compartimento de permanência prolongada ou 1/8 (um oitavo) da superfície de cada compartimento de utilização transitória, quando derem para áreas abertas ou diretamente para o exterior;

II - 1/5 (um quinto) de superfície de cada compartimento de permanência prolongada ou 1/6 (um sexto) da superfície de cada compartimento de utilização transitória, quando derem para áreas fechadas ou terraços cobertos, alpendres e avarandados com mais de 1.00 m (um metro) de largura no existindo paredes a menos de 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros) do limite da cobertura.

§ 1º - Os vãos das janelas de compartimento de permanência prolongada ou de utilização transitória não poderão ter área inferior a, respectivamente, 1.20 m<sup>2</sup> (um metro e vinte centímetros quadrados), e 0.60 m<sup>2</sup> (sessenta centímetros quadrados).

§ 2º - Nas áreas de serviço, deverá existir janela em toda extensão da parede externa, com um mínimo de 0.50 m (cinquenta centímetros) de altura.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 152 - O dimensionamento dos vãos das portas deverá obedecer a uma altura mínima livre de 2.00 m (dois metros) e às seguintes mínimas:

I - 0,80 m (oitenta centímetros) quando forem de entrada principal de edifícios uni-habitacionais;

II - 1.10 m (hum metro e dez centímetros) ou 0,60 m (sessenta centímetros) por folhas das portas no caso de terem mais de uma folha quando forem de entrada principal de edifícios de apartamentos até 03(três) pavimentos.

III - 1,40 m (hum metro e quarenta centímetros) quando forem a entrada principal de edifício de apartamentos até 03(três) pavimentos;

IV - 0,70 m (setenta centímetros) quando forem de entrada de serviço;

V - 0,70 (setenta centímetros) quando forem de acesso a salas, dormitórios, gabinetes de trabalho e cozinhas;

VI - 0,60 (sessenta centímetros) quando forem internas e secundárias, a exemplo do banheiro e sanitários.

Parágrafo Único - Quando um vão de porta confrontar com uma escada, deverá existir entre o vão e a escada, espaço livre suficiente à plena movimentação da porta.

Art. 153 - Nos compartimentos destinados a banheiros e sanitários externos, deverá existir, além da porta, uma abertura para o exterior, com área de 0,20 m<sup>2</sup> (vinte centímetros quadrados), a fim de assegurar iluminação e ventilação permanente.

**PARTE ESPECIAL**  
**TÍTULO VII**  
**DOS TIPOS DE EDIFICAÇÕES**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS**  
**SEÇÃO I**  
**DAS EDIFICAÇÕES UNI-HABITACIONAIS**

Art. 154 - Qualquer edificação uni-habitacional deverá ser construída no mínimo de sala, dormitório, cozinha e sanitário com banheiro, observando estes quatro compartimentos a forma e dimensionamento que lhes são específicos.

§ 1º - Além do disposto no presente artigo, a edificação uni-habitacional, deverá observar os seguintes requisitos:

a) Ter o compartimento sanitário comunicando-se diretamente com seu interior;

b) Ser provida de instalações de abastecimento de água, ligadas à rede pública de distribuição, quando esta existir no logradouro.

c) Ser provida de instalações de esgotos sanitários, ligadas à rede pública de esgotos, quando existirem no logradouro, ou a uma fossa séptica;

d) Ser provida da instalações elétricas;

e) Ter o terreno convenientemente preparado para dar escoamento às águas pluviais e para ser protegida contra as águas de infiltração;

f) Ter os pisos conforme as prescrições estabelecidas por este código;

g) Ter as paredes de alvenaria ou de material adequado, bem como revestidas na forma prevista por este código, excetuando-se os casos nele especificados;

h) Ter o terreno no alinhamento, fechado por muro ou grade se for o caso;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

i) Ser provida de área de serviço, coberto e convenientemente esgotado.

§ 2º - Em toda e qualquer habitação, o acesso a cada um dos compartimentos e cada um dos dormitórios a um sanitário com banho, pelo menos, não poderá ser feito através de dormitórios.

§ 3º - Pelo menos, as áreas de serviços deverão ser muradas de modo a garantir sua indevassabilidade, desde os logradouros públicos.

### **SEÇÃO II** **DAS HABITAÇÕES CONJUGADAS**

Art. 155- Nas edificações conjugadas, o conjunto de duas residências, deve satisfazer as seguintes exigências:

I - Respeitar cada residência isoladamente as disposições deste código para edificação uni-habitacional;

II - Construir um único conjunto no tratamento arquitetônico incluindo as fachadas das duas residências.

Art. 156 - No caso de duas habitações conjugadas de dois pavimentos, cada uma delas deverá servir, obrigatoriamente, para uma única residência.

§ 1º - Nenhum acréscimo ou modificação de habitação conjugada de dois pavimentos poderá implicar que nela sejam criadas duas residências.

§ 2º - Em nenhuma das duas habitações conjugadas de dois pavimentos será permitida a duplicidade de cozinhas ou de dependências de empregadas bem como quartos com entrada privativa ou outros elementos que identifiquem a intenção da inobservância das prescrições do presente artigo e do parágrafo anterior.

### **SEÇÃO III** **DAS RESIDÊNCIAS SUPERPOSTAS**

Art. 157 - Quando da construção de duas residências superpostas, deverão ser respeitados os seguintes critérios:

I - Existirem acessos independentes;

II - Existir, para uso da residência superior, um hall de acesso entre o primeiro degrau da escada e a porta de entrada;

III - Possuir a residência superior um patamar de largura igual a da escada e comprimento mínimo de 1.20 m (um metro e vinte centímetros) localizada entre o último degrau da escada e qualquer abertura existente;

IV - Possuir a residência superior, um terraço de serviço, com área livre mínima de 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), e forma tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 1.20 m (um metro e vinte centímetros).

### **SEÇÃO IV** **DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS**

Art. 158 - Todo e qualquer edifício de apartamentos além das prescrições deste código que lhes forem aplicáveis, deverá satisfazer ainda as seguintes:

I - Ter estrutura, parede, pisos e escadas construídas de material incombustível permitindo-se madeira ou outros material combustível em esquadrias e corrimões e com revestimentos, assente diretamente sobre cimento ou tijolo;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II - Ter cada unidade residencial, no mínimo, sala, dormitório, sanitário com banho e cozinha, além de área de serviço destinada ao lavador;

III - Ter, junto a entrada principal, local destinado a portaria, quando possuir oito ou mais apartamentos;

IV - Possuir a residência superior um terraço de serviço, com área livre mínima de 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), a forma tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro de 1.20 m (um metro e vinte centímetros).

V - Ter uma escada, no mínimo, servindo a todos os pavimentos;

VI - Terem os halls de escada de cada pavimento iluminação natural e iluminação elétrica regulada por aparelhos de minuterie;

VII - Ter elevador quando o último pavimento exceder a 9.00 m (nove metros) de altura medidos a partir da soleira do pavimento térreo;

VIII - Ter garagem, subterrâneo ou não, para estacionamento de automóveis de propriedade dos que nele moram.

§ 1º - Se tratar de apartamento com dois ou mais dormitórios, é obrigatório a existência de dependências de serviços, constituídas de áreas de serviços, quarto de empregada e sanitário com banho.

§ 2º - O corredor de acesso a apartamento não poderá ser utilizado sob nenhum pretexto, para iluminação e ventilação dos seus compartimentos.

§ 3º - Quando o edifício de apartamentos tiver mais de 05 (cinco) quartos pavimentos ou altura igual ou superior a 15.00 m (quinze metros), será obrigatória a instalação de dois elevadores, no mínimo.

§ 4º - Para cada pavimento, com dois apartamentos ou mais, é obrigatório a existência de portas de acesso social e de serviços independentes.

§ 5º - Pelo menos a escada de cada conjunto de circulação vertical deverá dar acesso ao subsolo, se este existir.

§ 6º - No cálculo da área de garagem deverá ser previsto, no mínimo, um automóvel para cada apartamento, destinando-se a cada veículo a área mínima de 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados).

§ 7º - A forma da área reservada para garagens, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista, deverão garantir o fácil acesso ao veículo bem como a entrada e saída independente de cada um.

§ 8º - As garagens deverão, obrigatoriamente, propiciar fácil circulação dos veículos.

§ 9º - Nos edifícios de apartamentos com frente para mais de um logradouro público, as garagens deverão ter entrada e saída de veículos voltada preferencialmente para a via de menor importância.

Art. 159 - Na cobertura de edifício de apartamento só será permitida a construção de reservatório de água, casas de máquinas e vestíbulos das circulações verticais.

Art. 160 - Nos edifícios de apartamentos construídos sob pilotis, é obrigatório que a solução estrutural ou os elementos de construção e o ajardinamento, não prejudiquem a utilização conveniente nos espaços e no pavimento térreo.

§ 1º - As áreas fechadas não poderão ultrapassar de 40% (quarenta por cento) da área de projeção, constituindo: se do vestíbulo, apartamento de zelador, com máximo de dois quartos, dependência para faxineiras com quarto sanitário com banho, depósito de lixo e compartimento ou quadro para medidores.

§ 2º - Para recreação e circulação, deverá ser prevista a pavimentação de 40% (quarenta por cento) no mínimo da área de projeção do bloco.

§ 3º - A disposição dos pilotes deverá obedecer a ordenação identificável.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 161 - Excepcionalmente, em edifícios de apartamentos poderão ser permitidas compartimentos destinados a lojas ou escritórios no pavimento térreo e na sobreloja se forem atendidos os seguintes requisitos:

I - Se os compartimentos para lojas ou escritórios observarem as exigências que lhes são especificamente fixadas por este código;

II - Se a entrada dos apartamentos residenciais for independente da entrada das lojas ou escritórios;

III - Se não existir comunicação entre as partes destinadas as residências e as destinadas a lojas ou escritórios.

Parágrafo Único - Quando existir galeria no edifício, poderá haver comunicação entre o hall de entrada e a galeria.

Art. 162 - Nos edifícios de apartamentos de mais de quatro pavimentos, inclusive o térreo, é obrigatória a existência de um apartamento com área máxima de 60.00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), destinado a moradia do zelador, possuindo, no mínimo, sala, dormitório, cozinha, sanitário com banho, além da área de serviço destinada no tanque de lavar roupa.

### **SEÇÃO V** **DAS MORADIAS POPULARES**

Art. 163 - As moradias populares, além dos dispositivos deste código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - Serem de único pavimento;

II - Terem área máxima construída de 60.00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados);

III - Terem sala e dormitório com áreas mínimas de 9.00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados);

IV - Terem o compartimento destinado a banheiro e sanitário com áreas mínimas de 2.40 m<sup>2</sup> (dois metros e quarenta centímetros quadrados);

V - Terem a cozinha com área mínima de 4.00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);

VI - Terem a cota do piso altura mínima de 0.10 cm (dez centímetros) acima da altura do logradouro, tomado no seu eixo, quando não existir meio-fio;

VII - Terem o piso impermeabilizado por uma camada contígua de concreto ou por entijolado rejuntando com massa forte, no traço de 1:4:8. de 0.10 cm (dez centímetros) de espessura, no mínimo, revestido toda a área a ser coberta e as fundações;

VIII - Terem as paredes externas e divisórias amarradas com uma cinta contígua;

IX - Terem as paredes divisórias elevadas até a altura do pé-direito;

X - Terem as aberturas de iluminação e ventilação as conformidades com a exigência fixada neste código;

XI - Terem a cobertura de telhas de barro ou de outro material incombustível admitindo-se laje de concreto armado, impermeabilizada e dotada de isolamento térmico;

XII - Terem, obrigatoriamente, instalação de água potável, quando localizadas em logradouro provido de rede de distribuição de água, sendo necessário existir os seguintes dispositivos, no mínimo:

a) Reservatório de água com capacidade mínima de 1.000 (mil litros), elevado, protegido contra o sol e sem comunicação direta com o vaso sanitário;





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- b) Chuveiro;
- c) Bacia sanitária ventilada, provida de caixa de descarga;
- d) Tanque de lavar roupas, protegido contra o sol e as intempéries e dotado de torneiras e de ralo;

§ 1º - As paredes externas das moradias populares poderão ser de meio tijolo reforçadas com pilares de um tijolo, quando existir pano contíguo de mais de 4.00 m (quatro metros) sem amarração da parede divisória.

§ 2º - Os banheiros e sanitários serão obrigatoriamente forrados, quando as paredes divisórias não forem até o telhado.

§ 3º - No caso de um segundo dormitório, poderá o mesmo ter a área mínima de 8.00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados).

§ 4º - Para o esgotamento será obrigatória a instalação de fossa e sumidouro, quando não existir no logradouro rede de esgotos.

### **CAPÍTULO II** **DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E PARA** **ESCRITÓRIOS OU CONSULTÓRIOS** **SEÇÃO I** **DOS EDIFÍCIOS DE SALAS PARA ESCRITÓRIOS E** **CONSULTÓRIOS OU PARA FINS COMERCIAIS**

Art. 164 - Os edifícios de salas para escritórios e consultórios ou para fins comerciais de mais de dois pavimentos, além das prescrições deste código, que lhes forem aplicáveis, deverão atender ainda as seguintes:

I - Terem estrutura, paredes, pisos, forros e escadas construídos de material incombustível, permitindo-se madeira ou outro material combustível em esquadrias e corrimões e como revestimento, assente diretamente sobre cimento ou tijolo;

II - Disporem de dois elevadores, no mínimo, sendo um destinado a carga;

III - Terem hall, no pavimento térreo e nos demais pavimentos, com área igual ou superior a 1% (hum por cento) da área total útil das salas, não podendo ser inferior a 5.00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados);

IV - Terem as salas com pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

V - Terem todas as lojas ou escritórios localizados térreo, com instalações sanitárias próprias.

### **SEÇÃO II** **DAS EDIFICAÇÕES PARA LOJAS E PARA** **FARMÁCIAS OU DROGARIAS**

Art. 165 - As edificações para lojas e para farmácias ou drogarias, além das prescrições deste código, que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda as seguintes:

I - Terem área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), se o acesso for diretamente pelo logradouro, e de 12.00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) se o acesso for através de galerias internas;

II - Terem pé-direito mínimo de 3.00 (três metros);

III - Terem portas de entrada com largura nunca inferior a 2.00 m (dois metros);



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

IV - Terem abertura de iluminação e ventilação com superfície nunca inferior a 1/10 (hum décimo) da área do piso;

V - Terem cobertura de material incombustível, refratário à umidade.

Art. 166 - No caso de sobrelojas, estes poderão ter pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 167 - No caso de farmácias, estes deverão possuir dependências destinadas a salão e vendas, mostruários e entrega de produtos, bem como o laboratório.

Parágrafo Único - A sala destinada ao laboratório deverá preencher as seguintes exigências:

- a) Ter superfície mínima de 12.00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);
- b) Ter abertura para iluminação com superfície mínima total equivalente a 1/5 (hum quinto) de área do piso;
- c) Ter filtro e pia com água corrente.

### **SEÇÃO III** **DAS GALERIAS INTERNAS**

Art. 168 - As galerias internas, ligando vias através de edifícios, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- I - Terem largura mínima de 4.00 m (quatro metros);
- II - Terem pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);
- III - Não servirem de hall para escadas de acesso a edifícios;
- IV - Terem iluminação atendida por meio das aberturas de acesso.

Art. 169 - Nos edifícios comerciais, poderá ser permitida a abertura de galeria interna no pavimento térreo, com a finalidade de dar acesso aos compartimentos destinados a lojas e sobrelojas, desde que a profundidade da referida galeria não ultrapasse dez vezes a sua largura.

Parágrafo Único - No caso a que se refere o presente artigo, a largura e o pé-direito mínimo da galeria serão iguais aos fixados pelo artigo anterior.

### **CAPÍTULO III** **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS**

Art. 170 - As edificações industriais, inclusive para oficinas, além dos dispositivos deste código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda os seguintes:

- I - Terem área mínima de 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados);
- II - Terem pé-direito mínimo de 4.00 m (quatro metros) no pavimento térreo de 3.50 (três metros e cinquenta centímetros) nos pavimentos superiores e de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros) das dependências destinadas a lavatórios, banheiros, sanitários e vestiários;
- III - Terem a estrutura das paredes e das escadas de material incombustíveis;
- IV - Terem, obrigatoriamente, estrutura de concreto armado ou metálica quando de dois ou mais pavimentos;
- V - Terem as paredes confinantes do tipo corta-fogo, elevadas a 1.00 m (hum metro) no mínimo, acima da calha, quando construídas junto às divisas dos lotes.
- VI - Terem os pisos dos compartimentos que assentem diretamente sobre o solo construídos, obrigatoriamente, de base de concreto de espessura mínima de 0,10 cm (dez centímetros);



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VII - Terem porta de acesso com largura nunca inferior a 2.00 m (dois metros) sendo proibido abrirem para dentro;

VIII - Terem escada ou rampa com largura livre nunca inferior a 1.50 m (Hum metro e cinquenta centímetros), e situada a uma distância mínima de 40,00 m (quarenta metros) de qualquer ponto de trabalho pôr ela servido;

IX - Terem pelo menos 1/5 (um quinto) de área do piso dos locais de trabalho iluminada por janelas, vão sem aberturas, incluindo as localizadas na cobertura como "Lanternings" ou "sheda";

X - Terem área de ventilação natural nos locais de trabalho correspondente a 2/3 (dois terços) no mínimo, da superfície iluminante natural, referida no inciso anterior;

XI - Terem cobertura de material incombustível, refratário à umidade;

XII - Terem compartimentos apropriados para os depósitos de combustíveis, os quais deverão ser dotados de forros construídos de material incombustível e de vãos de comunicação interna e de acesso à escalas vedadas por portas do tipo corta-fogo;

XIII - Não terem locais de trabalho comunicando-se diretamente com vestiários, banheiros e sanitários, dormitórios ou residências;

XIV - Terem bebedouros higiênicos de jato inclinado para servir água potável aos trabalhadores;

XV - Terem vestiários, com área mínima de 8.00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) e que não sirvam de passagem obrigatória, dotados de armários, devidamente separados, para uso de um e outro sexo e com área útil não inferior a 0,50 m<sup>2</sup> (cinquenta centímetros quadrados) por operário, observado o afastamento mínimo de 1,35 m (hum metro e trinta e cinco centímetros) entre as frentes dos armários;

XVI - Terem lavatórios, chuveiros e sanitários para ambos os sexos, devidamente separados, a razão de um para cada 20 (vinte) pessoas;

XVII - Terem sinalização de advertência contra perigo, dentro e fora do edifício, localizada nas imediações dos pontos onde possam ocorrer acidentes.

§ 1º - Quando a natureza do trabalho exigir maior intensidade de luz do que a fornecida pela superfície iluminante natural, este deverá ser, obrigatoriamente completada com iluminação artificial.

§ 2º - As aberturas de iluminação, quando exposta diretamente à luz solar assim como as claraboias, deverão ser protegidas adequadamente contra a ofuscação.

§ 3º - Quando a ventilação natural não for suficiente, será obrigatória a instalação de aparelhos para ventilação artificial;

§ 4º - Quando a atividade a ser exercida no local de trabalho for incompatível com a iluminação ou ventilação natural, estas poderão ser obtidas por meios artificiais.

§ 5º - Quando existir fonte de calor excessivo, deverão ser instalados dispositivos especiais para proteção contra seus efeitos.

§ 6º - Quando o acesso aos sanitários depender de passagem ao ar livre, esta deverá ser coberta e ter largura mínima de 1,20 (hum metro e vinte centímetros).

§ 7º - No caso de sanitários para empregados, deverá existir mictórios na proporção de um para cada 20 (vinte) empregados.

§ 8º - Nas fábricas ou oficinas onde trabalham mais de 15 (quinze) operários deverá existir compartimento, com área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), destinadas aos primeiros socorros de urgência, no caso de acidente.

§ 9º - As fábricas deverão possuir área privativa de cargas e descargas dos materiais ou substâncias de fácil combustão, deverão ter as fornalhas ligadas a estufas



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

ou chaminés, localizadas internamente ou compartimento próprio e exclusivo no interior dos edifícios.

Art. 171 - Quando de mais de dois pavimentos, a edificação industrial, deverá ser dotada de duas escadas, no mínimo.

Art. 172 - Não serão permitidas residências anexas às edificações industriais, salvo uma única unidade residencial destinada ao administrador ou zelador.

### **CAPÍTULO IV** **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS** **DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** **SECÃO I** **DAS EDIFICAÇÕES PARA PANIFICADORAS OU** **FÁBRICAS DE MASSAS E CONGÊNERES**

Art. 173 - As edificações para panificadoras ou fábricas de massas e congêneres, quando destinadas exclusivamente a indústria panificadora, compor-se-ão:

- I - Sala de fabricação;
- II - Sala de expedição;
- III - Loja de vendas;
- IV - Vestiários, banheiros e sanitários;
- V - Depósito de combustível;
- VI - Torneiras e ralos para lavagem, estes na proporção de um para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de piso.

§ 1º - Os depósitos de matérias-primas deverão fazer integrante da sala de fabricação.

§ 2º - Os compartimentos destinados ao depósito, venda e expedição de pães e similares deverão ter lavatórios e bebedouros higiênicos.

§ 3º - Os depósitos para combustível deverão ser isolados e instalados de modo a não prejudicarem a higiene e o asseio do estabelecimento.

Art. 174 - Nas fábricas de massas ou congêneres e secagem dos produtos, deverá ser feita por meio de estufa ou de câmara de modelo aprovado.

Parágrafo Único - As câmaras de secagem deverão ter os vãos envidraçados.

Art. 175 - Quando as panificadoras ou fábricas de massas e congêneres tiverem de funcionar à noite, os edifícios deverão dispor de um dormitório para operários, que preencha as exigências deste código relativas a compartimentos de permanência noturna.

Parágrafo Único - O dormitório referido ao presente artigo deverá ser separado da parte comercial e industrial do estabelecimento, não podendo ter comunicação com os compartimentos destinados à manipulação, preparo, fabrico, depósito ou venda de gêneros alimentícios.

### **SECÃO II.** **DAS EDIFICAÇÕES PARA FÁBRICAS DE DOCES,** **CONSERVAS E CONGÊNERES**

Art. 176 - As edificações para fábricas de doces, de conservas e congêneres, deverão ter as seguintes dependências:

- I - Depósito de matérias-primas;
- II - Sala de fabricação;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- III - Sala de rotulagem e expedição;
- IV - Sala de vendas;
- V - Vestiários, banheiros e sanitários;
- VI - Sala de máquinas;
- VII - Depósito de combustível

### **SEÇÃO III** **DAS EDIFICAÇÕES PARA MERCEARIAS, ARMAZÉNS E** **DEPÓSITOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Art. 177 - As edificações para mercearias, armazéns e depósitos de gêneros alimentícios deverão ter:

I - Vãos em quantidade de disposições capazes de assegurar permanente renovação do ar, segundo as prescrições deste código referente às aberturas e áreas de iluminação e ventilação.

II - Vestiários, banheiros e sanitários.

### **SEÇÃO IV** **DAS EDIFICAÇÕES PARA CAFÉS, RESTAURANTES, BARES** **PASTELARIAS, CONFEITARIAS E CASAS DE LANCHES**

Art. 178 - As edificações para cafés, restaurantes, bares, pastelarias, confeitarias e casas de lanches deverão possuir:

I - Pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);

II - Locais apropriados para exposição e venda dos diversos produtos;

III - Depósitos para produtos, devidamente iluminados e ventilados;

IV - Copas e cozinhas, que observem as prescrições deste código;

V - Vestiários, chuveiros e sanitários para empregados, os quais não poderão ter comunicação direta com os salões de consumação nem com os compartimentos de preparo e venda de alimentos e com os depósitos dos produtos.

§ 1º - Os restaurantes deverão dispor, obrigatoriamente, de cozinha com área mínima de 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados), não podendo ter largura inferior a 3.00 m<sup>2</sup> (três metros) os sanitários.

§ 2º - Os restaurantes, bares e casas de lanches, deverão ter sanitários para o público, na forma estabelecida por este código.

Art. 179 - As pastelarias e confeitarias deverão ter ainda as seguintes dependências:

I - Sala de manipulações;

II - Depósitos de matérias-primas.

### **SEÇÃO V** **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS** **DE CARNES E DERIVADOS**

Art. 180 - As edificações para matadouros, frigoríficos, fábricas de produtos suínos, fábricas de conservas e gorduras, deverão satisfazer as seguintes condições:

I - Terem os pisos providos de canaletas ou outro sistema indispensável à formação de rede de drenagem das águas de lavagem e residuais;

II - Terem as dependências e instalações destinadas ao preparo de produtos alimentícios separadas das utilidades no preparo de substâncias não comestíveis e das em que forem trabalhadas as carnes e derivados para fins industriais;





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III - Terem abastecimento abundante de água quente e fria;  
IV - Terem tendais espaçosos e bem ventilados;  
V - Terem vestiários, banheiros e sanitários;  
VI - Terem local apropriado para separação e isolamento de animais doentes;

VII - Terem local apropriado para necropsia com instalações necessárias e forno crematório anexo para cremação de carcaças condenadas;

VIII - Terem gabinete de microscópio e escritório para inspeção veterinária;

IX - Terem autoclaves, estufas e esterelizadores para instrumentos e utensílios;

§ 1º - As dependências principais dos matadouros-frigoríficos deverão ser separadas uma das outras, como sala de matança, triparias, fusão e refinação de gordura, salga ou preparo de couros subprodutos.

§ 2º - As cocheiras, estábulos e pocilgas deverão estar afastados 20.00 m (vinte metros), no mínimo dos locais onde tiverem de ser preparados os produtos de alimentação humana.

Art. 181 - As edificações destinadas ao aproveitamento e preparo de resíduos e vísceras deverão ter localização apropriada e dispor de compartimentos amplos, bem iluminados e ventilados.

Art. 182 - Os matadouros avícolas, além das disposições relativas aos matadouros-frigoríficos que lhes forem aplicáveis, deverão ter ainda as seguintes dependências:

I - Compartimento para separação das aves em lotes segundo a procedência e raça;

II - Compartimento para matança com área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados);

III - Tanques apropriados para lavagem ou preparo dos produtos;

Art. 183 - As edificações para fábrica de conservas de carnes e produtos derivados, deverão obedecer às seguintes exigências:

I - Terem suas diversas dependências e instalações separadas entre si;

II - Possuírem abastecimento de água quente e fria;

III - Possuírem torneiras para lavagem dos utensílios e dos locais;

IV - Terem aparelho de renovação ou condicionamento de ar nas salas de preparo dos produtos;

V - Terem tanques apropriados para a lavagem ou preparo dos produtos;

VI - Terem cozinhas, conforme as prescrições estabelecidas por este código para as de hotéis e restaurantes;

VII - Possuírem fogões providos de coitas e exaustores a fim de garantir perfeita tiragem.

Parágrafo Único - Nas fábricas a que se refere o presente artigo, não serão permitidos tanques e depósitos de cimento para guardar ou beneficiar carnes e gorduras.

### **SEÇÃO VI** **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS** **DE LEITE E LATICÍNIOS**

Art. 184 - As edificações para usinas de beneficiamento do leite deverão ter dependências especiais para as seguintes destinações:

I - Recebimento do leite;

II - Laboratório;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- III - Beneficiamento;
- IV - Expedição;
- V - Higiene e vasilhame;
- VI - Câmara frigoríficas;
- VII - Vestiários, banheiros e sanitários;
- VIII - Instalações de máquinas;
- IX - Depósito do vasilhame;

Parágrafo Único - As características de cada dependência deverão obedecer ao disposto neste código para a dependência ou usina de beneficiamento do leite que lhe seja semelhante.

Art. 185 - As edificações para entreposto de leite e laticínios deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- I - Terem área mínima de 40.00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), não podendo existir nenhum lado com dimensão inferior a 4.00 m (quatro metros);
- II - Terem câmaras frigoríficas;
- III - Terem vestiários e sanitários;

Art. 186 - As edificações destinadas a fábrica de laticínios, conforme a espécie do produto industrializado, deverão ter dependências para as seguintes destinações:

- I - Recebimento da matéria-prima;
- II - Laboratórios;
- III - Fabricação;
- IV - Acondicionamento;
- V - Câmaras frigoríficas;
- VI - Câmara de cura;
- VII - Vestiários e sanitários sem comunicação direta com as dependências enumeradas nos incisos anteriores;
- VIII - Instalação de máquinas.

Parágrafo Único - As características de cada dependência deverão observar as prescrições deste código para a dependência de usina de beneficiamento do leite que lhe seja semelhante.

Art. 187 - As edificações destinadas a leiteiras deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I - Terem área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), e largura mínima de 3.00 m (três metros);
- II - Terem vestiários sem comunicação direta com o salão de vendas;
- III - Terem instalações frigoríficas.

### **SEÇÃO VII** **DAS EDIFICAÇÕES PARA FÁBRICAS DE BEBIDAS**

Art. 188 - As edificações para destilarias, cervejarias e fábrica de xaropes, licores e outras bebidas deverão ter dependências especiais para as seguintes destinações:

- I - Depósito de matéria-prima;
- II - Manipulação;
- III - Limpeza e lavagem do vasilhame;
- IV - Expedição;
- V - Vendas;
- VI - Instalação de máquinas;
- VII - Vestiário, banheiros e sanitários sem comunicação direta com as dependências enumeradas nos incisos anteriores.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - As salas de manipulação e de expedição deverão ter, respectivamente, área mínima de 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados), e largura mínima de 4.00 m (quatro metros quadrados).

§ 2º - As industriais específicas no presente artigo deverão possuir abastecimento de água potável.

### **SEÇÃO VIII**

#### **DAS EDIFICAÇÕES PARA FRIGORÍFICOS E FÁBRICAS DE GELO**

Art. 189 - As edificações para frigoríficos ou fábricas de gelo deverão observar as seguintes exigências:

I - Terem dependências para escritórios e instalação das máquinas;

II - Terem vestiários, banheiros e sanitários sem comunicação direta com a casa de máquinas e as câmaras de refrigeração.

III - Terem a câmara de antecâmara.

§ 1º - Os frigoríficos deverão ser dispostos de forma tal que permita a separação por espécie dos produtos alimentícios depositados.

§ 2º - As fábricas de gelo, para uso alimentar deverão ter abastecimento de água potável.

### **SEÇÃO IX**

#### **DAS EDIFICAÇÕES PARA MERCADOS OU SUPERMERCADOS**

Art. 190 - As edificações para mercados ou supermercados deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - Terem pé-direito mínimo de 4.00 m (quatro metros), médios por ponto mais baixo da cobertura;

II - Terem abastecimento de água, além da rede interna para escoamento de águas residuais e de lavagem;

III - Terem entradas de mercadorias e de pessoal de serviço independente das entradas para o público;

IV - Terem portas de ingressos de largura não inferior a 3.00 (três metros).

V - Terem as passagens internas principais de largura mínima de 4.00 m (quatro metros), e as demais de 3.00 m (três metros);

VI - Terem os vãos iluminando a área total não inferior a 1/5 (hum quinto), da área construída e distribuídos de forma a proporcionar iluminação uniforme;

VII - Terem metade, no mínimo, da área iluminada obrigatoriamente utilizada para fins de ventilação permanente, ressaltando-se os casos de condicionamento e renovação do ar;

VIII - Terem as portas e janelas gradeadas de forma a possibilitar franca ventilação;

IX - Terem sanitários e vestiários separados para um e outro sexo e isolados de recintos de vendas e dos depósitos dos produtos alimentícios;

X - Terem depósitos de produtos alimentícios adequadamente localizados;

XI - Serem dotados de câmaras frigoríficas separadas, com capacidade suficiente para armazenamento de carnes, pescados, laticínios, frutas e produtos hortigranjeiros;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XII - Terem depósitos de lixo, com capacidade para armazenar o lixo de um dia localizado de forma que permita a remoção do lixo para o exterior e devidamente provido de ventilação e de água corrente para lavagens e ralos para seu fácil escoamento.

§ 1º - O dimensionamento das entradas, saídas, circulações e sanitários de cada mercado ou supermercado deverá ser feito em conformidade com a capacidade de atendimento que para o mesmo for prevista.

§ 2º - As prescrições do parágrafo anterior são extensivas à determinação do número de caixas registradoras e de sua adequada localização no caso de supermercado.

§ 3º - Nos mercados e supermercados não serão permitidas aberturas de balcões, guichês e registradoras diretamente sobre os logradouros públicos.

Art. 191- Nas edificações para supermercados deverão ser atendidas as seguintes prescrições:

I - Terem área construída superior a 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados);

II - Não terem degraus em toda a área destinada à exposição e venda, sendo as diferenças de nível vencidas por meio de rampas;

III - Terem a área de exposição e venda contínua, não sendo permitida a construção de paredes ou outros elementos que resultem na sua subdivisão em compartimentos independentes.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais que tiverem de funcionar sob o sistema de auto-serviço, e que só dispuserem de área igual ou inferior a 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), deverão obedecer às exigências relativas a edificações para fins comerciais de gêneros alimentícios.

### **CAPÍTULO V** **DAS EDIFICAÇÕES PARA HOTÉIS, PENSÕES E MOTÉIS**

Art. 192 - As edificações destinadas a hotéis, pensões e motéis, além dos requisitos deste código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda os seguintes:

I - Terem dormitórios segundo as prescrições fixadas por este código, para dormitórios em geral;

II - Terem lavatórios com água corrente nos dormitórios que dispuserem de banheiros próprios;

III - Terem vestíbulos de entrada dotado de locais apropriados para serviços de portaria, recepção e comunicação;

IV - Terem sala de estar de utilização comum com área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados);

V - Terem salas de leitura e correspondência, se for o caso;

VI - Terem dependência de administração;

VII - Terem dependências para guarda de utensílios de limpeza e serviço;

VIII - Terem depósitos para guarda de bagagens de hóspedes;

IX - Terem entrada de serviços;

X - Terem rouparia;

XI - Terem dois reservatórios de água, sendo um inferior e o outro elevado;

XII - Terem instalações coletoras de lixo, convenientemente localizadas sem comunicação com os compartimentos utilizados ou transitados pelos hóspedes nem com cozinhas, copas e outros compartimentos onde se manipulem ou preparem alimentos ou se depositem gêneros alimentícios;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XIII - Terem, obrigatoriamente, duas escadas servindo a todos os pavimentos, sendo uma delas de serviço;

XIV - Terem dois elevadores, sendo um de serviço, quando de mais de três pavimentos.

§ 1º - As dependências para uso do pessoal de serviço deverão ser independentes das destinadas aos hóspedes, inclusive os sanitários.

§ 2º - Não serão permitidas divisões de madeiras ou tabiques nos compartimentos de permanência prolongada.

§ 3º - É obrigatória a existência de um conjunto de sanitário, chuveiro e lavatório de utilização simultânea e independente, com água quente e fria, separados para um e outro sexo, para cada grupo de quatro quartos, que não tenham instalações privativas.

§ 4º - Os corredores e galerias de circulação deverão ter pé-direito mínimo de 2.30 m (dois metros e trinta centímetros), e largura mínima de 1.50 m (hum metro e cinquenta centímetros).

§ 5º - Todas as instalações de serviços deverão ter acesso independente das destinadas aos hóspedes.

§ 6º - A roupa deverá destinar-se exclusivamente à guarda de roupas limpas, existindo recinto separado para as roupas servidas.

§ 7º - Se o hotel tiver de servir refeições, o edifício deverá dispor, obrigatoriamente, de sala de refeições, cozinhas, copas, despensas, além de local para instalação de câmaras frigoríficas para guarda de alimentos.

§ 8º - A cozinha deverá satisfazer as seguintes exigências:

- a) Ter área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados);
- b) Ter pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) Ter os fogões providos de coifas;
- d) Ser provida de pias com água quente e fria;
- e) Ter janelas protegidas contra insetos e roedores por meio de telas apropriadas.

§ 9º - A área mínima da copa e da dispensa será de 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados), e o pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 10 - Mesmo que o hotel não tem que servir refeições, deverá possuir copa e cozinha.

§ 11 - Para ligar o pavimento em que estiver localizada a copa ou cozinha com os demais pavimentos deverá existir a instalação de um monta-pratos, no mínimo.

§ 12 - Se o hotel tiver de possuir lavanderia, esta deverá ser com área mínima de 40.00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) e as seguintes dependências:

- a) Depósito de roupas servidas;
- b) Local para instalações de lavagens e secagens de roupas;
- c) Local para passar roupas;
- d) Depósitos de roupas limpas;
- e) Local apropriado para desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores

Art. 193 - Nos edifícios para hotéis que disponham de aquecimentos central de água, os compartimentos destinados ao banho e sanitário para uso apenas de dois dormitórios e que se comuniquem com estes por antecâmaras de área não inferior a 2.00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados), poderão ser desprovidos de aberturas para o exterior, desde que satisfaçam a uma destas condições:





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - Ter sua ventilação assegurada por condutor de comunicações com o exterior, estabelecido sobre teto falso;

II - Ter sua ventilação assegurada por sistema mecânico central de renovação de ar.

Art. 194 - A adaptação de edifícios para hotel, pensão ou motel, só será permitida se forem cumpridas integralmente as exigências deste código.

### **CAPÍTULO VI** **DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES**

Art. 195 - As edificações escolares deverão ser projetadas de forma a atenderem as funções do ensino a que se destinarem, mediante o agrupamento adequado da unidade pedagógica dos espaços comuns destinados à atividades diversas e dos serviços administrativos e gerais, formando um conjunto integrado.

Parágrafo Único - As áreas para escolas ficam subordinadas aos seguintes índices:

a) 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) por aluno, para escola pré-primária e secundária em regime de externato;

b) Entre 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) e 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) por aluno para as escolas técnico-profissionais.

Art. 196 - As edificações escolares deverão ser construídas nas seguintes dependências, no mínimo:

I - Salas de aulas;

II - Sala de diretoria, secretaria e biblioteca;

III - Sala de professores;

IV - Conjunto sanitários, separados para alunos e professores e para cada sexo;

V - Recreio coberto;

VI - Recreio descoberto;

§ 1º - As dependências discriminadas nos incisos do presente artigo, poderão ser em menor número de alunos delas tiverem condições de servir acumulativamente a fins vários e se a capacidade das salas de aulas for inferior a 120 (cento e vinte) alunos.

§ 2º - Quando forem dispensável número de dependências superior ao estabelecimento nos incisos do presente artigo, os edifícios escolares deverão ser acrescidos de compartimentos separados para diretoria, secretaria e biblioteca, gabinete médico, gabinete dentário, ginásio esportivo, refeitório, cozinha e despensa, além da casa do zelador.

Art. 197 - Preferencialmente, as edificações escolares deverão ser térreas a fim de possibilitarem o perfeito atendimento das seguintes exigências pedagógicas e higiênicas:

I - Haver intimidade escolar;

II - Assegurar iluminação e ventilação multilaterais;

III - Existir relação harmônica entre a classe e as áreas livres, coberta e descoberta;

IV - Evitar escadas;

V - Simplificar a solução das circulações.

Parágrafo Único - Quando não for possível solução térrea, a edificação escolar deverá satisfazer as seguintes prescrições:

a) Ter dois pavimentos, permitindo-se excepcionalmente três pavimentos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

b) Serem assegurados as vantagens inerentes às edificações térreas, especialmente quanto a iluminação e a ventilação;

c) Não resultar entre o piso do recreio coberto e o da sala de aula um desnível superior a 5.00 m (cinco metros).

Art. 198 - Seja qual for o tipo de edificação escolar, esta deverá observar os seguintes requisitos:

I - Ter os vários pavilhões distribuídos no terreno de forma a garantir fácil acesso da via pública às dependências do edifício e fácil proteção dos recreios cobertos e descobertos dos ventos úmidos e frios;

II - Possuir corredores e galerias de circulação principais com largura mínima de 2.00 m (dois metros) podendo os secundários ter 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Garantir que as portas, circulações, escadas ou rampas assegurem fácil vazão das dependências a que atenderem;

IV - Ser coberta toda circulação externa entre salas de aulas, recreio coberto e salas de administração;

V - Ser a área do recreio descoberto contínua e compor um ambiente uno como recreio coberto;

VI - Instalar bebedouros automáticos, com água devidamente filtrada, proporção de um para cada 50 (cinquenta) alunos.

§ 1º - Somente após ter sido assegurada a dimensão exigida para a área do recreio descoberto é que deverá ser prevista a área do recreio coberto.

§ 2º - Excetuam-se das prescrições do parágrafo anterior as edificações destinadas a escolas pré-primárias e as destinadas simultaneamente a ensino primário e médio, as quais deverão ter recreio coberto.

Art. 199 - Os edifícios destinados a escola pré-primária, além das prescrições dos artigos anteriores deverão atender ainda as seguintes:

I - Possuírem um único pavimento;

II - Terem local para teatro de fantoches;

III - Terem, no mínimo, um conjunto composto de banheiros, sanitários, lavatórios e vestiários para cada bloco de duas salas de aula;

IV - Terem as peças de cada conjunto a que se refere o inciso anterior com dimensões próprias para crianças de quatro a seis anos de idade;

V - Possuírem bebedouros higiênicos em diferentes pontos, na altura das crianças e próprios para as mesmas.

Art. 200 - As salas de aula deverão obedecer as seguintes exigências:

I - Terem área mínima de 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) e largura mínima de 6.00 m (seis metros);

II - Terem o pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);

III - Terem piso com forma retangular, com janelas dispostas no sentido do eixo maior da sala;

IV - Terem paredes sem saliências, com cantos e esquinas arredondadas;

V - Terem portas com largura mínima de 0.90 m (noventa centímetros) e altura mínima de 2.00 m (dois metros);

VI - Terem as janelas expostas apenas em uma das paredes, sendo feitas pequenas aberturas na parede, a fim de assegurar livre circulação do ar;

VII - Terem paredes divisórias até o teto.

§ 1º - As salas de aulas subordinar-se-ão aos seguintes índices mínimos:

a) 1.20 m<sup>2</sup> (um metro e vinte centímetros quadrados) por aluno, para as comuns e os salões de estudo;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

b) 2.00 m<sup>2</sup> (Dois metros quadrados) por aluno, para as de desenho e trabalhos manuais;

c) Entre 10.00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) e 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) por aluno para as oficinas de escolas técnico profissionais.

§ 2º - A superfície total das salas de aula não deverá ser inferior a metade da superfície total do edifício.

§ 3º - Nas salas de aula deverá ser assegurado conforto térmico, visual e acústico.

§ 4º - A iluminação, ventilação e insolações na sala de aula deverão ser asseguradas de maneiras satisfatória e adequada, observados os seguintes requisitos:

a) Iluminação uniformemente distribuída preferencialmente multilateral, ficando proibida a unilateral direta e a bilateral adjacente;

b) Superfície total das janelas, ao longo do maior lado, não ser inferior a 1/5 (hum quinto) da superfície da sala de aula;

c) Aberturas destituídas de verga e altura mínima de 1.80 m (um metro e oitenta centímetros);

d) Abertura com dispositivos capazes de corrigir excesso de iluminação e insolação por ventura existentes;

e) Abertura que assegurem, mesmo fechadas iluminação e ventilação natural;

f) Abertura de ventilação equivalente mínimo a 2/3 (dois terços) da superfície de janelas;

§ 5º - No caso de oficinas de escola técnico-profissional, a luz deverá ser recebida, preferencialmente, da esquerda e do alto.

§ 6º - Quando a ventilação natural não for suficiente em oficina de escola técnico-profissional, serão empregados, obrigatoriamente, ventiladores, exaustores ou aspiradores.

Art. 201 - O recreio coberto deverá atender as seguintes prescrições:

I - Ter superfície mínima igual a metade da superfície total das salas de aula;

II - Ter área contínua, pé-direito mínimo de 3.50 m (três metros e cinquenta centímetros), e largura livre de cerca de 10.00 m (dez metros), possibilitando a prática de educação física em dia de chuva;

III - Possuir palco para apresentação de festividades escolares;

IV - Dispor de cantina, protegida de vento e chuva com área equivalente a 7.00 m<sup>2</sup> (sete metros quadrados) por salas de aula.

Parágrafo Único - O ginásio esportivo, para a prática de esportes e para festividades deverá satisfazer as seguintes exigências:

I - Ter quadra de esportes coberta para voleibol, basquetebol e futebol de salão com pé-direito de 7.00 m (sete metros) e dimensão de 20.00 x 32.00 m (vinte por trinta e dois metros) no mínimo;

II - Ter palco para representação e festividades escolares;

III - Ter espaldar para ginástica ao longo da parede e pórtico para educação física;

IV - Possuir vestiários, separados por sexos, com capacidade correspondente a 1.00 m<sup>2</sup> (um centímetro quadrado) por aluno;

V - Dispor de chuveiros, separado por sexos, na proporção de um para cada dez alunos;

VI - Ter sala para professor de educação física;

VII - Dispor de pequena arquibancada, sendo esta opcional.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 202 - O recreio descoberto deverá ter superfície que corresponda a 3.00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados), no mínimo, por aluno.

Parágrafo Único - No recreio descoberto deverá haver uma quadra de esporte cimentada e descoberta, contido no retângulo de 20.00 x 30.00 m (vinte por trinta metros) orientada no sentido Norte-Sul.

### **CAPÍTULO VII** **DAS EDIFICAÇÕES ASSISTÊNCIAS**

Art. 203 - Os edifícios para hospitais, ambulatórios, casa de saúde ou estabelecimentos congêneres, deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I - Terem pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);
- II - Serem construídos com material incombustível, excetuados os locais destinados a consultas e tratamentos;
- III - Terem arredondados todos os ângulos formados com as paredes, pisos e tetos;
- IV - Terem os vãos de iluminação e ventilação com dimensões de uma vez e meia superior as estabelecidas neste código para compartimentos análogos;
- V - Terem a superfície iluminante dos diversos compartimentos igual a sexta parte da área do piso, no mínimo;
- VI - Terem a iluminação e ventilação feitas exclusivamente por meios de áreas principais, seja qual for a natureza dos compartimentos;
- VII - Terem escadas ou rampas de acesso com largura mínima útil de 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- VIII - Ter os corredores de acesso às enfermarias e quartos para doentes, bem como as salas de operações ou quaisquer peças onde exista trânsito de doentes, com largura mínima de 2.00 m (dois metros);
- IX - Terem corredores não referidos no inciso anterior com largura mínima de 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- X - Terem os quartos de um leito mínimo de 9.00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados) e os de dois leitos área mínima de 10.80 m<sup>2</sup> (dez metros e oitenta centímetros quadrados);
- XI - Terem os dormitórios coletivos e as enfermarias de adulto superfície correspondente a 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por leito, não podendo cada unidade exceder de vinte e quatro leitos nem conter mais de oito leitos nas subdivisões.
- XII - Possuírem 20 % (vinte por cento), no mínimo, de sua capacidade total em leito reservados e quartos de um ou dois leitos, sendo todos dotados de sanitários com banheiros e lavatórios;
- XIII - Terem uma sala, no mínimo, destinadas a curativos, tratamento ou serviços médicos, para cada 200.00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de piso de dormitórios ou fração e em cada pavimento;
- XIV - Terem reservatórios de água com capacidade suficiente ao atendimento de suas necessidades;
- XV - Terem, em cada pavimento, conjuntos de banheiros e sanitários, destinados aos doentes, devidamente separados por sexos, que correspondam a uma banheira e um chuveiro com água quente e fria para cada doze leitos bem como um sanitário e um lavatório para cada oito leitos;
- XVI - Terem em cada pavimento, conjunto de sanitário, lavatório, chuveiro e vestiário, para médicos e pessoal de serviço, separado por sexo, para cada 300.00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) de pavimento;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XVII - Terem o refeitório, cozinha, copa e despensa com acessos independentes dos demais serviços;

XVIII - Possuírem necrotério;

XIX - Terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores de dimensões suficientes;

XX - Terem lavanderia;

XXI - Possuírem instalações de intercomunicação interna e dispositivos de sinalização ética;

XXII - Terem obrigatoriamente, instalações incineradora do lixo, em especial para incineração dos resíduos provenientes das salas de operações e de curativos e dos laboratórios;

XXIII - Possuírem as inspeções de esgotos primários localizados, obrigatoriamente, fora das salas de operações, de esterilização, de curativos e de outros tratamentos bem como das cozinhas, copas e refeitórios;

Art. 204 - As enfermeiras e os quartos para doentes deverão satisfazer as seguintes exigências mínimos:

I - Terem dimensões que permitem a inscrição de um círculo como o diâmetro de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros), no mínimo;

II - Serem dispostos de forma tal ou terem dispositivos tais que fique assegurada permanente ventilação cruzada;

III - Terem portas de acesso de 1.00 m (hum metro) de largura por 2.00 m (dois metros) de altura, no mínimo.

IV - Terem janelas correspondentes à área mínima de 1/5 ( um quinto) da superfície do compartimento e com orientação adequada, abrindo para o exterior;

V - Terem seus pontos extremos a uma distância máxima de 50.00 m (cinquenta metros) da copa mais próxima.

Art. 205 - As salas destinadas a curativos, tratamento ou serviços médicos deverão ter área mínima de 12.00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados), e dimensão igual ou superior a 3.00 m (três metros)

Art. 206 - Os ambulatórios e salas de socorros urgentes, quando existirem deverão ser localizados próximos aos acessos gerais e independentes das demais circulações.

Art. 207 - As salas de cirurgia deverão obedecer às seguintes prescrições:

I - Terem área mínima de 20.00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) e dimensão igual ou superior a 4.00 m (quatro metros);

II - Terem pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);

III - Serem providas, obrigatoriamente, de iluminação artificial adequada a de ar condicionado;

IV - Terem tomadas de corrente, interruptores e aparelhos elétricos à prova de faíscas;

V - Terem instalações de emergência, de funcionamento automático, que supra falhas eventuais de corrente elétrica;

VI - Terem o recinto, para espectadores, quando existir, completamente independente, separado por meio de vidro inclinado e com acesso próprio.

Parágrafo Único - As exigências fixadas nos incisos IV, V e VI, de presente artigo, são, extensivas às salas onde se guardam aparelhos de anestesia, gases, anestésicos ou oxigênio.

Art. 208 - A unidade do centro cirúrgico e do centro de material e esterilização, composta de salas de cirurgia, de esterilização, de expurgos e de material de desinfecção e de limpeza e de equipamento anestésico, bem como de vestiários de médicos e





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

enfermeiros e de preparação pré-operatória, deverá ser localizada, preferentemente, próximas às enfermarias de cirurgia.

Art. 209 - Os serviços de radiologia deverão ser instalados em salas apropriadas, observadas rigorosamente as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 210 - A farmácia deverá ter uma área mínima de 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) e ser composta de sala para o farmacêutico, sala de manipulação, depósitos de suprimentos e depósitos de drogas.

Art. 211 - O laboratório deverá ter área equivalente a 0.40 dm<sup>2</sup> (quarenta decímetros quadrados) por leito.

Art. 212 - É obrigatório a existência de cozinha, copa e despensa, com área conjunta mínima correspondente a 0.75 dm<sup>2</sup> (setenta e cinco decímetros quadrados), por leito, até a capacidade de 200 (duzentos) leitos.

§ 1º - Quando a capacidade do edifício for superior a 200 (duzentos) leitos a área mínima conjunta de cozinha, copa e despensa, deverá ser de 150.00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).

§ 2º - É proibida qualquer comunicação, por portas ou outros vãos, entre a cozinha, copa e despensa e os compartimentos destinados a sanitários, banheiros, vestiários, lavanderia, farmácias e necrotério, bem como os locais de permanência ou passagem de doentes.

§ 3º - Em todos os pavimentos, deverão existir copas de seção, devidamente providas de filtro e de pia com água corrente e de um pequeno fogão de duas bocas.

Art. 213 - As lavanderias de edifícios assistenciais deverão observar as seguintes áreas mínimas por leito:

I - 1.20 m<sup>2</sup> (um metro e vinte centímetros quadrados) para os de 50 (cinquenta) leitos;

II - 1.00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para os de 100 (cem) leitos;

III - 0.85 dm<sup>2</sup> (oitenta e cinco decímetros quadrados) para os de 200 (duzentos) leitos;

IV - 0.75 dm<sup>2</sup> (setenta e cinco decímetros quadrados) para os de 500 (quinhentos) ou mais leitos.

§ 1º - O pé-direito mínimo da lavanderia deverá ser de 3.30 m (três metros e trinta centímetros).

§ 2º - A lavanderia deverá ter instalações para desinfecção e esterilização de roupas.

§ 3º - É obrigatória a existência de local apropriado para desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores.

Art. 214 - O necrotério deverá obrigatoriamente acesso independente, além de instalações sanitárias privativas.

Art. 215 - Quando os edifícios para fins de saúde tiverem mais de um pavimento, deverão atender ainda as seguintes exigências:

I - Possuírem escada com largura mínima útil de 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros) de altura, com degraus de lances retos e 0.30 m (trinta centímetros) de largura, além de patamar intermediário obrigatório para cada 10 (dez) degraus e com extensão mínima de 1.00 m (um metro);

II - Terem escada a uma distância nunca superior a 30.00 m (trinta metros) de qualquer unidade hospitalar, com centro cirúrgico, ambulatório, enfermaria ou leito de paciente;

III - Não terem degraus em leque em nenhuma escada;

IV - Serem providos de rampas com declividade máxima de 10% (dez por cento), para transporte de pessoas, macas e leitos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V - Terem monta-pratos para serviços das copas de seção em todos os pavimentos;

VI - Terem, em cada pavimento, um compartimento destinados a despejos, com a respectiva instalação de pia sanitária.

§ 1º - É proibida instalar máquinas de lavanderia sobre laje de estrutura monolítica de edifício assistencial.

§ 2º - O número de escadas será calculado com base na população do edifício devendo existir duas no mínimo, sendo uma de serviço.

Art. 216 - Os edifícios para maternidades ou para hospitais com seção de maternidade, deverão dispor de compartimentos em quantidade e situação capazes de satisfazer os seguintes requisitos:

I - Sala de trabalho de parto, acusticamente isolada, para cada 15 (quinze) leitos;

II - Sala de parto para cada 25 (vinte e cinco) leitos;

III - Sala de operações, quando não existir outra sala para o mesmo fim;

IV - Sala de curativos para operações sépticas;

V - Quartos individuais para isolamento de doente infectado;

VI - Quartos exclusivamente para parturientes operadas;

VII - Seções de berçário, com tantos leitos quantos forem os de parturientes, excluídas àqueles pertencentes a quartos de um ou dois leitos.

### **CAPÍTULO VIII** **DAS EDIFICAÇÕES RECREATIVAS** **SECÃO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 217- As edificações recreativas deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Apresentarem condições perfeitas de visibilidade e de conforto acústico;

II - Terem sala ou salas com superfície correspondente a duas pessoas para cada metro quadrado;

III - Serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira no revestimento dos pisos e na confecção de esquadriais, lambris e corrimões;

IV - Terem as portas de saída com largura mínima de 2.00 m (dois metros);

V - Terem os corredores e escadas dispostos de forma a impedir correntes de trânsito contrárias, sendo obrigatório duplicar a respectiva largura, de acordo com este código, sempre que existir confluência inevitável;

VI - Terem as aberturas, localizadas nas passagens, corredores e escadas, livres de qualquer dispositivos que impeçam o escoamento do público em qualquer sentido em caso de pânico;

VII - Possuírem sanitários, devidamente separados por sexos, tanto para espectadores como para artistas e empregados;

VIII - Serem dotadas de instalações de ar condicionado, quando tiverem capacidade igual ou superior a 300 (trezentas) pessoas;

IX - Serem dotadas de instalações de renovação de ar, quando tiverem capacidade inferior a 300 (trezentas) pessoas.

§ 1º - Os sanitários deverão obedecer às seguintes proporções:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

a) Um lavatório de mictório para cada 100 (cem) espectadores e um vaso sanitário para cada 200 (duzentos), nas instalações para o sexo masculino.

b) Um lavatório e um vaso sanitário para cada 200 (duzentos) espectadores, nas instalações para o sexo feminino.

c) Um lavatório e um vaso sanitário para cada 10 (dez) empregados, independente das instalações utilizadas pelos espectadores, sendo obrigatório um mínimo de dois conjuntos.

§ 2º - As pequenas diferenças de nível em cada pavimento deverão ser vencidas através de rampas suaves, com declividade máxima de 12% (doze por cento), não sendo permitido intercalação de degraus nas passagens, corredores, salas de espera, vestíbulos de entrada ou qualquer outro compartimento que sirva para escoamento rápido ao público, em caso de pânico.

§ 3º - No que se refere a salões e plateias de salas de espetáculos, bem como as cadeiras, deverão ser respeitados os dispositivos deste código estabelecidos para auditórios.

§ 4º - Não será permitido colocar cadeiras em percursos que possam entravar a livre saída das pessoas.

§ 5º - Não poderá existir porta ou vão de comunicação interna entre as dependências de casas de diversões e as edificações vizinhas.

### **SEÇÃO II.** **DOS CINEMAS**

Art. 218 - Os cinemas deverão possuir os seguintes compartimentos:

I - Vestíbulo;

II - Sala de espera ao nível de cada série de localidades;

III - Bilheterias;

IV - Sala de administração;

V - Sala de projeção;

VI - Palco;

VII - Cabina de projeção;

§ 1º - As bilheterias deverão servir de abrigo aos espectadores no vestíbulo e não dar diretamente para o logradouro.

§ 2º - O vestíbulo ou entrada, deverá ter área proporcional a 1.00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado), para cada 10 (dez) espectadores.

§ 3º - A sala de espera, ao nível de cada tipo de localidade, deverá ter, área correspondente a 1.00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado), para cada 08 (oito) espectadores, com um mínimo de compartimento destinado à bombonière.

§ 4º - Entre o vestíbulo e a sala de espera deverá existir uma porta com largura correspondente a 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada 300 espectadores.

§ 5º - O pé da tela ou superfície de projeção, deverá ser visível ao espectador sentado na primeira fila.

§ 6º - Nenhuma poltrona deverá ser localizada fora da zona compreendida em planta entre duas retas que, partindo das extremidades da tela, formam com esta, ângulo de 125º (cento e vinte e cinco graus).

§ 7º - O afastamento mínimo entre a primeira fila de poltronas e a tela deverá ser de 4.00 m (quatro metros).

§ 8º - O piso do balcão deverá guardar, em qualquer ponto, a distância mínima de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros), do feixe luminoso de projeção.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 219 - As cabinas de projetores deverão observar as seguintes exigências:

I - Serem construídas de material incombustível, inclusive a porta de entrada;

II - Terem pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Terem, internamente, quando existir um único projetor, área mínima de 6.00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) e dimensão mínima de 3.00m (Três metros), no sentido transversal;

IV - No terem o interior obstruído por qualquer instalação fixa ou móvel, salvo prateleiras de material incombustível com largura mínima de 0.40 cm (quarenta centímetros), e altura de 1.90 m (um metro e noventa centímetros);

V - Terem dois compartimentos anexos, com os quais exista comunicação exclusiva, sendo um destinado à casa de máquinas e outro ao vestiário, chuveiro, bebedouro com água filtrada e sanitário de uso privativo dos operadores;

VI - Terem como aberturas apenas uma porta e os visores de pequenas dimensões para uso do operador e passagem dos raios luminosos das projeções;

VII - Terem escada de incêndio de material incombustível, dotada de corrimão e localizada fora da passagem do público ou de compartimentos por este frequentado;

VIII - Serem, juntamente com os compartimentos anexos dotados de vãos dando para o espaço livre externo, abrindo as respectivas folhas de fechamento de dentro para fora;

IX - Terem boa iluminação e instalações de ar condicionado ou de renovação de ar.

Parágrafo Único - Quando existir mais de um projetor, as cabinas deverão ter a dimensão mínima transversal aumentada da forma a existir uma passagem livre de 1.20 (hum metro e vinte centímetros) no mínimo, entre os aparelhos externos e entre os dois aparelhos consecutivos.

### **SEÇÃO III.** **DOS CLUBES NOTURNOS**

Art. 220 - Os clubes noturnos deverão satisfazer ainda as seguintes exigências:

I - Possuírem locais para guarda-roupas e vestiários;

II - Possuírem cozinha, conforme os requisitos fixados por este código para restaurantes quando servirem refeições;

III - Terem local próprio para orquestra, no caso de possuírem pista de danças;

IV - Possuírem instalações de ar condicionado ou de renovação de ar;

V - Não serem instalados em prédios onde existem residências particulares;

VI - Terem um vestíbulo de distribuição, antes da entrada no salão de espetáculos ou divertimentos, quando situados em pavimentos que não seja térreo.

### **SEÇÃO IV** **DOS EDIFÍCIOS PARA SEDES DOS CLUBES ESPORTIVOS,** **RECREATIVOS E EDUCATIVOS**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 221- Os edifícios para sedes dos clubes esportivos, recreativos e educativos deverão satisfazer as disposições referentes a cinemas e clubes noturnos no que lhes forem aplicáveis.

### **SEÇÃO V** **DAS PISCINAS DE NATACÃO**

Art. 222 - Os edifícios para sedes dos clubes esportivos, recreativos e educativos deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I - Terem profundidade variável, sejam de adultos ou sejam infantis;
- II - Terem paredes e fundo impermeabilizados e estanques, de modo a resistir ao peso do próprio líquido e às subpressões de água do subsolo;
- III - Terem bordas um pouco acima do terreno circundante;
- IV - Terem revestimento interno de material impermeável e de superfície lisa não sendo permitida pintura nas partes imersas;
- V - Terem escada em todo o seu perímetro, numa distância aproximada de 15.00 m (quinze metros) umas das outras;
- VI - Terem a declividade do fundo não excedente à rampa de 7% (sete por cento), não sendo permitidas mudanças bruscas até a profundidade de 1.80 m (hum metro e oitenta centímetros);
- VII - Terem lava-pés localizados na saída dos vestiários com largura mínima de 1.20 m (hum metro e vinte centímetros) e profundidade entre 0,15 cm e 0,20 cm (quinze e vinte centímetros)
- VIII - Serem dotadas de aparelhagem especial para recirculação, filtragem e esterilização de água, quando sociais;
- IX - Terem canaleta circundando-as na parte interna com orifícios para escoamento de água;
- X - Terem pátio com disposição que permita fácil circulação dos banhistas e com piso antiderrapante;
- XI - Terem vestiários, chuveiros e sanitários de fácil acesso e separados por sexos;
- XII - Terem adequadamente disposta a casa de máquinas onde ser[a] localizado o equipamento de tratamento de água.

§ 1º - As profundidades das piscinas de adultos poderão ser as seguintes:

- a) Entre 0,80 cm e 2.00 m (oitenta centímetros e dois metros) no caso de não possuírem pranchas;
- b) 3.00 m (três metros) se possuírem pranchas até 3.00 m (três metros) de altura.

§ 2º - As piscinas de adultos deverão ter 70% (setenta por cento) de sua área nas profundidades de 0,80 cm a 1.60 m (oitenta centímetros à hum metro e sessenta centímetros).

§ 3º - As profundidades das piscinas infantis poderão variar entre 0,20 cm e 0,60 cm (vinte e sessenta centímetros).

§ 4º - As escadas poderão ser de alvenaria na parte rasa e de material anticorrosivo no resto da piscina.

§ 5º Os chuveiros deverão ser na proporção de um para quarenta banhistas.

§ 6º - Os sanitários deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- a) um vaso sanitário para 40 homens, bem como, para cada trinta mulheres;
- b) um mictório para 50 homens.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

§ 7º - Por ser considerado área séptica, o pátio das piscinas deverá ficar completamente separado da parte destinada aos espectadores.

Art. 223 - A casa de máquinas de piscinas, deverá atender às seguintes exigências:

I - Ter iluminação e ventilação adequadas;  
II - Ter o piso a 2.00 m (dois metros) no mínimo, abaixo do nível da piscina;

III - Ter dimensões em função do volume de água da piscina.

### **SEÇÃO VI** **DOS ESTÁDIOS E GINÁSIOS ESPORTIVOS**

Art. 224 - Os estádios e ginásios esportivos deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Apresentarem perfeitas condições de visibilidade, iluminação e acústica;

II - Terem as arquibancadas construídas de material incombustível;

III - Terem portas, circulações, escadas ou rampas com dimensões que garantam fácil escoamento do público das dependências a que atenderem, observados as correspondentes prescrições deste código;

IV - Terem vestiários;

V - Terem instalações sanitárias para o público em número proporcional à sua capacidade, separadas para cada sexo e independentes destinadas aos atletas.

Parágrafo Único - Em projeto de estádio e ginásio esportivo é obrigatório:

a) Indicar o número e a disposição dos lugares destinados aos espectadores;

b) Indicar a possibilidade de estacionamento de veículos em número proporcional à sua capacidade, a menos de 400.00 m (quatrocentos metros) de distância aos acessos dos edifícios, em áreas públicas ou particulares especialmente destinadas a esse fim.

### **CAPÍTULO IX** **DAS OFICINAS, POSTOS DE SERVIÇOS E DE** **ABASTECIMENTOS DE VEÍCULOS**

#### **SEÇÃO I** **DAS OFICINAS DE VEÍCULOS**

Art. 225 - As edificações destinadas a oficinas de veículos, deverão observar no que lhes forem aplicáveis, as prescrições deste código relativas a oficinas em geral, especialmente no que se refere ao cálculo diário por veículo, ao material de construção, às dependências e instalações, às aberturas e a localização e depósitos de combustíveis para abastecimento de veículos.

#### **SEÇÃO II.** **DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DE ABASTECIMENTOS DE VEÍCULOS**

Art. 226 - Os postos de serviço e de abastecimento de veículos, deverão possuir dependências, equipamentos, abastecimento de água e áreas livres necessárias ao atendimento de suas funções, bem como banheiros e sanitários, subdivididos em chuveiros, vasos e mictórios individuais.

§ 1º - Os postos de serviço e de abastecimento poderão ter ainda as seguintes dependências:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- a) Salão de vendas de acessórios e peças de veículos;
- b) Escritório;
- c) Sala de espera;
- d) Compartimento para abrigo dos empregados;
- e) Depósitos;
- f) Locais apropriados para carga de baterias e vulcanização de

câmara de ar.

§ 2º - Nos postos de serviço e de abastecimento é proibida a existência de compartimentos para fins residenciais.

§ 3º - Nos postos de serviços e de abastecimentos poderão existir bares, obedecidas as determinações deste código.

Art. 227 - Os postos de serviços de veículos deverão satisfazer ainda as seguintes exigências:

I- Possuírem testada, área e recuos mínimos fixados pela legislação urbanística deste Município;

II - Possuírem dois vãos de acesso, no mínimo para cada logradouro, localizados a uma distância igual ou superior a 5.00 m (cinco metros), do encontro dos alinhamentos;

III - Terem as instalações de abastecimento de combustível, de água e de ar, localizadas de modo a ser possível operar com veículo dentro do seu próprio terreno, bem como distribuídos de forma a permitir fácil acesso e saída dos veículos;

IV - Terem os depósitos de inflamáveis metálicos e subterrâneos, bem como à prova de propagação de fogo e sujeitos nos detalhes e funcionamento ao que prescreve a legislação especial sobre inflamáveis;

V - Possuírem canaletas destinadas à coleta das águas superficiais em toda a extensão do alinhamento e convergindo para as grelhas coletoras, bem como em número capaz de evitar a passagem das águas para a via pública;

VI - Terem a área livre do terreno pavimentada e com rampa mínima de 3% (Três por cento) e declividade que impeça o escoamento das águas por cima das calçadas;

VII - Terem as águas de lavagem canalizadas e conduzidas a caixas separadoras antes de lançadas na rede de águas pluviais;

VIII - Terem o compartimento de lavagem e lubrificação com o pé-direito mínimo de 4.50m (quatro metros e cinquenta centímetros);

IX - Terem elevador hidráulico ou rampa.

§ 1º - Quando localizados em lote central de quadra os postos de serviço deverão observar ainda, as seguintes prescrições:

a) Possuírem dois vãos de acesso com largura livre mínima de 6.00 m (seis metros), distantes a 3.00 m (três metros) entre si, no mínimo, bem como afastados 2.00 m (dois metros) das divisas laterais;

b) Possuírem muretas com 0.50 m (cinquenta centímetros) de altura em toda frente do lote não utilizada pelos vãos de acesso.

§ 2º - Quando os compartimentos destinados à lavagem e lubrificação de veículos por meio de pulverização ou vaporização tiverem as aberturas voltadas para logradouros, estas deverão ser obrigatoriamente dotadas, a fim de vedar os compartimentos quando em operação.

§ 3º - Os aparelhos abastecedores deverão observar as seguintes distâncias:

a) 5.00 m (cinco metros) no mínimo, do alinhamento do logradouro, sem prejuízo de observância de recuos maiores exigíveis para o local;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

b) 4,00 m (quatro metros) no mínimo de qualquer ponto da edificação, quando não estiverem instalados juntamente à mesma;

c) 4,00 m (quatro metros) no mínimo, das divisas laterais e de fundos.

§ 4º - Uma parte da área livre do terreno a que se refere o inciso VI, do presente artigo poderá ser reservada para ajardinamento permanente.

Art. 228 - Os postos de abastecimentos de veículos deverão observar ainda as seguintes condições:

I - Terem pavimentadas as pistas destinadas as manobras dos veículos;

II - Não possuírem compartimentos destinados a lavagem e lubrificação;

III - Satisfazerem as demais exigências fixadas para os postos de serviços.

### **CAPÍTULO X**

### **DOS DEPÓSITOS E FÁBRICAS DE INFLAMÁVEIS E DE EXPLOSIVOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS**

Art. 229 - As edificações destinadas a depósitos de inflamáveis líquidos deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - Terem os parques localizados em áreas apropriadas;

II - Terem as instalações elétricas e telefônicas distantes dos tanques e demais instalações metálicas;

III - Terem os parques devidamente providos de instalações contra incêndios;

Art. 230 - Qualquer edifício que tenha de armazenar mais de 2.000 l (dois mil litros) de líquidos inflamáveis em recipientes não selados, deverão dispor de janelas providas de vidros fixos, armados com caixilhos metálicos, afim de assegurar ventilação permanente.

Art. 231- Os depósitos de inflamáveis gasosos, além das disposições do artigo que lhe são aplicáveis, deverão ter, obrigatoriamente os tanques metálicos, soldados ou calafetados de forma a torná-los perfeitamente estanques, quando rebitados.

Art. 232 - Em edifícios residenciais ou comerciais, inclusive garagens para veículos e oficinas, não serão admitidos depósitos de inflamáveis líquidos ou gasosos para fins comerciais.

#### **SEÇÃO II.**

#### **DAS FÁBRICAS E DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS**

Art. 233 - As edificações destinadas a fábricas e depósitos de explosivos, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Terem afastamento mínimo de 50,00 m (cinquenta metros) entre os pavilhões;

II - Terem edifícios próprios para cada espécie de matéria prima, sempre afastadas entre si 5,00 m (cinco metros) no mínimo;

III - Terem pé direito mínimo de 4,00 m (quatro metros);

IV - Terem as paredes construídas de material incombustível em todas as faces externas;

V - Terem o material de cobertura o mais leve possível resistente, impermeável e incombustível, assentado em vigamento metálico, bem contraventado;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VI - Terem, além da iluminação natural, instalações elétricas de tipo especial contra fogo, bem como lâmpadas incandescentes à prova de fogo;

VII- Disporem de proteção adequada contra descargas elétricas atmosféricas.

§ 1º - Nas áreas de isolamento obtidas pelos afastamentos estabelecidos no inciso I, do presente artigo, deverão ser levantados merlões de terra de 2.00 m (dois metros) de altura, no mínimo, bem como plantadas árvores nos mesmos.

§ 2º - A espessura das paredes deverá ser de 0,45 cm (quarenta e cinco centímetros), quando de tijolos e de 0,25 cm (vinte e cinco centímetros), quando de concreto.

§3º - Nos depósitos compostos de várias seções instaladas em pavilhões separados, a distância separativa entre seções deverá corresponder, no mínimo à metade do perímetro da maior das referidas seções.

§ 4º - Nas fábricas de explosivos orgânicos de base mineral, os merlões, referidos no parágrafo I do presente artigo, deverão atingir altura superior à da cumeeira dos edifícios.

### **CAPÍTULO XI** **DAS EDIFICAÇÕES PARA FINS ESPECIAIS DIVERSOS** **SEÇÃO I** **DOS TEMPLOS RELIGIOSOS**

Art. 234 - Nas edificações destinadas a templos religiosos deverão ser respeitadas as peculiaridades arquitetônicas de cada religião ou culto, desde que fiquem plenamente atendidas as exigências relativas à segurança, proteção e conforto do público.

Parágrafo Único - Qualquer edificações anexas no templo e dentro do mesmo lote será objeto de apreciação em separado pelo órgão competente da Prefeitura, conforme o seu tipo e observadas as prescrições deste código que lhe for aplicável, devendo preservar-se, a paisagem estética do logradouro público.

### **SEÇÃO II.** **DAS EDIFICAÇÕES PARA BARBEARIAS E SALÕES DE BELEZA**

Art. 235 - As edificações para barbearias e salões de beleza, além das prescrições deste código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir um lavatório e um sanitário no mínimo.

### **SEÇÃO II.** **DAS LAVANDERIAS**

Art. 236 - As edificações para lavanderias, além das exigências deste código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda as seguintes:

I - Serem construídas de material incombustível, salvo as esquadrias e o madeiramento do telhado;

II - Terem dimensões adequadas à instalação de aparelhos de lavar, secar, passar e esterilizar;

III - Terem pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - Terem piso provido de ralos ligados diretamente à rede de esgotos, na proporção de um para cada 25.00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados);



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V - Terem iluminação e ventilação correspondentes a 1/7 (hum sétimo) da área do piso, admitindo-se a iluminação através de lanternins e sedes;

VI - Terem vestiários e sanitários, devidamente separados por sexos.

§ 1º - Os chuveiros e lavatórios deverão obedecer à proporção de um para cada vinte empregados;

§ 2º - Deverá existir um vaso sanitário e um mictório para cada 15 (quinze) empregados do sexo feminino.

§ 3º - Nos locais onde não existem esgotos, o destino das águas servidas nas lavanderias deverá ser indicada pela autoridade competente.

### **SEÇÃO IV** **DOS GALPÕES, SELEIROS E DEPÓSITOS DE** **MERCADORIAS OU MATERIAIS**

Art. 237 - As edificações destinadas a galpões, telheiros e depósitos de mercadorias ou materiais, deverão observar as seguintes exigências:

I - Terem disposição no terreno de forma que as mercadorias ou materiais não sejam visíveis dos logradouros públicos;

II - Terem fachada esteticamente adequada, especialmente quando vistas dos logradouros;

III - Serem constituídas de cobertura sem forro;

IV - Terem pátio de manobra para carga e descarga, quando destinadas a guarda ou exposição de mercadorias ou materiais;

V - Não terem compartimentos destinados à moradia nem serem utilizados para esse fim sob qualquer pretexto.

§ 1º - Os galpões e depósitos de mercadorias ou materiais deverão ter compartimentos para escritório e vigia, quando considerados necessários aos seus usos, observadas, no caso, as prescrições deste código que lhes forem aplicáveis.

§ 2º - A construção de galpões e telheiros deverá ter como finalidade a guarda exposição de mercadorias ou de materiais ou guarda de veículos.

Art. 238 - Os galpões deverão satisfazer ainda os seguintes requisitos:

I - Terem pé-direito mínimo de 3.00 m (três metros);

II - Serem fechados em todas as faces.

§ 1º - Os galpões poderão ser construídos sem constituírem, obrigatoriamente, dependências de outras edificações.

§ 2º - Excepcionalmente, os galpões poderão ser destinados a oficinas.

§ 3º No caso previsto pelo parágrafo anterior, o galpão deverá ser, obrigatoriamente, construído sobre pilares ou paredes de material incombustível, bem como atender às exigências deste código para oficinas em geral, em especial nos locais reservados ao trabalho dos operários e nos destinados a sanitários.

Art. 239- Os telheiros deverão atender ainda as seguintes prescrições:

I - Serem construídos exclusivamente com dependência de edificação existente no lote;

II - Terem pé-direito mínimo de 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Terem a cobertura suportada por meio de pilares;

IV - Terem pelo menos uma face aberta.

Parágrafo Único - Na sua disposição no terreno, o telheiro deverá ficar preferencialmente oculto pela edificação da qual constitui dependência.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 240 - Os depósitos de mercadorias ou materiais, inclusive sucata, deverão ter pé-direito mínimo de 4.00 m (quatro metros).

### **TÍTULO VIII** **DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES** **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 241 - É obrigatória a execução das edificações em absoluta conformidade com o projeto arquitetônico aprovado pelo órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo Único - No caso de projeto modificativo deverão ser obedecidas as indicações das novas plantas aprovadas.

Art. 242 - Independente de qualquer providência de fiscalização municipal, o construtor responsável pela edificação deverá notificar, obrigatoriamente à Prefeitura sobre a data exata do início dos serviços.

Parágrafo Único - A exigência do presente artigo é extensivo às demolições.

### **CAPÍTULO II.** **DAS INSTALAÇÕES DA OBRA**

Art. 243 - A construção de qualquer edificação só poderá ser iniciada após prévio e adequado preparo do solo.

§ 1º - A exigência do presente artigo diz respeito à limpeza do terreno, de forma a deixá-lo completamente livre.

§ 2º - Quando existirem edificação confinantes, é obrigatória a sua vistoria nos seguintes casos:

- a) Se as edificações vizinhas tiverem fundações rasas;
- b) Se a edificação a ser construída tiver subsolos ou níveis de fundações inferiores aos das fundações dos edifícios vizinhos;
- c) Se o terreno for pouco consistente.

§ 3º - No caso de vistoria, deverá ser feita a determinação do tipo de estrutura das edificações confinantes a fim de permitir o projeto de escoramento adequado.

§ 4º - No caso de execução de demolições, é obrigatório que sejam tomadas medidas de proteção capazes de impedir danos à propriedades vizinhas aos transeuntes e aos próprios trabalhadores.

Art. 244 - As instalações provisórias do canteiro de obras deverão ser executadas de acordo com o respectivo projeto.

§ 1º - As instalações provisórias deverão atender a todas as necessidades da construção, de modo a facilitar a execução dos diversos serviços.

§ 2º - Os barracões deverão ser construídos nos locais previamente determinados e em função do vulto da obra.

Art. 245 - Todos os equipamentos e maquinaria necessários à execução do edifício deverão ser cuidadosamente previstos a fim de que os diversos serviços sigam o melhor ritmo de produção.

Art. 246 - Se houver necessidade de exploração do subsolo, esta deverá ser feita conforme as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 247 - Não será permitida a construção de edificações em terreno pantanoso e alagadiço antes de excetuadas as necessárias obras de drenagem e enxugo.

### **CAPÍTULO III**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### **DOS TAPUMES**

Art. 248 - Qualquer edificação a ser construída ou demolida, situada no alinhamento do logradouro, deverá ser obrigatoriamente protegida por tapumes.

§ 1º - A colocação de tapumes deverá ser feita antes do início dos trabalhos em terra e depende da licença para edificar ou da licença para demolir.

§ 2º - Os tapumes deverão ser mantidos enquanto perdurarem as obras.

Art. 249 - Os tapumes deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Não ocuparem mais da metade da largura do passeio observando-se o máximo de 3.00 m (três metros) em qualquer caso;

II - Serem feitos com tábuas aparelhadas e suficientemente resistentes, assegurarem o fechamento do canteiro de obras e apresentarem bom acabamento;

III - Terem portões e portas com dimensionamento apropriados aos serviços de construções;

IV - Terem afixada de forma bem visível a placa de numeração da edificação;

V - Terem afixadas de forma bem visível as placas indicadoras de tráfego de veículos e a de nomenclatura da rua, quando forem localizadas em esquinas de logradouros;

VI - Terem sempre altura superior a 2.10 m (dois metros e dez centímetros);

VII - Terem, acima de 3.00 m (três metros), uma proteção inclinada sob ângulo de 45º (quarenta e cinco graus) e que atinja a quarta parte da largura do passeio, no mínimo, não podendo ultrapassar a sua largura.

Art. 250 - Quando as edificações ou demolições forem recuadas os tapumes deverão ser feitos no alinhamento do logradouro, com altura mínima de 2.10 m (dois metros e dez centímetros).

Art. 251 - Na parte externa dos tapumes não será permitida a ocupação de qualquer parte da via pública, devendo o responsável pela execução das obras manter o espaço livre do passeio em perfeitas condições de trânsito para os pedestres.

§ 1º - No caso de ser indispensável a poda em árvores do logradouro, para colocar tapumes ou facilitar a construção ou a demolição, o interessado deverá requerer autorização à Prefeitura.

§ 2º - Os tapumes deverão garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes nos logradouros.

Art. 252 - Os tapumes poderão ser dispensados nos seguintes casos:

I - Na construção, elevação, reparos ou demolições de muros e grades até 3.00 m (três metros) de altura, exceto nas vias principais;

II - Em edificações ou demolições afastadas no alinhamento do logradouro destituído de passeios e de guias;

III - Em pinturas ou remendos em fachadas, exceto nas vias principais, desde que sejam armados andaimes protetores, suspensos a uma altura mínima de 3.00 m (três metros);

Parágrafo Único - Não poderão existir as dispensas referidas nos incisos do presente artigo, nos casos de logradouros com passeio de largura muito reduzida ou de trânsito interno.

### **CAPÍTULO IV** **DOS TRABALHOS EM TERRA**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 253 - A locação de obra no terreno deverá ser feita de acordo com as plantas de situação e de locação dos pilares e das paredes.

Parágrafo Único - A locação deverá ser realizada pelos eixos face dos pilares ou das paredes, observados os níveis indicados no projeto arquitetônico aprovado.

Art. 254 - Nas escavações, o processo de adotar dependerá de natureza do solo e sua topografia, dimensões e volume do material a remover ou aterrar, visando-se sempre o máximo de rendimento e economia.

§ 1º - Nas escavações efetuadas nas proximidades de edifícios, logradouros ou servidões, deverão ser empregados métodos de trabalho que existem, ou reduzam ao mínimo a ocorrência de qualquer perturbação oriunda dos fenômenos do deslocamento.

§ 2º - Ao serem utilizados explosivos, é obrigatória a observância das normas tecnicamente recomendadas.

§ 3º - Quando necessário, os locais escavados deverão ser escorados por meios adequados de proteção.

§ 4º - Quando tecnicamente desaconselhável, a Prefeitura poderá impedir qualquer escavação situada em nível inferior ao das fundações dos edifícios vizinhos.

Art. 255 - Os trabalhos de aterros e reaterros deverão ser executados com material adequado e escolhido, de preferência areia ou terra, sem detritos vegetais, em camadas sucessivas de 0.20 cm (vinte centímetros), devidamente molhadas e apisoadas, a fim de serem evitadas fendas, trincas e desníveis em virtude de recalques nas camadas aterradas.

Parágrafo Único - As prescrições do presente artigo deverão ser observadas em todas as áreas remanescentes das fundações, onde for necessária a regularização do terreno.

Art. 256 - As drenagens poderão ser feitas por meio de valetas, com enchimento parcial de brita, formando vazios por meio de condutores furados ou não, com juntas descontínuas.

Parágrafo Único - A profundidade e o dimensionamento dos drenos serão fixados após os ensaios que se fizerem necessários.

Art. 257 - As paredes das cavas de fundações deverão ser escoradas nos seguintes casos:

I - Quando a coesão do terreno for insuficiente para manter os cortes apurados;

II - Quando as cavas forem muito profundas.

§ 1º - O tipo de escoramento deverá ser escolhido de acordo com as condições apresentadas em cada caso.

§ 2º - Nos terrenos de pouca coesão deverá haver proteção resistente às pressões laterais do solo, fundações vizinhas, pressão das águas e pressões laterais do solo, fundações vizinhas e impermeabilidade à sua passagem.

§ 3º - Para evitar quaisquer modificações nas estruturas de edifícios vizinhos, deverão ser tomadas todas as providências que forem tecnicamente adequadas e necessárias.

### **CAPÍTULO V** **DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**

Art. 258- Os materiais de construção, seu emprego e os métodos de sua utilização deverão satisfazer às normas, padronização e especificação adotadas pela ABNT.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá impedir o emprego de materiais de construção inadequados, com defeito ou impureza, que possam comprometer a estabilidade de edificação ou de segurança do público.



## **CAPÍTULO VI** **DOS ANDAIMES E PLATAFORMAS**

Art. 259 - Os andaimes deverão ficar dentro do tapume e satisfazer as seguintes exigências:

I - Terem os postes, travessas, escadas e demais peças em perfeitas condições de resistência e estabilidade e capazes de garantir os operários e transeuntes contra acidentes.

II - Terem largura mínima de 1.20 m (hum metro e vinte centímetros) não podendo exceder a largura do passeio.

III - Terem as tábuas das pontas com espessura mínima de 0.25 cm (vinte e cinco milímetros);

IV - Terem as pontes protegidas externamente por um guarda-corpo construído de dois barrote horizontais, sendo um fixado a 0.50 cm (cinquenta centímetros) e outro a 1.00 m (um metro) acima do piso;

V - Terem a ponte de serviço protegida por uma cortina externa capaz de impedir a queda de materiais.

## **CAPÍTULO VII** **DA EXECUÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DE EDIFICAÇÕES** **SEÇÃO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 260 - Na execução dos elementos construtivos de edificações, deverão ser fielmente observados os respectivos projetos, com todas as suas especificações e detalhes.

§ 1º - As especificações e os métodos construtivos deverão observar rigorosamente a boa técnica de construção e as prescrições normalizadas pela ABNT ou por este código.

§ 2º - Os serviços de execução deverão desenvolver-se, obrigatoriamente, sob a supervisão permanente do construtor responsável.

§ 3º - As prescrições do presente artigo e dos parágrafos anteriores são extensivos aos elementos construtivos especiais, especificados neste código.

## **SEÇÃO II.** **DAS FUNDACÕES**

Art. 261 - Toda e qualquer fundação, deverá ser executada com obediência rigorosa às prescrições normalizadas pela ABNT e sob a responsabilidade da firma ou profissional construtor.

Art. 262 - As fundações deverão ser executadas de acordo com a locação, com marcos rigorosamente dispostos.

Parágrafo Único - Os marcos de locação deverão permanecer até a conclusão dos trabalhos das fundações, para referência a inspeção da fiscalização municipal.

Art. 263 - Na fiel observância do projeto de fundações durante a sua execução deverá ser dada especial atenção aos seguintes elementos:

I - Profundidade das sapatas nas fundações rasas ou comprimento das estacas premoldadas nas fundações profundas;

II - Diâmetro e posição da ossatura metálica projetada;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III - Dimensões dos elementos a executar em face do dimensionamento do cálculo figurado das plantas.

Art. 264 - Para lançamento de fundação rasa deverão ser tomadas as seguintes providências:

I - Regularização e dessecamento das cavas, com ou sem escoramento dos taludes;

II - Compactação do terreno subjacente;

III - Lançamento de camada de base ou lastro, acaso previsto no projeto;

IV - Execução de camada impermeabilizante, caso tenha sido prevista.

Parágrafo Único - A colocação da armaduras completas deverá obrigatoriamente, preceder ao lançamento do concreto.

Art. 265 - Qualquer que seja o seu tipo, as fundações deverão ser executadas de forma que não prejudiquem os imóveis lindeiros e fiquem completamente independentes das vizinhas existentes e integralmente situadas dentro dos limites do lote.

### **SEÇÃO III** **DA ESTRUTURA**

Art. 266 - Além do atendimento das especificações do projeto estrutural, a execução de toda e qualquer estrutura deverá observar rigorosamente às prescrições normalizadas pela ABNT.

### **SEÇÃO IV** **DAS PAREDES**

Art. 267 - Na execução das paredes deverão ser fielmente respeitados os alinhamentos, dimensões, espessuras e demais detalhes estabelecidos no projeto arquitetônico ou no projeto estrutural, este quando for o caso.

Art. 268 - Na execução das paredes de tijolos, estes deverão ser molhados antes de seu emprego e assentados formando fiadas perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas.

§ 1º - As espessuras das juntas deverão ser rebaixadas a ponta de colher um milímetro e meio, no mínimo permanecendo perfeitamente colocadas em linhas horizontais contínuas e verticais descontínuas.

§ 2º - As saliências superiores a três centímetros só poderão ser executadas com o próprio tijolo ou em concreto.

§ 3º - Nos rodapés deverão ser fixados tacos de madeira com espaçamento mínimo de 0.80 cm (oitenta centímetros).

§ 4º - Sobre os vãos das portas e janelas deverão ser construídas vergas armadas preferencialmente de concreto, sendo que o sobre passe, além da medida de vão não poderá ser inferior a 0.15 cm (quinze centímetros).

§ 5º - É obrigatório construir vergas de peitoris, nas mesmas discriminações do parágrafo anterior, para vãos superiores a 2.00 m (dois metros) para janelas ou caixilhos diversos.

§ 6º - No caso de edifícios de estrutura de concreto armado ou metálica, as paredes de tijolos deverão ser interrompidas 0.15 cm (quinze centímetros) antes das vigas ou lajes, ficando o arremate final para ser feito, no mínimo, 8 dias após, com tijolos inclinados, do tipo maciço.

§ 7º - Os parapeitos, platibandas, guarda corpos e paredes baixas de tijolos que não forem calçados na parte superior, deverão ser respaldados com cintas de concreto armado, convenientemente dimensionados.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 8º - O assentamento deverá ser feito com o emprego das seguintes argamassas:

a) No caso de tijolos maciços ou furados, traço 1:8 de cimento e areia grossa ou traço de 1:2:9 de cimento, cal em pasta e areia fina peneirada.

Art. 269 - Na execução de paredes de pedra, deverão ser empregadas as seguintes argamassas:

I - Traço 1:8 de cimento e areia grossa;

II - Traço 1:2:9 de cimento, cal em pasta e areia fina peneirada.

Parágrafo Único - As pedras deverão ser bem acamadas, dispostas em fiadas de forma a garantir a estabilidade das paredes.

Art. 270 - Nas paredes de madeira, e estruturas será de madeira de lei, formada por esteio, frechais e travessas adequadamente dimensionados, sobre a qual serão fixados, nas duas faces, as peças de acabamento igualmente de madeira de lei, providas de encaixes, se forem friso.

### **SEÇÃO V** **DAS COBERTURAS**

Art. 271 - Na execução das coberturas, além das prescrições normalizadas pela ABNT e das especificações do respectivo projeto, deverão ser rigorosamente obedecidas todas as discriminações contidas nas plantas de detalhes.

### **SEÇÃO VI** **DAS FACHADAS**

Art. 272 - Além de terem de ser construídas em conformidade com o projeto arquitetônico, as fachadas ficarão sempre sujeitas à censura estética no processo de sua execução, a critério da Prefeitura.

### **CAPÍTULO VIII** **DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS**

Art. 273 - Depois de construída a estrutura da edificação, deverão ser rigorosamente observadas as seguintes exigências:

I - As localizações, especificações e detalhes indicados no respectivo projeto;

II - As prescrições normalizadas pela ABNT.

### **CAPÍTULO IX** **DOS TRATAMENTOS E ACABAMENTOS**

#### **SEÇÃO I** **DAS IMPERMEABILIZAÇÕES**

Art. 274 - As impermeabilizações poderão ser realizadas por meio dos seguintes processos:

I - Camada de concreto simples;

II - Concreto ou argamassa com solução de material impermeabilizante;

III - Pintura hidrófoba;

IV - Impregnação asfáltica;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V - Membranas ou revestimento de proteção;

VI - Outros meios que a técnica de construção recomendar.

§ 1º - Além das especificações feitas no presente artigo, poderá ser realizado término ou impermeabilização acústica, conforme o caso.

§ 2º - Os métodos de execução das impermeabilizações serão utilizados pela boa técnica de construção ou os recomendados nas prescrições normalizadas pela ABNT.

### **SEÇÃO II.** **DOS REVESTIMENTOS DAS PAREDES**

Art. 275 - As paredes dos edifícios deverão ser revestidas, externamente e internamente, com material apropriado.

§ 1º - O revestimento será dispensado se a solução arquitetônica determinar material aparente.

§ 2º - Quando as paredes ficarem com o paramento externo em contato com o terreno circundante, deverão ter revestimento externo impermeável.

Art. 276 - Os revestimentos de argamassa deverão ser executados de acordo com as especificações tecnicamente recomendadas e constituídas por meio de camadas contínuas, superposta e uniformes.

§ 1º - O embôço será aplicado sobre a superfície a revestir e o reboco sobre o embôço.

§ 2º - Antes do início da operação, as superfícies das paredes e dos tetos, deverão ser limpas e abundantemente molhadas.

§ 3º - Antes de serem iniciados os serviços de revestimentos, todos os dutos e redes de água, esgotos e ar deverão ser ensaiados à pressão remendada para cada caso.

§ 4º As prescrições do parágrafo anterior não são extensivas aos aparelhos e válvulas, embutidos.

§ 5º - As superfícies destinadas a receber revestimento deverão ser chapiscadas com argamassa, no traço 1.3 de cimento e areia.

§ 6º - Os revestimentos só poderão ser iniciados após completa pega da argamassa das alvenarias e do embutimento das canalizações nas paredes.

§ 7º - Toda argamassa que apresentar vestígios de endurecimento deverá ser rejeitada para aplicação.

§ 8º - Para garantir desempenho perfeito, deverão ser fixadas mestras de madeira.

§ 9º - Os revestimentos deverão apresentar superfície perfeitamente desempenadas.

Art. 277 - Os revestimentos de paredes poderão ser dos seguintes tipos:

I - Chapisco;

II - Cimento;

III - Cimento liso;

IV - Emboço paulista;

V - Emboço

VI - Reboco, reboco rústico, reboco camurçado ou reboco liso;

VII - Cimento branco e areia especial;

VIII - Pré-fabricado;

IX - Azulejos;

X - Ladrilhos hidráulicos ou ladrilhos cerâmicos;

XI - Mármore;

XII - Marmorite ou granitina;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XIII - Pedra;

XIV - Placas de pastilhas de porcelana.

Parágrafo Único - Além dos revestimentos especificados nos incisos do presente artigo, poderão ser executados revestimentos especiais, com chapas de aço inoxidável, ligas de alumínio grafite, materiais plásticos e vinílicos, prensados de fibra de madeira ou de vidro, pastilhas de vidro, madeira laminada e placas de gesso.

Art. 278 - Os métodos de execução de revestimento de paredes serão os utilizados pela boa técnica de construção ou recomendados nas prescrições normalizadas pela ABNT.

### **SECÃO III.** **DOS REVESTIMENTOS DOS PISOS**

Art. 279 - Os pisos deverão ser revestidos com material apropriado, segundo o caso e as prescrições deste código.

§ 1º - Os métodos de execução serão os utilizados pela boa técnica de construção ou recomendadas nas prescrições normalizadas pela ABNT.

§ 2º - O material de revestimento deverá ser aplicado de forma a não ficarem espaços vazios.

Art. 280 - Os revestimentos de pisos deverão ser dos seguintes tipos:

I - Cimentados, com acabamento liso ou áspero;

II - Placas de concreto simples ou de concreto armado pré-fabricados de concreto;

III - Lajotas apicoadas ou polidas;

IV - Mosaico ou português;

V - Mármore naturais;

VI - Ladrilhos hidráulicos ou cerâmicos;

VII - Ladrilhos prensados de marmorite ou granilite;

VIII - Marmorite ou granilite fundido no local;

IX - Madeiras, em tacos, frisos e tábuas;

X - Patilhas de porcelana.

§ 1º - Além dos revestimentos de pisos especificados nos incisos do presente artigo, poderão ser executados revestimentos com outros materiais, a exemplo de blocos de vidro, ladrilhos e borrachas em lençol, placas ou painéis de elásticos e vinílicos e cortiça, pedras em geral.

§ 2º - Os revestimentos dos pisos deverão ser adequados ao uso do ambiente. Áreas molhadas deverão receber piso impermeável e antiderrapante, bem como em áreas onde a higiene for fundamental como em casas de saúde, fábricas e outros. Áreas de permanência prolongada devem receber piso antialérgico e antimoho; nas áreas de grande circulação ou públicas o piso deve ser resistente à abrasão e do tipo que não propaga chamas.

### **SECÃO IV** **DOS RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS**

Art. 281 - Os rodapés poderão ser de argamassa lisa ou áspera, de mármore, granito, ladrilho ou marmorite ou granilite, ladrilho hidráulico ou cerâmica e madeira.

Art. 282 - As soleiras poderão ser de concreto liso ou áspero, de mármore, granito, marmorite ou granilite, tijolos prensados, ladrilhos hidráulicos ou de outros materiais tecnicamente recomendáveis.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 283 - Os peitorais poderão ser de argamassa, granito bruto, granito aplicado ou polido, mármore, marmorite ou granilite, ladrilho hidráulico ou cerâmica ou de outros materiais tecnicamente adequados. Parágrafo único - As recomendações para escolha dos materiais para rodapés, soleiras e peitoris devem ser as mesmas dos revestimentos dos pisos.

### **SEÇÃO V** **DAS ESQUADRIAS**

Art. 284 - As esquadrias poderão ser de madeira, metálicas ou de ligas de alumínio.

§ 1º - Na execução das esquadrias deverão ser observados rigorosamente os detalhes, indicações e especificações constantes do projeto.

§ 2º - Os métodos de execução serão os utilizados pela boa técnica de construção ou recomendados nas prescrições normalizadas pela ABNT.

§ 3º - A colocação das esquadrias deve obedecer as normas deste código em relação às dimensões mínimas necessárias para cada ambiente.

Art. 285 - As portas deverão abrir de forma a não reduzir a largura da passagem.

§ 1º - Nenhuma porta deverá abrir sobre o passeio do logradouro.

§ 2º - O número de folhas depende da largura da abertura.

§ 3º - Nos estabelecimentos industriais e comerciais, as portas dos sanitários serão providas de molas, que as mantenham fechadas.

§ 4º - As portas dos açougues deverão ser guarnecidas com grades metálicas, de forma a permitir constante e franca renovação de ar.

Art. 286 - Nas janelas, o número de folha depende da largura da abertura.

Parágrafo Único - As folhas poderão ser de abrir, de suspender, de correr, de vasculhar ou pivotantes.

### **SEÇÃO VI** **DAS FERRAGENS**

Art. 287- As ferragens deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e acabamento e ser colocadas e afixadas de modo que os rebordos e encaixes tenham sua forma exata não sendo tolerada folga que exija emendas, taliscas de madeira e outros artifícios.

§ 1º - A distribuição das ferragens de fixação deverá ser feita de forma a impedir a deformação das folhas onde serão fixados.

§ 2º - Os parafusos empregados deverão ter qualidade, acabamento e dimensões correspondentes ao das peças a serem fixadas.

§ 3º - A localização das fechaduras, fechos, puxadores, dobradiças e outras ferragens deverá ser feita de acordo com as discriminações contidas no projeto.

§ 4º - No assentamento, colocação e fixação das ferragens nas esquadrias e caixilhos deverão ser evitadas discrepância deposição ou diferenças de nível.

§ 5º - A altura das maçanetas ou peças equivalentes das fechaduras das portas será de 0,95 cm (noventa e cinco centímetros) em relação ao nível do piso devidamente revestido.

§ 6º - As ferragens para manobra, fechamento, guia ou guardecimento de serralheria deverão constar dos detalhes do projeto e serem executadas de acordo com as prescrições e normas indicadas pelo fabricante.

### **SEÇÃO VII**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

### **DOS VIDROS**

Art. 288 - A espessura dos vidros será determinada em função das áreas das aberturas, do nível das mesmas em relação ao solo e exposição aos ventos.

§ 1º - Quando em esquadrias de madeira, os vidros serão assentados sobre a massa de vidraceiro e fixados por meio de arestes ou cordões.

§ 2º - Nas esquadrias e caixilhos de outros materiais, o assentamento e colocação dos vidros deverá obedecer as recomendações dos fabricantes.

§ 3º - A colocação dos vidros deverá seguir as normas da ABNT para especificação do modelo, tipo e espessura ideais para cada situação de projeto.

### **SEÇÃO VIII** **DAS PINTURAS**

Art. 289 - As pinturas deverão ser executadas em absoluta conformidade com o tipo e cor indicados no projeto e nas especificações.

§ 1º - Os métodos de execução serão utilizados pela boa técnica de construção.

§ 2º - Projetos especiais tais como casas de saúde em geral, fábricas e outros deverão receber pinturas laváveis e antimoho seguindo rigorosamente as normas da ABNT.

## **CAPÍTULO X** **DAS OBRIGAÇÕES DURANTE OS SERVIÇOS DE** **CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES** **SEÇÃO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 290 - Após o início dos serviços de construção ao serem locadas as fundações, o construtor responsável deverá requerer da Prefeitura a verificação de alinhamento e de cota de soleira e o certificado de numeração.

Art. 291 - Para efeito de fiscalização de Prefeitura, um exemplar do projeto arquitetônico aprovado e o alvará de licença para edificar, deverão ser permanentemente conservados na obra, protegidos de ação do tempo e dos materiais de construção e em local de fácil acesso.

Parágrafo Único - No caso de demolição, deverá ficar no local a respectiva licença.

Art. 292 - Em qualquer obra de edificação, é obrigatório afixar no tapume, placas de dimensões de 100 x 100 cm (um metro por um metro), no mínimo, identificando os responsáveis pelo projeto e pela execução e contando todas as indicação exigidas pelo CREA.

Parágrafo Único - No caso de moradia popular, o proprietário será obrigado a afixar à frente da construção, placa indicadora da mesma, bem como do projeto fornecido pela Prefeitura ou elaborado por profissionais habilitado.

### **SEÇÃO II.** **DAS PRECAUÇÕES NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 293 - Na execução dos serviços de edificação, o construtor responsável, e o proprietário do imóvel deverão adotar as medidas necessárias à segurança e proteção





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

dos trabalhadores, do público e das propriedades vizinhas, observadas as prescrição sobre segurança no trabalho estabelecidas pela legislação federal pertinente.

§ 1º - É obrigatória a adoção de medidas para que o leito do passeio e do logradouro no trecho compreendido pela obras, seja permanentemente mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.

§ 2º - Em caso de acidentes por falta de precauções ou segurança, devidamente apurados pela Prefeitura, será multado o construtor responsável e o proprietário da obra, sem prejuízo das penalidades legais.

§ 3º - Quaisquer detritos caídos das obras ou resíduos de materiais que ficarem sobre trechos do leito do passeio e do logradouro, deverão ser imediatamente recolhidos, inclusive com a varredura dos referidos trechos, além da irrigação, afim de impedir o levantamento do pó.

§ 4º - O construtor responsável deverá adotar medidas capazes de evitar incômodos à vizinhança, pela queda de detritos nas propriedades vizinhas ou pela produção de poeira ou ruídos excessivos.

§ 5º - Não será permitida a preparação de reboco ou argamassa nos passeios e logradouros.

§ 6º - As exigências do presente artigo e dos parágrafos anteriores são extensivas aos serviços de demolições.

### **SEÇÃO III** **DA PARALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO**

Art. 294 - Qualquer paralisação da edificação por prazo superior a 30 (trinta) dias, deverá ser obrigatoriamente, comunicada à Prefeitura.

§ 1º - Enquanto a comunicação não for feita, estará correndo o prazo da licença para edificar.

§ 2º - Uma vez expirado o prazo da licença e a fiscalização municipal constatar que as obras foram paralisadas, deverá ser anotada tal ocorrência em processo.

§ 3º - Se a paralisação comunicada ou constatada for superior a sessenta dias, será obrigatória a remoção dos tapumes e andaimes, bem como o fechamento das obras, no alinhamento do logradouro, por meio de muro de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura, dotado de portão de entrada.

§ 4º - Se o proprietário responsável pela remoção dos tapumes e andaimes e pela construção do muro, não atender à intimação da Prefeitura para executar as determinações do parágrafo anterior, ficará sujeito além das penalidades previstas neste código, ao pagamento das custas dos serviços efetuados pela Prefeitura, acrescidos de 20% (Vinte por cento).

§ 5º - Quando a edificação for localizada no alinhamento do logradouro, uma das aberturas deverá ser guardada por porta, ficando as demais aberturas convenientemente fechadas com alvenaria.

§ 6º - Decorridos mais de 60 (sessenta) dias de paralisação das obras, a Prefeitura deverá fazer a necessária vistoria a fim de verificar se a edificação oferece perigos a segurança pública e de intimar o proprietário a executar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, as medidas que se fizerem necessárias.

§ 7º - As exigências do presente artigo são extensivos a paralisação de serviços de demolições.

Art. 295 - Se tratar de logradouro no qual, a juízo da Prefeitura, o aspecto de edificação prejudique a estética da cidade, o proprietário deverá ser intimado a reiniciar os serviços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a fim de concluir as obras.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

Art. 296 - No caso de paralisação de serviços de demolição por mais de 60 (sessenta) dias, a Prefeitura deverá intimar o proprietário a reiniciá-los imediatamente e concluí-los dentro de um prazo devidamente fixado, sobre pena de multa.

### **SEÇÃO IV** **DA LIMPEZA DA EDIFICAÇÃO CONSTRUÍDA**

Art. 297 - A limpeza dos revestimentos de paredes, forros e pisos da edificação construída deverá ser feitas de acordo com a boa técnica de construção, mediante o emprego dos materiais tecnicamente recomendados.

Parágrafo Único - As prescrições do presente artigo são extensivas aos vidros, ferragens e metais, aparelhos sanitários de iluminação e ferragens de esquadrias e caixilhos.

Art. 298 - Para que a edificação construída seja entregue em perfeito estado deverão ser feitos, obrigatoriamente os serviços destinados aos arremates finais, no caso de revestimentos diversos, pinturas e decorações.

Art. 299 - Em todos os aparelhos e equipamento deverá ser feita verificação rigorosa e seu funcionamento normal.

Parágrafo Único - Todas as tubulações deverão ser atentamente verificados.

### **SEÇÃO V** **DA REMOÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** **E DOS ANDAIMES E TAPUMES**

Art. 300 - É obrigatória a execução de todos os serviços necessários às desmontagens e demolições das instalações provisórias que forem utilizadas para ser construída a edificação.

Art. 301- Imediatamente após a conclusão dos serviços de construção da edificação, é obrigatória a remoção de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e acessórios, bem como das peças remanescentes e sobras de materiais, entulhos e demais resíduos.

## **CAPÍTULO XI** **DA FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DURANTE A** **CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES**

### **SEÇÃO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 302 - Durante a construção de edificações, a fiscalização municipal zelará pelo fiel cumprimento das disposições deste código e pela perfeita execução dos projetos aprovados, podendo, qualquer tempo, intimar, vistoriar, embargar ou solicitar a demolição de obras.

Art. 303 - Quaisquer que sejam os serviços de construções de edificações, seus responsáveis são obrigados a facilitar, por todos os meios a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

### **SEÇÃO II.** **DAS INTIMAÇÕES**

Art. 304 - A intimação terá lugar sempre que for necessário promover o cumprimento de qualquer das disposições deste código.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - Da intimação constarão os dispositivos deste código a cumprir os prazos dentro dos quais deverão ser cumpridos.

§ 2º - Em geral, os prazos para cumprimentos das disposições deste código não deverão ser superiores a 8 (oito) dias.

§ 3º - Decorrido o prazo fixado na intimação e no caso de não cumprimento da intimação, será aplicado a penalidade cabível e expedida nova intimação por edital.

§ 4º - Mediante requerimento, o Prefeito poderá dilatar o prazo fixado para cumprimento da intimação, não podendo a prorrogação exceder no período igual ao anteriormente fixado.

§ 5º - Se for feita interposição de recursos contra a inclinação, o mesmo deverá ser levado ao conhecimento do Prefeito, a fim de ficar sustado o prazo de intimação.

§ 6º - No caso de desfecho favorável ao recurso referido no parágrafo anterior, cessará o expediente de intimação.

§ 7º - No caso de desfecho favorável a recurso referido no parágrafo 5º do presente artigo, será providenciado novo expediente de intimação, contada a continuação do prazo a partir da data da publicação do referido despacho.

### **SECÃO III.** **DAS VISTORIAS**

Art. 305 - As vistorias administrativas dos serviços de construção de edificação providenciadas pela Prefeitura e realizadas por intermédio de seus técnicos.

Art. 306 - As vistorias das edificações terão lugar nos seguintes casos:

I - Quando for por motivo de segurança, for considerado necessário a imediata demolição de qualquer obra em andamento ou paralisada;

II - Quando em qualquer edificação existente forem observadas indícios de desmoronamento ou ruína ameaçando a segurança pública;

III - Quando deixar de ser cumprida, dentro do prazo fixado, a intimação para demolição parcial ou total de obras da edificação;

IV - Quando a Prefeitura julgar necessário, a fim de assegurar o cumprimento de disposições deste código ou de resguardar interesse público;

V - Para efeito de legalização de obra clandestina.

Parágrafo Único - No caso de tapumes e andaimes, estes deverão ser periodicamente vistoriados pela Prefeitura a fim de verificar sua eficiência e segurança.

Art. 307 - Em qualquer vistoria, é obrigatório que as conclusões dos técnicos da Prefeitura sejam consubstanciadas em laudo, observando-se os seguintes requisitos:

I - Natureza do edifício ou obras;

II - Condições de segurança, conservação e higiene;

III - Se existe licença para edificar ou realizar obras;

IV - Se foram feitas modificações em relação ao projeto aprovado;

V - Se as obras são legalizáveis;

VI - Providências a serem tomadas, em vista dos dispositivos deste código, bem como prazos em que devem ser cumpridos.

Art. 308 - Dentro do prazo fixado na intimação resultante de laudo de vistoria, o interessado poderá apresentar recursos ao Prefeito, por meio de requerimento.

§ 1º - O requerimento referido no presente artigo, terá caráter de urgência, devendo seu encaminhamento, ser feito de maneira a chegar a despacho final do Prefeito antes de decorridos o prazo marcado pela intimação, para cumprimento das exigências estabelecidas no laudo de vistoria.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - O despacho do Prefeito deverá tomar por base as conclusões do laudo de vistoria e contestação técnica do órgão competente da Prefeitura às razões formuladas no requerimento.

### **TÍTULO IX** **DA OCUPAÇÃO E DA HABITAÇÃO DO EDIFÍCIO**

Art. 309 - Terminada a construção de qualquer edificação ou de qualquer obra parcial em edifício existente resultando de projeto aprovado e de Alvará de Licença para Construção deverá ser feito requerimento pelo proprietário à Prefeitura de acordo com os seguintes requisitos:

I - Para habite-se se tratar de edificações uni-habitacionais;

II - Para ocupação se tratar de edificação não residencial ou de obra parcial em edifício existente.

§ 1º - O requerimento deverá ser feito dentro do prazo de licença para edificar o instruído nos seguintes documentos:

a) Alvará de Licença para Construção;

b) Certificado de entidade pública ou de concessionária de serviço público de que a instalação predial de esfera de sua competência, for executado de acordo com o projeto aprovado e está em condições de funcionamento.

c) Certificado de emplacamento de edificação fornecido pela Prefeitura.

§ 2º - Quando das obras executadas em edifício residencial existente resultar nova residência deverá ser requerido habita-se ao invés de ocupação.

§ 3º - Não necessita ser requerida ocupação de obras que independe de aprovação de projeto e de Alvará de Licença para Construção.

Art. 310 - Para ser concedido habite-se ou ocupação de edificação pela Prefeitura deverão estar plenamente satisfeitas as seguintes condições:

I - Ter sido observado fielmente o projeto arquitetônico aprovado pela Prefeitura;

II - Estar a edificação construída de acordo com as disposições deste código e as legislações urbanísticas do Município;

III - Estar a edificação livre de todos os resíduos dos diversos serviços de construção e em completo estado de limpeza;

IV - Estar colocada a placa de numeração da edificação;

V - Estar concluído e limpo o passeio do logradouro ao longo da testada da edificação.

Art. 311 - O habite-se ou ocupação parcial poderá ser concedido se a edificação tiver partes que possam ser habitadas ou ocupadas independentemente uma das outras constituindo cada uma delas uma edificação definitiva.

Art. 312 - Se constatar na vistoria que a edificação não foi construída, reconstruída, reformada ou acrescida de acordo com o projeto arquitetônico aprovado pela Prefeitura, o

construtor responsável será multado ou suspenso, segundo as disposições deste código, bem como intimado a legalizar as obras, executando as necessárias modificações.

Parágrafo Único - As exigências do presente artigo, poderão ir até a demolição parcial ou total da edificação ou de partes da mesma.

Art. 313 - Se uma edificação for habitada ou ocupada sem ter sido procedida vistoria e concedido habite-se ou ocupação pela Prefeitura, o proprietário sofrerá as penalidades estabelecidas neste código.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 314 - Toda e qualquer edificação só poderá ter o destino e a ocupação indicado no Alvará de Licença para Construção.

Parágrafo Único - A exigência do presente artigo deverá ser rigorosamente observada pelo órgão competente da Prefeitura antes de conceder o habite-se ou ocupação de toda e qualquer edificação.

Art. 315 - Antes de ser concedido habite-se ou ocupação de toda e qualquer edificação, o órgão competente da Prefeitura deverá providenciar, obrigatoriamente, para que os elementos de interesse da tributação municipal sejam transcritos no cadastro fiscal.

### **TÍTULO X** **DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES** **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 316 - A infração a qualquer dispositivo deste código, fica sujeita a penalidades.

§ 1º - Quando o infrator for profissional responsável por projeto arquitetônico de edificações de qualquer tipo ou profissional responsável pela construção de edificação, poderão ser aplicáveis as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão do registro dos profissionais legalmente habilitados, existentes na Prefeitura;
- d) Cassação da licença para construir a edificação;
- e) Multa;
- f) Embargos das obras;
- g) Demolição parcial ou total das obras.

§ 2º - A Prefeitura apresentará ao CREA, região a que se pertence este Município, contra o profissional que, no exercício de suas atividades profissionais, infringindo as disposições deste código e da legislação federal em vigor concernente à matéria.

§ 3º - Quando se verificarem irregularidades em projeto ou na construção de obras que resultem em advertência, multa, suspensão ou exclusão para o profissional, idêntica penalidade será imposta à firma a que àquela pertença e que tenha com ele responsabilidade solidária.

§ 4º - Quando o infrator for a firma responsável pela elaboração de projeto ou pela execução de edificação de qualquer tipo, as penalidades aplicáveis serão iguais às especificadas nas alíneas do parágrafo 1º do presente artigo.

§ 5º - As penalidades discriminadas nas alíneas do parágrafo administrador ou contratante das obras públicas ou de instituições oficiais.

§ 6º - Quando o infrator for o proprietário das obras as penalidades aplicáveis serão as seguintes:

- a - Advertência;
- b - Cassação da licença para construir a edificação;
- c - Multa;
- d - Embargo das obras;
- e - Demolição parcial ou total da obras.

§ 7º - As penalidades especificadas nas alíneas do parágrafo anterior serão aplicadas, igualmente, nos casos de infrações na construção de obras pertencentes a empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais ou municipais.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 317 - Verificada a infração de qualquer dos dispositivos deste código, será lavrado imediatamente, pelo servidor público municipal competente, o respectivo alto, que conterà, obrigatoriamente os seguintes elementos:

- I - Dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - Nome do infrator, profissão, idade, estado civil, residência, estabelecimento ou escritório;
- III - Descrição sucinta do fato determinante da infração e dos pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante;
- IV - Dispositivo infringido;
- V - Assinatura de quem o lavrou;
- VI - Assinatura do infrator, sendo que, no caso de recusa, haverá averbamento no alto pela autoridade que lavrou.

§ 1º - A lavratura do alto de infração, independe de testemunhas e o servidor público municipal que o lavrou assume inteira responsabilidade pela mesma, sendo passível de penalidade, por falta grave, em caso de erros ou excessos.

§ 2º - O infrator terá o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da lavratura do alto de infração, para apresentar defesa, por meio de requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 318 - O profissional e a firma suspensos ou excluídos do registro dos profissionais e firmas legalmente habilitadas, não poderão apresentar projetos para aprovação ou iniciar obras enquanto vigir a penalidade.

§ 1º - É facultado ao proprietário da obra embargada, por força de penalidades aplicadas ao profissional ou firma responsável, requerer à Prefeitura a substituição do profissional ou firma.

§ 2º - Quando se verificar a substituição de profissional ou de firma, na forma do parágrafo anterior, a Prefeitura se reconhecerá do novo responsável após este pôr e sua assinatura no requerimento apresentado pelo proprietário do imóvel.

§ 3º - No caso previsto no parágrafo anterior, o novo construtor deverá comparecer a Prefeitura para assinar todas as peças do projeto aprovado e a licença para edificar.

§ 4º - O prosseguimento das obras só poderá realizar-se após serem sanadas, se for o caso, as irregularidades que tiverem dado motivo à suspensão ou exclusão do profissional ou firma.

Art. 319 - É de competência do Prefeito a confirmação dos autos de infração e o arbitramento das penalidades.

Art. 320 - A aplicação de penalidades referidas neste código não isenta o infrator das demais penalidades que lhe forem aplicáveis pelos mesmos motivos e previstas pela legislação federal ou estadual nem da obrigação de reparar os danos resultantes da infração na forma do artigo 159 do código civil.

Art. 321 - A penalidade de advertência será aplicada ao profissional responsável nos seguintes casos:

- I - Quando apresentar projeto em flagrante desacordo com as disposições deste código ou com local a ser edificado;
- II - Quando modificar projeto aprovado sem solicitar modificações à Prefeitura;
- III - Quando iniciar ou executar obras sem o necessário Alvará de licença para construção.

Parágrafo Único - A penalidade de advertência é aplicável, também, a firmas ou a proprietários que infringirem quaisquer dos incisos do presente artigo.

### **CAPÍTULO III.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

### **DA SUSPENSÃO**

Art. 322 - A penalidade de suspensão será aplicada ao profissional responsável nos seguintes casos:

- I - Quando sofrer, em menos de um ano, 12(doze) advertências ou mais.
- II - Quando em face da sindicância, for constatado ter se responsabilizado pela execução de obras a terceiros sem a devida habilitação.
- III - Quando, através de sindicância, for apurado ter assinado projeto como seu autor, sem o ser, ou que, como autor do referido projeto, falseou medidas, a fim de burlar dispositivos deste código.
- IV - Quando mediante sindicância, for apurado ter construído obras em desacordo com o projeto aprovado ou ter cometido na execução de obras erros técnicos ou imperícias;
- V - Quando for autuado em flagrante na tentativa de suborno ou for apurado, através de sindicância, ter subornado servidor público municipal ou quando for concedido pela justiça por atos praticados contra interesses da Prefeitura e decorrentes de atividades profissionais.

§ 1º - A penalidade suspensão é aplicável, também, a firmas que infringirem quaisquer dos incisos do presente artigo.

§ 2º - A suspensão poderá variar de dois a vinte e quatro meses.

§ 3º - No caso de reincidência, pela mesma pessoa física ou jurídica, dentro do período de dois anos, contados a partir da data do início da vigência da penalidade anterior, o prazo da suspensão será aplicado em dobro.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA EXCLUSÃO DE PROFISSIONAL OU FIRMA**

Art. 323 - A penalidade de exclusão de profissional ou firma de registro dos profissionais e firma legalmente habilitada, existente na Prefeitura, será aplicada quando for comprovado mediante sindicância:

- I - Ter sido, por incompetência, omissão ou fraude, responsável por acidente ocorrido em obra sob sua responsabilidade ou dela decorrente;
- II - Ter cometido grave erro técnico no projeto ou na sua execução que ponha em perigo a estabilidade da obra ou a segurança de pessoa ou bens;
- III - Ter utilizado, por meio de fraude, material inadequado ou de qualidade inferior ao especificado;
- IV - Ter incorrido nas faltas previstas no inciso V do artigo anterior, pela segunda vez, dentro do prazo de 10 (dez) anos, a contar do início da primeira suspensão.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO**

Art. 324- A penalidade de cassação de Alvará de Licença para Construção será aplicada nos seguintes casos:

- I - Quando for modificado projeto aprovado pela Prefeitura sem ser solicitado à mesma a aprovação das modificações consideradas necessárias, através do projeto modificativo;
- II - Quando forem executados serviços em desacordo com os dispositivos deste código.



## **CAPÍTULO VI** **DAS MULTAS**

Art. 325 - Julgada improcedente a defesa apresentada pelo infrator ou não sendo a mesma apresentada no prazo fixado, será imposta multa correspondente à infração, sendo o infrator intimado a pagá-la, na Tesouraria da Prefeitura, dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único - As multas serão impostas em grau mínimo médio ou máximo, considerando-se, para graduá-las, a maior ou menor gravidade de infração, as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes do infrator a respeito dos dispositivos deste código.

Art. 326 - As multas aplicáveis a profissional ou firma responsável por projeto ou pela execução de obra serão os seguintes:

I - 100% (cem por cento) do valor do salário referência por falsear cálculo do projeto e elementos de memórias descritivos ou por viciar projeto aprovado, introduzindo-lhes ilegalmente até

II - 200% (duzentos por cento) do valor do salário referência por assumir responsabilidade de uma obra e entregar sua execução a terceiros sem a devida habilitação.

Parágrafo Único - As multas especificadas nos incisos do presente artigo serão extensivos ao administrador ou contratante de obras públicas ou de instituições oficiais.

Art. 327 - As multas aplicáveis simultaneamente a profissional ou firma responsável e a proprietário serão as seguintes:

I - 100% (cem por cento) do valor do salário referência pela inobservância das prescrições técnicas e de garantia de vida e de bens de terceiros na execução de edificações ou demolições;

II - 100% (cem por cento) do valor do salário referência por executar obras, de qualquer tipo sem a necessária licença ou em desacordo com o projeto aprovado ou qualquer dispositivo deste código;

III - 10% (dez por cento) do valor do salário referência por inexistência no local da obra de cópia de projeto, do Alvará de Licença para construção ou das notas de alinhamento e de nivelamento;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) do valor do salário referência por executar obra de qualquer natureza após o prazo fixado na licença;

V - 100% (cem por cento) do valor do salário referência pela inobservância dos dispositivos deste código relativos a áreas e a aberturas de iluminação e ventilação, dimensões de compartimentos, pés-direitos, balanços, galerias e elementos construtivos.

VI - 100% (cem por cento) do valor do salário referência por inobservância qualquer das exigências deste código relativas a tapumes e andaimes.

Art. 328 - As multas aplicáveis a proprietários de edificações serão as seguintes:

I - 200% (duzentos por cento) do valor do salário referência por habitar ou fazer habitar ou por ocupar edificação sem ter sido concedido o referido habite-se ou a referida ocupação pela Prefeitura.

II - 25% (vinte e cinco por cento) do valor do salário referência por subdividir compartimentos sem a licença da Prefeitura.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 329 - Quando as multas forem impostas de forma regular e através de meios hábeis e quando o infrator se recusar a pagá-las nos prazos legais, esses débitos serão prejudicialmente executados.

Art. 330 - As multas não pagas nos prazos legais inscritas em dívidas ativas.

Art. 331 - Quando em débito de multa, nenhum infrator poderá receber quaisquer quantias ou créditos que tiver com a Prefeitura, participar de concorrências, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza nem transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Art. 332 - Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos legais, serão atualizados, nos seus valores monetários, na base dos coeficientes de correção monetária fixados periodicamente, em resoluções de órgão federal competente.

Art. 333 - Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Art. 334 - Aplicada a multa, não fica o infrator, desobrigado do cumprimento da exigência que a tiver determinado.

### **CAPÍTULO VII** **DO EMBARGO**

Art. 335 - Qualquer edificação ou obra parcial em execução ou concluída poderá ser embargada, sem prejuízo de multas, nos seguintes casos:

I - Quando desrespeitadas normas vigentes da ABNT;

II - Quando empregados materiais inadequados ou sem as necessárias condições de resistência, resultando, a juízo da Prefeitura, em perigos para a segurança da edificação, do pessoal que a constrói e do público;

III - Quando, a juízo da Prefeitura, a edificação estiver ameaçada na sua segurança, estabilidade ou resistência;

IV - Quando o construtor ou o proprietário se recusarem a atender qualquer intimação da Prefeitura, referente a cumprimentos de dispositivos deste código.

§ 1º - As prescrições estabelecidas nos incisos do presente artigo, são extensivas às demolições.

§ 2º - Além da notificação do embargo pela prefeitura, deverá ser feita a publicação de edital.

§ 3º - As obras que forem embargadas deverão ser imediatamente paralisadas.

§ 4º - Para assegurar a paralisação de obra embargada, a prefeitura poderá, se for o caso, requisitar a força policial, observados os requisitos legais.

§ 5º - O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências que o motivarem e mediante requerimento do interessado ao prefeito, acompanhado dos respectivos comprovantes do pagamento das multas e taxas devidas.

§ 6º - Se a obra embargada não for legalizável, só poderá verificar-se o levantamento do embargo após a correção ou eliminação do que tiver sido executado em desacordo com os dispositivos deste código.

§ 7º - O embargo de obras públicas em geral ou de instituições oficiais, através de mandato judicial, será efetuado quando não surtirem efeito os pedidos de providências encaminhados por vias administrativas, em ofícios da prefeitura ao diretor da repartição escrita do Prefeito ao Ministro ou Secretário ao qual as mesmas estiverem subordinadas.

§ 8º - No caso de desrespeito do embargo administrativo em obras pertencentes a empresas concessionárias de serviços públicos, deverá ser providenciado mandato judicial.



## **CAPÍTULO VIII** **DA DEMOLIÇÃO**

Art. 336- A demolição, parcial ou total, de edificação será aplicável nos seguintes casos:

I - Quando, decorridos mais de 30(trinta) dias, não forem atendidas as exigências deste código referente a construção paralisada que oferece perigos à segurança pública ou prejudicar a estética da cidade;

II - Quando o proprietário não atender a intimação para reiniciar imediatamente os serviços de demolição paralisados por mais de 60(sessenta) dias, conforme prescreve este código.

III - Quando as obras forem julgada sem risco, na sua segurança, estabilidade ou resistência, por laudo de vistoria, e o proprietário ou construtor responsável se negar a tomar as medidas de segurança ou as reparações necessárias, previstas no inciso III, do artigo 934 do código de Processo Civil;

IV - Quando for indicada, no laudo de vistoria, a necessidade de imediata demolição, parcial ou total, diante de ameaça de iminente desmoronamento ou ruína;

V - Quando, no caso de obras possíveis de serem legalizadas o proprietário ou construtor responsável não realizar, no prazo fixado, as modificações necessárias nem preencher as exigências legais, determinadas no laudo de vistoria.

VI - Quando, no caso de obras ilegalizáveis não executar, no prazo fixado, as medidas determinadas no laudo de vistoria.

§ 1º - Nos casos a que se referem os incisos V e VI, do presente artigo deverão ser observadas sempre as prescrições dos artigos 934 a 940 do Código de Processo Civil.

§ 2º - Salvo os casos de comprovada urgência, o prazo a ser dado ao proprietário ou construtor responsável para iniciar a demolição será de 07 (sete) dias, no máximo.

§ 3º - Se o proprietário ou construtor responsável se recusar a demolição, o procurador da Prefeitura por determinação do Prefeito, deverá providenciar, com a máxima urgência, o procedimento cautelar do artigo 888, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

§ 4º - As demolições referidas nos incisos do presente artigo, poderão ser executadas pela Prefeitura, por determinação do prefeito.

§ 5º - Quando a demolição for executada pela Prefeitura, o proprietário ou o construtor ficará responsável pelo pagamento dos custos dos serviços acrescidos de 20% (vinte por cento) .

## **TÍTULO XI** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 337 - Para efeito deste Código, salário referência e o instituído pelo artigo 2º, da Lei Federal n.º 6.205, de 29/04/75.

Art. 338 - Os prazos previstos neste Código, serão contados pôr dias úteis.

Parágrafo Único - Não será computado no prazo o dia inicial.

Art. 339 - Em matéria de edificações e demolições, as atividades profissionais e firmas estão, também, sujeitas às limitações e obrigações impostas pelo CREA, região a que pertença este Município.

Parágrafo Único - O órgão competente de Prefeitura deve comunicar ao CREA, região a que este Município, todas as ocorrências essenciais a respeito de edificações e demolições, a exemplo de projetos aprovados e obras licenciadas, início e término de





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

obras, transferências de responsabilidade, número de cada obra do profissional responsável pela execução e outros atos relativos à administração e assistência técnica de obras, sempre dentro de 10 (dez) dias, a contar da data de ocorrência.

Art. 340 - Os dispositivos deste código aplicam-se no sentido estrito, excluídas as analogias e interpretações extensivas.

§ 1º - Os casos omissos serão resolvidos pelo prefeito em despachos proferidos nas representações.

§ 2º - Antes de sua decisão sobre os casos omissos, o prefeito poderá designar, caso considere conveniente, uma comissão técnica, composta de três profissionais diplomados, legalmente habilitados, para estudar o assunto e lhe apresentar parecer, no prazo máximo de 10(dez) dias.

Art. 341 - O Poder Executivo deverá expedir os decretos, portarias e outros atos administrativos que se fizerem necessários a fiel observância das disposições deste código.

Art. 342 - Este código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO  
ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE. (15-12-1999)

**Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE**  
*Presidente da Câmara*

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 20-12-99, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais  
At. Legislativo